



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Múltiplos regressos a um mundo *cosmopolita*: moçambicanos formados em universidades brasileiras e a construção de um sistema de prestígio em Maputo

Sara Santos Morais

Brasília, maio de 2012

"Múltiplos regressos a um mundo *cosmopolita*: moçambicanos formados em universidades brasileiras e a construção de um sistema de prestígio em Maputo"

Sara Santos Morais

Orientadora: Prof^a Kelly Cristiane da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de mestre.

Banca examinadora:

Prof. Daniel Schroeter Simião (DAN/UnB - presidente)

Prof. Wilson Trajano Filho (DAN/UnB)

Prof. Lorenzo Gustavo Macagno (UFPR)

Suplente:

Prof^a Andrea de Souza Lobo (DAN/UnB)

Aos meus pais e ao Filipe, que me inspiram a estudar.

CIVILIZAÇÃO

Antigamente

(antes de Jesus Cristo)

os homens erguiam estádios e templos
e morriam na arena como cães.

Agora...

também já constroem *Cadillacs*.

José Craveirinha. In: Karingana ua Karingana.

Agradecimentos

Realizações importantes sempre são acompanhadas de pessoas que apoiam, sofrem e riem juntas. Aqui se encontram meus agradecimentos a muitas delas, que compartilharam bastante coisa comigo nesses últimos dois anos.

Ao Horácio, pela amizade e pelo convite para conhecer seu país.

À Susana, que me acolheu com muito carinho em Maputo.

À Carla, pela amizade sincera, pelos abraços e por me fazer olhar Maputo com outros olhos.

A Líúva, Ryhane, Carla, Sabina, Carlos e toda a família que me recebeu como se já nos conhecêssemos de longa data. Serei eternamente grata por tudo que fizeram por mim.

À Elisabeth, pela confiança no meu trabalho.

A todos ex-estudantes com quem convivi: Amilai, Antônio Cipriano, Armando Txovela, Afonso Vassoá, Bela, Carla, Clélia, Cátia, Demócrito, Dário, Dulce, Edmundo, Elias Manjate, Elídio, Eugênio Braz, Fátima, Gaby, Gildo, Graciette, Guilherme, Horácio, João Colaço, Joaquim, Laura, Liúva, Manuel Mangue, Martina Chissano, Marílio, Miguel, Nacer, Nelza, Nelza, Nataniel Ngomane, Olga, Rosa, Susana, Vasco, Yara. Este trabalho não existiria se vocês não tivessem me recebido.

A Denise Jardim, Nara Magalhães, Cristian Salaini, Andrea e Dulce Mungoi, pelo convite para acompanhá-los em sua pesquisa em Maputo.

À Kelly, pelas leituras atentas de tudo que se encontra escrito aqui e por me incentivar nesse caminho.

Aos professores Wilson Trajano Filho, Lorenzo Macagno e Andréa Lobo, por aceitarem o convite de participação na banca.

Ao professor Daniel Schroeter Simião, por aceitar presidir a banca e pelos diálogos em sala de aula.

À professora Marta Jardim, que me indicou parte importante da bibliografia, mesmo sem me conhecer.

Ao CNPq, pela bolsa que me permitiu estudar durante os 24 meses do mestrado.

Ao Departamento de Antropologia, pelo financiamento de parte das minhas despesas com a viagem.

Aos meus colegas de turma do mestrado, pela convivência nesses dois anos e por compartilhar muitas expectativas relativas a minha pesquisa: Anderson, Bernardo, Bruno, Daniela, Denise, Eduardo, Fabiano, Felipe, Jose, Lucas, Renata, Rodolfo, Rodrigo, Rosana.

Ao professor Trajano, pelas conversas que tivemos na minha volta de Maputo.

À professora Cristina Patriota de Moura, pelas aulas e pela convivência.

À Maíra e à Aina, pelo carinho da visita em Maputo e pelo acolhimento em Pretória.

À Juliana, por ter me recebido em Pretória.

À Denise, pelos compartilhamentos em Maputo.

Ao Fred, por ter me acompanhado ao aeroporto, em momento de tanta ansiedade.

Aos amigos Rogério, Luísa, Du, Kassoum, Júnia, Michel, André e Fabíola, pelo apoio sincero.

Ao Anderson e Jose, pelas risadas que tornaram o mestrado mais leve.

A Maíra e Verônica, companheiras de momentos das mais diversas naturezas.

Ao Jesse, pelas aulas de auto-confiança.

Aos amigos Júlia, Bruner, Carol, Renata Chirley, Graci, Sônia, André e Dani pelas conversas de incentivo.

Ao Sandro, por ter me emprestado parte da bibliografia sobre Moçambique.

Ao Carlos Alexandre, pela conversa pré-campo.

A Andrea, Juliana, Claudinha e Denise, pelos ricos debates em aula, no grupo e fora da universidade. Conhecer vocês foi muito importante na realização dessa pesquisa.

Aos amigos que me ajudaram na leitura de partes deste texto: Diogo, Fabíola, Maíra, Anderson, Filipe, Jose e Verônica.

Aos funcionários do departamento de Antropologia: Rosa, Paulo, Fernando, Branca, Adriana e Cris, pela seriedade com que realizam seu trabalho e pela alegria com que sempre me recebem.

Aos amigos e amigas da república: Verônica, Anderson, Bebel, Gabriel, Maíra, Marco e Lediane. Obrigada pelo conforto de me fazerem sentir em casa...

Ao Carlos Magno e à Tânia, por me abraçarem como filha.

À minha irmã, Isadora, pela amizade.

Ao meu pai, Edson, pelo impressionante exemplo de vida. Sem ele eu não poderia ter cruzado o Atlântico, em diversos sentidos.

À minha mãe, Lêda, pelas palavras de conforto e pela confiança. E pela vontade de viver, que me contagia.

Ao Filipe, pelo carinho incondicional. Dele vem minha tranquilidade para continuar.

Resumo

Esta dissertação aborda algumas dimensões dos processos de diferenciação social característicos do cotidiano de profissionais moçambicanos que obtiveram formação de nível superior em universidades brasileiras, observados ao longo de aproximadamente três meses de pesquisa em Maputo. Um de seus objetivos é compreender os modos pelos quais se estruturam as trajetórias de regresso destes estudantes ao seu país de origem, suas tensões e dilemas, bem como o que permitiu seu fluxo. O foco maior do trabalho é analisar a construção de um sistema de prestígio entre esses moçambicanos que estudaram no Brasil. Perpassam o texto, nesse âmbito, temas mais específicos: "estilos de vinda" através de acordos de cooperação internacional, discursos sobre trabalho incessante e padrão de vida, assim como imagens televisivas sobre o Brasil que influenciam o fluxo. Argumento, nesse sentido, que a circulação de estudantes moçambicanos para o Brasil é um fenômeno de múltiplas dimensões, as quais estão desenvolvidas ao longo da dissertação.

Abstract

This thesis boards some social differentiation dimensions typical of Mozambican college-educated workers who got their degree in Brazilian universities, observed during nearly three months of research in Maputo. One of its goals is to comprehend the manner through which are structured these student's trajectory of return to their home country, their tensions and dilemmas, and also what allowed their flow. This work's main focus is analyzing the construction of a prestige system among these Mozambicans who have studied in Brazil. In this scope, more specific themes traverse the text: "styles of coming" through international cooperation agreements, speeches about incessant work and living standards, as well as TV images about Brazil that influence the flow. This way, I argue that the Mozambican students flow towards Brazil is a phenomenon of multiple dimensions, which are developed throughout this thesis.

Índice

Introdução.....	12
1. Influxos teóricos.....	17
2. Percursos da pesquisa (ou notas metodológicas).....	21
3. Entrando em Maputo.....	26
4. Percurso da dissertação.....	34
Capítulo Um. Quem vem e quem volta. Múltiplos percursos de experimentações educacionais.....	40
1.1 Estilos de vinda e percursos internacionais.....	45
1) Banco Mundial e similares.....	47
2) Fundação Ford.....	55
3) Acordos Culturais.....	63
1.2 Investidas no universo do trabalho em Maputo.....	69
Capítulo Dois. Sobre aparências e essências: a entrada num circuito formalizado de prestígio.....	74
2.1 Circulando pela cidade: a Maputo vista dos carros.....	75
2.2 De estudantes a funcionários: os trabalhadores formados de Maputo. Reflexões sobre a volta.....	84
2.3 Das influências do Brasil e dos investimentos <i>em África</i>	98
2.4 As seções se costumam aqui.....	104
Capítulo Três. "Dizem que sou Globo dependente".....	108
3.1 Mediadores internacionais e desenvolvimento.....	110
3.2 Em Moçambique, circulação é sinônimo de cooperação.....	125
3.3 Das pequenas grandes coisas da vida.....	129
3.4 Estudantes e imagens em circulação.....	133

Capítulo Quatro. Pedagogia do trabalho e práticas de fabricação de diferenças	135
4.1 Das muitas ocupações.....	138
4.2 Nem tudo é luxo.....	140
4.3 Trabalho nos auspícios da colonização portuguesa: indígenas e assimilados no final do século XIX.	143
4.4 O pós-independência e a construção da nação moçambicana pela Frelimo.....	152
4.5 Continuidades latentes	156
Considerações Finais	162
Referências Bibliográficas	172

Glossário de Siglas

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCBM - Centro Cultural Brasil-Moçambique

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

FACIM - Feira Internacional de Maputo

FEAD - Faculdade de Estudos Administrativos

Frelimo - Frente de Libertação de Moçambique

IFCS - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

INDE - Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

UEM - Universidade Eduardo Mondlane

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos

UnB - Universidade de Brasília

UNESP - Universidade Estadual Paulista

Unicamp - Universidade Estadual de Campinas

USP - Universidade de São Paulo

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PEC-G - Programa Estudante Convênio de Graduação

PEC-PG - Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação

PIBIC - Programa de Bolsas de Iniciação Científica

RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana

Introdução



Esta dissertação aborda certas dimensões dos processos de diferenciação social característicos do cotidiano de profissionais moçambicanos que obtiveram formação de nível superior em universidades brasileiras, tais como UnB, UFMG, UFRJ, UFRGS, USP, entre outras. Tais fatos sociais foram observados ao longo de aproximadamente três meses de pesquisa em Maputo. Um dos meus objetivos, com a pesquisa, é compreender os modos pelos quais se estruturam as trajetórias de regresso destes estudantes ao seu país de origem, suas tensões e dilemas, bem como o que permitiu seu fluxo. Discuto na dissertação, nesse sentido, o que minha convivência com ex-estudantes apontou como mais relevante no contexto da volta: o fato de estarem bem *integrados*¹ no universo laboral e a construção do sistema de prestígio advindo daí.

A educação superior é o motivo formal para a circulação dos estudantes e objetivo concreto de certos acordos de cooperação internacional para contribuir com o "desenvolvimento" de Moçambique. Nesse quadro, meu intuito é entender de que forma os sujeitos que participam desses projetos atribuem sentido a suas experiências, principalmente após o regresso. No fundo, movia-me o anseio de compreender os meandros desses percursos, já que achava bastante evasiva a ideia de desenvolvimento promovida por esses acordos. Gostaria de conviver com quem

¹ As expressões sugeridas pelos meus interlocutores estarão grafadas em itálico em toda a dissertação. As frases no corpo do texto citadas por eles estarão em itálico e entre aspas.

tivesse voltado e perceber o que os motivava nesse fluxo. Em poucas palavras: o que estava por trás de projetos de cooperação educacionais? Adentrei, então, no universo das expectativas nutridas pelos estudantes em relação a seus desejos de vir para o Brasil.

Como resultado da pesquisa, esta dissertação propõe que dois conjuntos de fatores condicionam de forma importante os fluxos, de saída e regresso, dos profissionais moçambicanos que estudaram no Brasil. O primeiro deles relaciona-se à maneira como a vinda para o Brasil é possibilitada. Refiro-me aqui ao que denomino "estilos de vinda" (v. capítulo 1), ou seja, aos diferentes acordos e condições pelos quais a vinda dos estudantes se concretiza, influenciando tanto a socialização no Brasil quanto o regresso a Maputo. O segundo conjunto de fatores diz respeito às imagens que circulam a respeito do Brasil em Moçambique, muitas das quais também veiculadas por projetos de cooperação internacional. Sugiro que essas imagens, difundidas em novelas, em relatos de quem por aqui passou e pela presença de investidores brasileiros no país são manejadas por eles como fonte de construção de prestígio.

Meus interlocutores trouxeram à tona, recorrentemente, o discurso de que eram muito ocupados pelo trabalho. Através de nossas conversas e de episódios vividos em Maputo, percebi que a ideia de estarem muito ocupados, além de fazer parte do rol de elementos que conformam seu prestígio, é categoria fundamental para entender a história de formação de Moçambique. O poder que emerge da intrincada arena de significações e ações vinculadas à ideia de trabalho difunde práticas de governo e políticas de diferenciação que evocam, de alguma forma, aquelas veiculadas nos períodos colonial e pós-colonial. Exploro também algumas correlações entre esses períodos ao longo da dissertação.

Os primeiros eventos que originaram a vontade de atravessar o Atlântico para realizar a pesquisa que ora se apresenta nessa dissertação surgiu no início do ano de 2005. Nessa altura eu começava o curso de Ciências Sociais na Universidade de Brasília

e foi na sala de aula que eu conheci os primeiros estudantes africanos, que mais tarde teriam papel fundamental na minha caminhada acadêmica. Entre eles, uma era moçambicana e os outros três, guineenses. Conversávamos pouco e lembro-me que dificilmente nos encontrávamos em lugares diferentes aos da sala de aula. Nem mesmo sabia exatamente de que países vinham. Como muitos colegas brasileiros, sabíamos que eram africanos. Minha curiosidade de recém-chegada na universidade coincidiu com a curiosidade de conhecer o universo daqueles estudantes que pareciam estar tão distantes de todos nós, mesmo circulando nos mesmos espaços.

Da minha vontade de dar início a uma pesquisa de Iniciação Científica e da ideia da professora Kelly de que eu fizesse algo que estivesse relacionado com os estudantes africanos, construímos juntas o trabalho que se intitulou "Estudantes de Língua Portuguesa na UnB: construção de identidades e políticas de inserção no espaço acadêmico". Fazia parte de nossa agenda de pesquisa perceber algumas das implicações que a participação de diferentes sujeitos em projetos de cooperação internacional trazia para a reconfiguração de suas auto-representações, individuais e coletivas. Posteriormente, ampliamos a pesquisa para a Universidade de São Paulo, intitulado-a "Estudantes estrangeiros da CPLP nas universidades brasileiras: UnB e USP em perspectiva". Ambas foram realizadas no âmbito do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) do CNPq no período de agosto de 2006 a agosto de 2008 e estavam vinculadas ao projeto "Cooperação Internacional e a construção do Estado em Timor-Leste". Nesse período, estive em meu horizonte compreender algumas dimensões das tensões originadas na vida universitária que refletem a complexidade dos mecanismos envolvidos no processo migratório referente à vinda desses estudantes para o Brasil, tema que se refletiu na escrita da monografia de conclusão do curso de graduação.

Durante esses dois anos, tornou-se ideia fixa ir a um dos países para encontrar aqueles que tinham voltado após terem terminado (ou não) seus cursos em alguma universidade brasileira. Isso foi possível no mestrado, quando passei três meses em Maputo, capital de Moçambique. Este trabalho é, portanto, um entrecruzamento de dados e relações construídos no decorrer destes anos. Esse fato por si só já levanta

uma imensa responsabilidade, já que o curso contínuo de conversas sobre o fluxo de estudantes para o Brasil é fonte das reflexões que serão aqui apresentadas.

A minha escolha por Moçambique foi algo intuitivo. Por ter me aproximado mais de estudantes desse país e ter firmado com alguns deles laços de amizade mais duradouros, acreditei que esse seria um bom motivo para viajar até lá e realizar a pesquisa que tanto queria. Soma-se a isso o convite feito pelo Alfredo, que conheci enquanto fazia seu doutorado em Ciências da Informação na UnB, quando nos tornamos amigos a partir das redes tecidas durante minhas pesquisas de graduação. Alfredo já tinha voltado para Moçambique quando decidi que iria fazer a pesquisa lá, mas em uma de suas visitas a trabalho em Brasília nos encontramos e ele me convidou para ficar em sua casa. Nessa conversa, disse que eu me hospedaria na casa onde moram seus filhos, sua irmã e sobrinhos, afirmando que eu ia gostar, porque "*só tem gente jovem lá*". Foi ele também quem providenciou a carta-convite que eu precisei para os trâmites do visto para a entrada e permanência no país.

O intuito dessa Introdução é compartilhar minhas experiências ao chegar a Maputo e o processo de construção do meu campo de reflexões. Para tanto, descrevo as primeiras impressões que tive acerca da cidade e das pessoas que me apresentaram a ela. Mais que isso, tento mostrar como as conversas dos primeiros dias foram fundamentais para perceber pontos em comum no cotidiano de pessoas tão diferentes entre si. É importante trazer essa linha (se não do tempo, pelo menos de raciocínio) porque ela esclarece a opção argumentativa do texto. Não foi fácil decidir por onde ela se desenrolaria, mas ao reouvir e reler os dados que tinha produzido em campo, compreendi que o que mais se falava e se vivia eram as relações baseadas no discurso sobre o trabalho. Esse tema foi absolutamente central no contexto das conversas com aqueles que estudaram em universidades brasileiras, o que me instigou a explorar o que estava por trás do fascínio de mostrar como viviam *bem* e, ao mesmo tempo, reclamar o tempo todo que tinham que trabalhar muito, porque *só os políticos é que ganham dinheiro fácil* no país.

Mas essa dissertação não é sobre trabalho, e sim sobre como os moçambicanos que estudaram em universidades brasileiras cultivam certos aspectos de suas

disposições para uma vida de trabalho. Meu principal objetivo ao analisar a volta de estudantes moçambicanos para seu país de origem é compreender como a vida pautada pelo *cosmopolitismo* e prestígio advindo de uma formação superior no Brasil é explorada por eles como algo que os diferencia e distancia daqueles que não a fizeram. Está em meu horizonte a análise do processo de construção desse prestígio, marcado na maneira de vestir, nos carros, na maneira como são chamados, no modo como se referem aos moçambicanos que não fizeram curso superior etc.

1. Influxos teóricos

A proposta analítica de Bourdieu (1998; 2007 [1979]; 2008 [1997]) acerca dos processos de diferenciação social e dos sinais de distinções pelos quais eles ganham vida são fontes de inspiração central para esta dissertação. Tocam-me especialmente as análises desse autor que enxergam nas trajetórias pela instituição escolar fontes de processos altamente complexos de diferenciação, dependendo do tipo do capital escolar e das experiências extra-escolares vividas pelos sujeitos. Assim, ele sugere que condições sociais que levam as pessoas a construir suas realidades específicas estão intrinsecamente associadas "às diferentes posições possíveis no espaço social e, por conseguinte, estreitamente inseridas nos sistemas de disposições (*habitus*)" (Bourdieu, 2007: 13). Busco compreender, ao longo dos capítulos, o que está em jogo no plano das decisões de sair para estudar no exterior e como a volta se configura na conformação de um ciclo de múltiplas estratégias de distinção (Bourdieu, 2007: 65). Nesse processo, os estudantes mobilizam diferentes tipos de capitais que são acessados através do campo da cooperação internacional para o desenvolvimento.²

² Faz parte das ideias de "capitais" a crítica acerca das desigualdades escolares (Bourdieu, 1998). O autor discute os mecanismos através dos quais essa desigualdade é produzida. O termo "capital", de origem econômica, metaforiza a transmissão da herança cultural familiar (acompanhada, em geral, de poder econômico) para indicar como ela é transformada em "sucesso escolar". Nesse sentido, a escola seria um espaço de reprodução de estruturas. Espaço social, para o autor, pode ser pensado como um campo (Bourdieu, 2004), no qual os sujeitos manejam estratégias para elevar ou manter suas posições sociais. Os diferentes tipos de capital (social, cultural, econômico etc) são fundamentais nas escolhas dessas estratégias.

O conceito de capital cultural e as potencialidades explicativas do capital social são centrais em minha análise. Bourdieu propõe que "a maior parte das propriedades do capital cultural pode inferir-se do fato de que, em seu estado fundamental, está *ligado ao corpo e pressupõe sua incorporação*" (1998: 75). Segundo o autor, em sua forma *institucionalizada*, o capital cultural objetiva os elementos de incorporação nos títulos, no *certificado escolar*. A aquisição de títulos pelos moçambicanos com quem conversei faz parte de práticas dessa incorporação, principalmente pela herança familiar. Além disso, é precedida do acesso a diferentes tipos de bens e informações. A vinda para o Brasil não foi obra do acaso. Contudo, mais importantes que os títulos, as disposições de prestígio incorporadas pelos ex-estudantes são aquelas relacionadas ao estar "bem" vestido. O capital cultural entre meus interlocutores se impõem, portanto, através das roupas e de outros objetos de prestígio.

Os fenômenos discutidos acerca do regresso de estudantes moçambicanos estão intimamente relacionados a uma demanda de aprovação pública e a expectativas respondidas a partir dessa aprovação. O "cultivo"³ do prestígio, levado a cabo pelo estudante no processo de investimento escolar, é parte da construção temporal de inculcação de valores e práticas, tal como colocado por Bourdieu (1998), e implica em desejos de reconhecimentos futuros. Para tanto, mobiliza-se o capital social próprio à sua condição sempre que ele seja necessário. Antes mesmo da viagem para o Brasil, todo esse mecanismo é acionado.

No escopo desta dissertação, a circulação dos estudantes no âmbito de programas de cooperação internacional para o desenvolvimento é abordada como produto de práticas de governo (Foucault, 2008) forjadas, em uma escala sociológica, para gerar efeitos de hegemonia (Silva & Morais, 2012). Os acordos internacionais para formação de recursos humanos operam como uma das formas mais típicas de práticas de governo; através deles, países interessados em potencializar suas influências além-fronteiras financiam a formação de quadros em nível superior (Silva, 2011). Nesse contexto, aspira-se que tais quadros promovam e reconheçam o país no qual

³ "o trabalho de aquisição é um trabalho do 'sujeito' sobre si mesmo (fala-se em 'cultivar-se')" (Bourdieu, 1998: 75).

receberam sua educação, seja em seu território de origem ou em arenas internacionais. Embora saibamos que os efeitos e as práticas advindos desses acordos sejam de múltiplas ordens, seus alcances estão longe de serem previsíveis. Os contextos nos quais esses processos ocorrem são muito diversos, o que sugere que as particularidades surgem como campo interessante de análise.

A cooperação internacional movimenta processos de múltiplas transferências de interesses e produz a ideia de desenvolvimento como um mobilizador político que desperta desejos. Nesse sentido, sugiro que os estudantes se movem pela sutileza contida em seus desejos e não somente por algo que tenha a ver com as demandas internacionais de desenvolvimento do país, embora seja parte intrínseca dos projetos de desenvolvimento o manejo do imaginário (que pressupõe, portanto, processos de subjetivação). Os moçambicanos que vêm para as universidades brasileiras partilham, no cotidiano em Maputo, muitas imagens associadas ao Brasil (principalmente através das novelas da Rede Globo de Televisão) que são fundamentais nas decisões de partir. Junto com o ensino superior, circulam músicas, roupas e novelas *brasileiras* - bens altamente valorizados no regresso - recriando vínculos, estabelecendo práticas e partilhando uma certa *dependência* de algumas experiências vividas no Brasil. Vê-se, então, que esta é uma face importante de transferência de moralidades no campo da cooperação internacional no que diz respeito à circulação dos estudantes moçambicanos. As novelas geram efeitos de poder impressionantes porque, ao construir uma prestigiosa imagem do Brasil, alimentam expectativas de que, estando aqui, as pessoas poderão viver o cotidiano nelas apresentado que, quiçá, será incorporado por esses sujeitos no regresso ao seu país.

As disposições alimentadas pela vida escolarizada e, posteriormente (ou concomitantemente), pelo universo do trabalho, são parte fundamental de políticas de cooperação internacional. Esse campo da cooperação é responsável pela circulação de projetos civilizatórios distintos (Silva, 2008), desempenhando o papel de continuadores da reprodução do capital social, já que provocam ou o começo ou a conservação de percursos com alta valorização de diplomas escolares e o reconhecimento que advém deles. As viagens para o exterior são, nesse sentido, elementos integrantes dos capitais

que os estudantes possuem e mobilizam no processo de construção de seu prestígio. Utilizo os termos fluxo e circulação nesta perspectiva, ou seja, como conceitos enunciadores de relações de trânsito dos estudantes, viabilizados por acordos de cooperação internacional.

Hannerz aponta que a palavra fluxo, enquanto metáfora, propõe a "tarefa de problematizar a cultura em termos processuais" (1997: 15). Mais do que uma metáfora, penso que o termo consegue descrever uma série de elementos envolvidos nos movimentos de pessoas. Lobo (2010: 27) emprega a expressão para argumentar que, além das pessoas, o movimentar-se entre diferentes espaços infunde "um não menos importante fluxo de bens materiais e informações". Quando me refiro ao fluxo de estudantes, portanto, quero enfatizar que o que carregam consigo nas suas idas e vindas transita através de processos altamente complexos de "intercâmbio e circulação" (Lobo, 2010: 27) de informações, conhecimentos, expectativas, bens de consumo e modos de estar no mundo.

Assim como fluxo, circulação também evoca movimentos múltiplos. Entretanto, utilizo o termo com aproximação aos sentidos mais específicos colocados por duas fontes acerca do trânsito de estudantes para o exterior. O primeiro vai de encontro à aceção atribuída por Gusmão, que confere aos processos de mobilidade estudantil a designação de "campo político da circulação internacional de estudantes" (2009: 17). Aproximo-me também da ideia de circulação de pessoas atribuída por Almeida *et al* no que se refere à mobilidade pela obtenção de títulos em outros países e pela conseqüente construção de "competências valorizadas no mundo contemporâneo" (2004: 10).

Os moçambicanos com quem convivi utilizam a expressão cosmopolitismo para se referirem às suas disposições de circulação pelo mundo. Na Grécia Antiga, o termo estava associado, de fato, à ideia de "cidadão do mundo" (Ribeiro, 2005: 19). Desde então, a categoria tem sido cultivada por diversas elites para demonstrar o pertencimento além das fronteiras nacionais, diferenciando-se dos outros que não acessam a sofisticação necessária para se familiarizar com o "diferente". Segundo Ribeiro, alguns dos principais processos históricos que fortaleceram o cosmopolitismo

estavam relacionados ao firmamento da Modernidade, ela própria uma noção civilizatória cosmopolita (2005: 21). Para meus interlocutores, ser *cosmopolita* é partilhar do acesso transnacional possibilitado pelas viagens para estudar em universidades no exterior, além de manter, em Maputo, um padrão de vida que os permita cultivar seu acesso a fluxos globais (com o acesso à internet e aos canais internacionais da TV a cabo, por exemplo).

Tendo essas discussões em mente, minha análise pode ser resumida na seguinte questão: analiso alguns dos modos pelos quais os estudantes moçambicanos reproduzem espaços e estratégias de identificação de prestígio em Maputo. Isso se dá pelo manejo de um número relacionalmente maior e mais valorizado de capitais culturais e sociais adquiridos e incorporados em razão de sua circulação, através de acordos de cooperação internacional, para o Brasil. Tais fatos manifestam-se socialmente pela autocelebração de seu valor através do discurso incessante sobre trabalho e de um modo de ser *cosmopolita* os quais, entre outros elementos, permitem a manutenção de um certo *padrão de vida*.

2. Percursos da pesquisa (ou notas metodológicas)

Além dos contatos que tinha desde o Brasil e das pessoas que me foram apresentadas através desses, consegui outros tantos pela dona Elisa, funcionária do Centro Cultural Brasil-Moçambique. Logo na minha primeira visita ao Centro, que faz parte da embaixada do Brasil, apresentei-me na recepção e, no primeiro momento, os dois funcionários que estavam na entrada do prédio entenderam que eu queria me candidatar pelo PEC-G (Programa Estudante-Convênio de Graduação) para estudar no Brasil. Expliquei que faria uma pesquisa e precisava de dados sobre esses estudantes que voltavam após terem finalizado seus cursos no Brasil. Eles me indicaram dona Elisa, quem me recebeu em sua sala, comentando no mesmo instante que dificilmente eu encontraria os dados sobre quem voltou porque não há controle sobre esse aspecto do convênio (referindo-se ao PEC-G). A lista que ela imprimiu, entretanto, foi valiosa. Por ela tive acesso a vários e-mails e telefones de estudantes, além dos cursos e

universidades onde tinham estudado. Embora não constasse nesse documento se eles tinham voltado e, caso positivo, quando tinham sido, a maioria daqueles com que me comuniquei estava trabalhando em Maputo.

A internet foi, então, um instrumento de pesquisa fundamental. Na primeira semana na casa do Alfredo, onde pude utilizar meu computador conectado em sua internet, as poucas manhãs que fiquei em casa foram momentos em que eu enviava e-mails para algumas pessoas selecionadas da lista, explicando a pesquisa e mostrando minha intenção em conversar com elas. A escolha não foi totalmente arbitrária, pois tinha interesse em conhecer pessoas de diferentes faixas etárias e que freqüentaram diferentes universidades. Preocupada com os avisos acerca da difícil disponibilidade daqueles de quem eu estava à procura, enviei logo no terceiro dia dez e-mails ou mais, receosa de que as respostas tardariam ou mesmo nem chegariam. Fiquei bastante surpresa quando recebi vários e-mails e telefonemas no dia seguinte. Alguns perguntaram acerca da minha ida, pois queriam saber exatamente o que eu fazia lá, outros nem sequer quiseram saber e já combinávamos o local do encontro.

Mesclando entrevistas gravadas que somaram o número de vinte e cinco e conversas mais soltas, conheci ao todo trinta e oito ex-estudantes (ver lista no final desta Introdução). Grande parte dos encontros foram realizados em locais de trabalho: ministérios do governo e universidades. Muitas pessoas trabalhavam em dois ou mais lugares diferentes. A maioria que tinha um cargo público (como professor, por exemplo) também exercia alguma função em uma agência internacional; nestes locais ninguém marcava de nos encontrarmos. As entrevistas que gravei foram acompanhadas de um formalismo excessivo, que aos poucos percebi ser característica não só dos lugares, mas das próprias pessoas.

Não foi muito difícil adentrar nos espaços de trabalho, motivo atribuído por alguns ao fato de eu ser brasileira e o tema da pesquisa aludir ao tempo que moraram no Brasil. Ouvi, por exemplo, que *“eles se sentem como se estivessem retribuindo a estada lá”*, ou *“falando com você, revivem um pouco de lá”*. Um amigo comentou que as pessoas retornaram rápido porque *“esses já são brasileiros, manda pra moçambicano nato pra ver”*. Acredito que houve um pouco disso tudo para facilitar

minha entrada em campo, ou seja, contou mais ser brasileira (e mulher) e estudante do que antropóloga.

A propósito de pesquisas em campos *up* (Nader, 1969; Jardim, 2010; Schuch, 2010), não encontrei as dificuldades apontadas por Müller (2010) em se tratando de pesquisas em meios empresariais (o que poderia, em certa medida, assemelhar-se com os ambientes que frequentei), como as barreiras impostas pelas respostas das secretárias, solicitando que naquele dia não poderiam me receber, dizendo para ligar outro dia. A situação melhora, segundo a autora, quando se tem acesso a um primeiro contato com dirigentes de organizações, conquistando sua confiança e percebendo que

também (ou até) no meio empresarial, as pessoas têm curiosidade sobre o trabalho dos antropólogos e sobre o fato delas próprias, sua atividade profissional e a organização em que trabalham serem alvo de uma pesquisa com essa perspectiva. (Müller, 2010: 51).

A formalidade das conversas (gravadas ou não) no âmbito da pesquisa me deixava extremamente curiosa sobre assuntos mais corriqueiros, como as dinâmicas da vida familiar, os momentos de lazer e outras práticas da vida cotidiana. Embora tenha vivido com poucas pessoas momentos como estes, eles foram intensos e essenciais para compreender o universo do trabalho. Não sei se pela maneira como eu explicava meu campo de pesquisa fazia entender que eu preferia encontrá-los no trabalho, ou porque não gostariam que eu adentrasse na vida íntima das suas casas, o fato é que, mesmo tendo recebido muitos convites para conhecer outras esferas de suas vidas, dificilmente alguém ligou marcando algo para que ocorressem esses eventos.

Outro comentário digno de nota é que, convivendo com pessoas *bem sucedidas* profissionalmente, tive algumas propostas e/ou incentivos para trilhar aquele caminho, ou seja, de me *fixar* em Moçambique e *ganhar dinheiro*. Em alguns casos entendi que, por minha pesquisa se tratar da *integração* dos moçambicanos que *regressaram* do Brasil, eu já teria ouvido bastante coisa a respeito de como me inserir no mercado de trabalho do país. Outra semelhança pode ser traçada com o trabalho

de Müller (2010) sobre a bolsa de valores, contexto em que ouvia que ela deveria parar de estudar e aprender como ganhar dinheiro. Importante destacar que minha pesquisa não se trata de uma etnografia dos ministérios e de outros espaços de trabalho (e nem de como as pessoas fazem para ganhar dinheiro), mas das práticas de distinção que são produzidas pelo acesso privilegiado à educação superior. Nesse sentido, pesquisar em ambientes de trabalho foi uma grande porta de entrada para entender alguns mecanismos de construção de diferenças, assim como um ótimo campo para observar a volta.

Leio, portanto, através dos dados, como se configurou a entrada no mundo do trabalho, traçando as diferenças entre aqueles que saíram com licença do emprego e aqueles (geralmente os mais jovens) que voltaram tendo que encontrar uma função nas áreas em que formaram. Como é construída a disposição a uma vida de trabalho por parte dos moçambicanos que estudaram em universidades brasileiras através de acordos internacionais voltados para a educação? Acionar o trabalho como central no desmembramento de questões de pesquisa é interessante porque é o tema mais imediatamente acessado quando o assunto é o fim do curso que foram fazer no Brasil e o regresso a Moçambique. A minha entrada em campo foi bastante facilitada por esse tema. Mesmo que eu não enunciasse meu objetivo como sendo esse, algumas pessoas interpretavam que eu estava ali para ver se os estudantes estavam “*bem colocados no mercado de trabalho*”. Metodologicamente isso foi inevitável, já que quase a totalidade das entrevistas que fiz foi realizada nesses locais.

Esta dissertação não contém um capítulo sobre as histórias de Moçambique. Isso não significa que elas (as narrativas históricas) estejam ausentes. Optei, contudo, por considerar seus fragmentos na medida em que se fazem necessários para dar certa inteligibilidade aos argumentos empíricos e analíticos desenvolvidos em cada capítulo. Assim, o primeiro deles, versa sobre as trajetórias que se desdobram em momentos geracionais que se confundem com os vários momentos pelos quais passou o país em suas experiências colonial e pós-colonial. Não é meu objetivo, portanto, adentrar na história do país, pois seria irresponsável tentar descrever a intrigante construção de uma nação cujos detalhes ainda me são parcos. As memórias, nas falas, abriram

caminho para que eu conseguisse me concentrar em aspectos estruturantes no argumento que aqui quero expor. O passado ronda as relações que são vividas nos embates diários e está latente no contexto de trocas que esses estudantes viveram.

Subuhana (2009), ao traçar sua trajetória escolar, traz à tona a questão da migração interna no continente africano. Ele migrou com os pais quando era pequeno para a Tanzânia como refugiado de guerra. Porém, é da geração dos primeiros estudantes que vieram para o Brasil no pós-independência. Há muitas diferenças de perspectivas quanto aos estudos dependendo do que as pessoas passaram em suas trajetórias. Na UnB, conversando com um estudante que acabou de chegar, percebo que suas expectativas quanto à volta depois de concluir seu curso é muito diferente da de seu primo, que veio há seis anos. Nesse sentido, Telles (2006) comenta que

A diferença dos tempos e a ruptura das gerações é algo que precisa ser bem entendido, não para fazer a comparação ponto a ponto (era assim, não é mais), mas para situar os deslocamentos e bifurcações de uma experiência social que vai se fazendo em um outro diagrama de relações e referências que redefinem espaços e territórios.(...) Por certo, será importante compreender as mutações do trabalho e de seus significados, o modo como isso afeta formas de subjetivação, padrões de sociabilidade, critérios de reconhecimento, relações com o tempo e projetos de vida (Telles, 2006: 91).

Falar de geração é falar de tempo, em última instância. Adentrarei num universo de acontecimentos vividos em outro tempo, ou seja, estarei também no terreno das memórias. Assim como Ortner (2003), lidarei com narrativas construídas prioritariamente pelas memórias da época em que estudaram aqui. A autora me fez pensar questões metodológicas importantes. Um ponto fundamental é a abordagem das muitas mudanças, ou seja, as pessoas mudam com o tempo, mas o mundo também muda. Não vejo, nesse sentido, como não pensar na história do deslocamento de estudantes moçambicanos para outros países como maneira de refletir sobre um contexto global mais amplo de circulação de pessoas. As redes que possibilitam a vinda (e a volta!) influenciam a busca por emprego e outras formas de inserção social no contexto do regresso ao país.

Os nomes de meus interlocutores foram modificados, ao longo da dissertação, a fim de preservar sua intimidade.

3. Entrando em Maputo

Ceguei a Maputo em 19 de junho de 2011. Depois de cinco horas esperando no aeroporto em Jonhanesburgo, de toda a confusão advinda da mudança de horário e de um terrível frio na barriga em pensar sobre o que me esperaria dali para frente, ver o rosto conhecido de um dos meus grandes interlocutores de pesquisa, desde a graduação, que me acolheu em um primeiro momento em Maputo, o Alfredo, foi bastante confortante. O aeroporto de Maputo não estava longe de sua casa; passamos por algumas avenidas e logo nos aproximamos. Vi muitas pessoas vendendo sapatos nas calçadas, além de mulheres carregando crianças nas costas amarradas às famosas *capulanas*⁴. Chegamos a um prédio de três andares. Havia alguns seguranças armados no local, pois ali funcionava uma das sedes da Eletricidade de Moçambique. Subimos as escadas; apesar de ainda ser dia, o caminho era escuro. Ao entrar no apartamento, Alfredo me apresentou à senhora Sônia, que estava passando roupa. Aproximei-me para cumprimentá-la, mas ela se afastou e continuou seus afazeres. Alfredo preparou um Nescafé, mostrou-me onde seria meu quarto e explicou onde estávamos: aquele era um dos poucos prédios do Bairro Jardim; da varanda via-se a EN1, estrada que liga todo o país. O apartamento era alugado, espaçoso, sem muitos móveis.

Alfredo participaria naquela tarde de uma reunião com alguns cooperantes norte-americanos que estavam em Maputo. Eles tinham interesse em investir em material para a biblioteca central da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e Alfredo naquela época exercia o cargo de diretor adjunto da instituição. Seu irmão médico também estaria na reunião, pois a ida dos americanos tinha sido articulada por este. Como pesquisadores da área da saúde, queriam financiar alguns projetos e o irmão do

⁴ "Nome atribuído a um pano moçambicano utilizado principalmente por mulheres como traje do dia-a-dia. Além de servir para carregar as crianças nas costas e como vestuário, a capulana pode ser utilizada para fins domésticos (pano de mesa, cobertor), políticos (campanhas eleitoral), ornamentação e rituais (casamentos tradicionais, funerais etc)" (Mungoi, 2006: 41).

Alfredo, fluente em inglês (o que Alfredo não era), trabalhava como médico em hospitais de Maputo, sendo também pesquisador da área. Alfredo estava vestido com uma camisa e uma calça formais, diferentemente da maneira como andava em Brasília, de calças jeans e camiseta. Estava um pouco apressado para ir ao tal compromisso, então me explicou rapidamente como "funcionavam" os espaços que eu usaria na casa, especialmente o banheiro. Disse, assim, para que eu ficasse *à vontade* que a qualquer momento a Fernanda chegaria.

Fiquei muito assustada nesse primeiro momento. Pensei que me hospedaria em outra casa, sobre a qual Alfredo havia comentado quando estive em Brasília. Mas não foi isso que aconteceu. Nunca tinha ouvido falar da Fernanda, embora estudasse na UnB há anos. Ela estava finalizando seu doutorado na UnB e naquele momento permanecia em Maputo para fazer sua pesquisa. Contrariando o pedido do Alfredo a respeito de que ela deveria me cumprimentar primeiro, fui ao encontro de Fernanda me apresentar. No primeiro momento ela pareceu não gostar nada da minha presença ali, sabia que eu era "*amiga do Alfredo, de Brasília*" e me olhava com desconfiança. Como não entendia a situação em que me encontrava, resolvi deixar tudo muito claro a respeito da minha ida a Moçambique. Conversamos longamente sobre muitos assuntos. Ela foi uma das pessoas mais importantes durante minha estada em Maputo e tive a felicidade de contar com sua amizade. Além de trabalhar no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, Fernanda apresentou-me a várias pessoas, indo pessoalmente comigo marcar algumas entrevistas.

O primeiro final de semana que passei em Maputo coincidia com o aniversário da independência do país. Diferente do que pensava, não saímos de casa. O Carlos, antropólogo moçambicano que mora no Brasil, tinha me dito que as comemorações de independência eram muito importantes, "*todo o povo ia à rua*" etc. O fato é que nem na televisão local houve muita notícia sobre as tais comemorações. Eu nem sabia onde estava exatamente, angustiada com a falta de orientação típica de quem chega a um lugar completamente novo. Não vi o Alfredo; passei o dia com Fernanda, que me ensinou que eu poderia andar *à vontade* ali por perto. Não vi outras pessoas brancas naquelas redondezas e isso mexeu comigo de um jeito bastante incômodo. Andei por

outros lugares com características semelhantes, o que atraía olhares curiosos e desconfiados. Em algumas situações na rua, identificada principalmente pelos vendedores de artesanato como brasileira pelo sotaque, a associação como funcionária da Vale do Rio Doce era imediata, o que me colocava numa posição no mínimo desconfortável.⁵ Lembro-me de ter sido abordada por um funcionário do aeroporto que disse ter se lembrado de mim quando passei pela “Imigração”. Apertou minha mão e perguntou: “*seus amigos da Vale foram embora ontem, você ainda fica um tempo?*”. Respondi que não conhecia ninguém da Vale e que ficaria, sim, mais um tempo. Eu estava a caminho de uma entrevista em uma universidade, então não queria prolongar a conversa, mas ele não soltava minha mão. Ensinou-me que os moçambicanos ajudam os brasileiros e que o carro dele estava sem gasolina. Se eu o ajudasse com algum dinheiro, portanto, não teria com que me preocupar na “Imigração”. Passei a me questionar se teria motivos para me preocupar; acreditava que não. Tentei desconversar, mostrando que quase não tinha dinheiro, precisava daquele para comer, mas cada vez mais que ele insistia, mais apertava minha mão. Peguei na bolsa o pouco que tinha e entreguei; além de não saber como agir, tinha hora marcada para a entrevista. Andei durante muito tempo pelas ruas em um clima de constante tensão.

Mas meus interlocutores quase não andavam a pé, motivo pelo qual passei grande parte do tempo dentro de seus carros. Mesmo que o percurso fosse curto, todos faziam questão de me deixar no local para onde eu iria depois. Algumas pessoas, inclusive, perguntavam se eu não tinha medo de andar sozinha na rua, se não achava *perigoso*. Perigo não descrevia o que eu experimentava, não no sentido que estava habituada a escutar e sentir no Brasil. Sempre que eu questionava o porquê da pergunta, ninguém sabia me explicar exatamente o motivo. A tensão dizia mais respeito a um estado de angústia por andar sozinha e sentir estar sendo observada o tempo inteiro do que pelo medo de ser assaltada ou algo semelhante. Quando comentei sobre isso com um amigo, ele disse que tudo *faz parte do aprendizado* de

⁵ A empresa Vale possui duas concessões para extração de carvão em Moatize, distrito da província de Tete, na bacia do rio Zambeze.

estar em um país diferente, convivendo com outra *cultura*. Em certa ocasião, quando fomos ao Mercado do Peixe, muitas pessoas se aproximaram, falando ao mesmo tempo, oferecendo-me os produtos, apontando onde eu deveria comprar. Diziam "*madam, here*", numa abordagem típica ao turista. Meu amigo não falou absolutamente nada, deixou que eu escolhesse o que quisesse e, quando sentamos para esperar o preparo do peixe e dos camarões, ele me perguntou como me senti. Respondi que não tinha gostado, que fiquei bastante incomodada, por sinal. Ele disse, então, que fizera aquilo de propósito, para eu sentir um pouco o que eles sentem quando vêm estudar no Brasil e são confundidos com estrangeiros que têm dinheiro, ou seja, turistas.⁶

Tive uma grande surpresa quando vi que a direção do carro ficava do lado direito, seguindo a chamada "mão inglesa". A partir daí comecei a compreender melhor que "*Moçambique faz fronteira com países que falam inglês, fazemos parte da África Austral, temos acordos com eles*", como disse o Alfredo. Espantei-me com a quantidade de termos em inglês que foram apropriados pelo contexto local. Podia-se fazer *take away* de comida, estar *busy ao telefone* e mostrar que algo ou alguém era *maningue nice*. Esse fluxo lingüístico foi levantado por algumas pessoas como parte da vida *cosmopolita* em Maputo. Além de conviverem com pessoas que estudaram em vários países, meus interlocutores sugeriram que a facilidade de aprendizagem de uma língua tão valorizada no mundo do trabalho em agências internacionais em Moçambique é parte da abertura do país a um estilo de ser *cosmopolita*.

Voltando à questão dos carros, o fato é que, como muitos diziam estar muito *ocupados*, aproveitavam para me carregar junto no carro e *não perder tempo*.

⁶ Essa relação é apenas uma das faces do processo de identificação vivido pelos estudantes no Brasil. Durante minha convivência com eles ao longo das pesquisas na graduação, várias situações acerca do preconceito sentido dentro e fora das universidades foram narradas. Além dessas, outras situações relacionadas a atendimentos em lojas, supermercados ou restaurantes em Brasília e em São Paulo foram comentadas recorrentemente. Certa vez uma amiga moçambicana disse que foi a uma loja num shopping comprar um presente para a irmã que morava em Moçambique; assim que entrou, nenhum dos vendedores aproximou-se dela, embora a loja estivesse vazia e com muitos funcionários. Completou afirmando que só a atenderam quando perceberam que ela falava uma língua diferente da deles, logo, era estrangeira e estava ali para gastar.

Somente duas vezes esse percurso de aproveitar o tempo foi feito a pé: uma com um ex-estudante que não tinha carro e outra com uma antropóloga cujo carro estava na oficina. Essa foi uma mudança metodológica imediatamente sentida por mim. No Brasil, estava acostumada a circular pela universidade com os estudantes, local onde construí a maioria de nossas relações. Quando me confrontei com a seguinte questão colocada por Hannerz, “what do you do when ‘your people’ spend hours alone at desk, perhaps concentrating on a computer screen?” (2003: 211), pensei na dificuldade que seria fazer uma etnografia sobre pessoas “espalhadas” em seu universo de trabalho em Maputo. Como encontrar e conviver com pessoas que provavelmente frequentam os mais diversos espaços? Será que eles apresentam algo em comum, além do fato de terem estudado no Brasil? Circular dentro dos carros fazia emergir paisagens e espaços sociais que não eram possíveis de serem imaginados por quem olha Maputo de fora deles. Os carros altos, *four by four*, podem ser pensados, nesse sentido, como uma metáfora para a altura e distância através das quais aqueles que os possuíam enxergavam as pessoas que circulavam com os pés no chão.

Esses “passeios” pela cidade, à semelhança da proposta do “go-along” de Kusenbach (2003), foram fontes de muitas reflexões comparativas sobre como se colocavam no Brasil e em Maputo, suas funções no trabalho, suas posições de *self*, além de desenhar um quadro de distinções altamente complexo. Os caminhos percorridos de carro foram fonte de compreensão de desconhecidas paisagens e de assuntos que surgiram sobre o que víamos através das janelas. A afirmação de que “a hybrid between participant observation and interviewing, go-alongs carry certain advantages when it comes to exploring the role of place in everyday lived experience” (Kusenbach, 2003: 463), instigou-me a prestar atenção na maneira como os moçambicanos ressignificavam os lugares por onde passávamos, nos momentos em que conversávamos sobre as experiências no Brasil e sobre a vida cotidiana que levavam em Maputo após a volta.

Sobretudo por estar hospedada em um lugar um pouco afastado daqueles onde eu precisava estar todos os dias, resolvi que o ideal seria alugar um quarto mais

próximo dos locais onde geralmente as pessoas marcavam nossos encontros, ou seja, perto dos seus locais de trabalho. Depois de muito procurar e achar economicamente inviável (a maioria dos aluguéis eram pagos em dólar), comentei onde estava hospedada com a Beatriz, minha principal amiga e interlocutora da pesquisa em Maputo, no nosso primeiro encontro. Ela respondeu: *“por que tão longe, menina?”*. Expliquei a situação e imediatamente ela começou a telefonar para pessoas conhecidas, pedindo para que retornassem se soubessem de alguém que queria alugar um quarto nas proximidades. No dia seguinte, Beatriz me ligou perguntando se eu queria conhecer a avó de uma amiga que morara com ela em Recife e que aceitaria me receber pelos mais de dois meses que eu ficaria no país. Ela me alertou que as *“avós moçambicanas não escondem quando não gostam de uma pessoa”*, portanto, *“se ela for com a sua cara, você vai saber na hora”*. Desmarquei o compromisso que teria naquele sábado e fui ao seu encontro.

Cheguei na casa da Beatriz e estava passando um programa em alemão pela TV a cabo; pergunto se ela entende, ela responde que não, mas gosta de *“ouvir para acostumar o ouvido”*, já que morou uns meses na Alemanha no âmbito de um intercâmbio. Permaneci em sua casa durante um curto tempo, esperando que ela se arrumasse para sair. Em certo, notou que eu observava a casa e perguntou se eu achava muito diferente a disposição dos cômodos, porque ela sempre reparava no Brasil. Eu disse que era exatamente isso que estava pensando e falei que gosto muito do chão das casas em Maputo, de taco. Comentou gostar muito também e acrescentou que no Brasil, *“como as casas são mais novas, as pessoas preferem um chão mais frio”*.

Entramos no carro e fomos em direção à casa da Luísa. Beatriz me contou que elas moraram juntas por dois anos, período em que a Luísa estudou em Recife, onde cursava engenharia química. Esta voltou para Moçambique porque ficou grávida e quis ter o filho perto do namorado e da família. Beatriz disse que as amigas insistiram para ela ficar, ter o filho e terminar o curso, mas ela não quis. Hoje Luísa mora sozinha com o filho de cinco anos em uma pequena casa alugada numa rua localizada atrás da rua da casa da sua avó. Chegando lá, Luísa fez a maior festa; elas não se viam há muito

tempo e Beatriz até comentou que *“tinha que aparecer uma brasileira pra gente se encontrar, mesmo...”*. Entramos na casa, que ficava nos fundos de outra casa, a avó estava sentada manejando umas miçangas, fazendo uma pulseira. Beatriz me apresentou, disse que eu era antropóloga e comentou com a Luísa: *“cuidado, hein, tudo que você falar ela pode escrever depois na tese dela, segundo fulana, isso, isso e aquilo”*. A avó, então, entrou na conversa: *“mas o que você veio fazer aqui, exatamente?”*. Respondi sobre o que se tratava minha pesquisa, disse que estava me encontrando com pessoas que estudaram no Brasil. Ela exclamou: *“então você vai estudar minha neta!”*. A Luísa retorquiu: *“Não, avó, ela quer falar com quem terminou o curso.”*. A avó completou: *“ah, então você vai ver se as pessoas estão bem colocadas...”*. Tomamos chá, a Beatriz falou como foram os últimos anos dela em Recife. Luísa comentou que estava com saudade e que estavam me oferecendo algo semelhante ao que algumas pessoas proporcionaram a elas quando chegaram no Brasil, ou seja, acolhimento. Fiquei muito confusa aquele dia, não entendia como pessoas que tinham acabado de me conhecer podiam me receber em sua casa e conversar sobre coisas tão íntimas de suas vidas. Fiquei muito feliz e senti bastante segurança para seguir adiante.

Antes de a avó me convidar para conhecer sua casa para saber se eu ficaria lá, pegou um álbum de fotografias antigas e começou a explicar: *“Aqui somos nós, aqui o Marcelino, no primeiro voo da LAM, da Tanzania para cá.”*. Nesse momento aquelas imagens não faziam muito sentido, porque eu estava mais interessada em saber se seria recebida e onde dormiria pelos próximos dias. Em vários momentos Beatriz comentou com Luísa como tinha sido difícil a sua volta para Maputo. Ela morou durante sete anos em Recife e agora estava tentando se estabelecer no país. Reclamou que *voltar é muito caro*, porque teve que pagar caro para conseguir levar todas as roupas e sapatos que tinha comprado. Mas afirmou também que, pelo menos, já estava trabalhando em um escritório de arquitetura. Luísa disse que estava muito feliz, que tinha mudado de emprego há pouco tempo, trabalhava em um escritório de advocacia como secretária. A relação com o pai do seu filho não estava muito boa, mas o Raul é uma criança muito inteligente e ela fica muito feliz por isso.

Como ficava tarde, a avó Sandra me convidou para conhecer sua casa e a de sua mãe. A partir dali comecei a entender em que universo me inseria: uma família imensa, com passado bastante importante no processo de independência do país (Marcelino dos Santos, irmão da avó Sandra, é um dos fundadores da FRELIMO). Vi fotos com Samora Machel e Fidel Castro espalhadas pela casa da matriarca de cento e seis anos. No curto caminho até esses outros locais, elas me ensinaram como eu me movimentaria a partir dali e Luísa inclusive se ofereceu para me dar carona nos seus horários. O chão da rua estreita era um misto de areia fina, outras partes com cimento. Passamos por um quiosque onde havia muitos homens bebendo, mais à frente, pedaços de móveis entulhados ao lado do muro de uma casa. A avó Sandra empurrou um portão de ferro e entramos pela varanda que dava acesso à sala onde estava a dona da casa. A televisão estava ligada e a bisavó Tônia, o avô Cláudio e a tia Vitória, cada um em seu canto no sofá, assistiam à novela. Nossa chegada interrompeu a atenção dos presentes e fui apresentada a cada um deles. Não demoramos muito ali e logo fomos à casa da avó Sandra. Andamos poucos metros e chegamos a um pequeno prédio de dois andares. As escadas que me levaram ao primeiro andar passaram a ser caminho diário cinco dias após essa visita...

Aos poucos me inseri no cotidiano dessas casas, o que me colocou em contato com tantos assuntos que extrapolariam em demasia o que abordo nesta dissertação. É digno de nota, entretanto, que ali comecei a me aproximar de um universo mais doméstico de interações, não só por conviver com pessoas de outras religiões que não a católica, mas também por observar o tratamento em relação às empregadas, além de assistir a duas novelas por dia. Por mais que eu achasse obra do acaso a minha entrada nessas casas, fazia todo sentido continuar em uma rede de pessoas dotadas de prestígio em Maputo.

4. Percurso da dissertação

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão. Apresento a seguir um pequeno resumo dos principais argumentos defendidos em cada um deles.

O **primeiro capítulo** é uma apresentação dos "estilos de vinda" que possibilitam a circulação de estudantes moçambicanos para o Brasil. Através de três estilos, discuto o perfil de algumas pessoas que estudaram em universidades brasileiras, privilegiando temas como seus percursos escolares em Moçambique e em outros países, o vínculo (ou não) a locais de trabalho quando do acesso aos projetos e acordos que financiam suas vindas, além de características marcantes em suas vidas a partir desses percursos internacionais. Estão interconectados em cada estilo características geracionais que indicam a diversidade de propósitos envolvidos nas disposições relativas a decisões de sair do país para estudar no Brasil.

É inegável que grande parte dos motivos da existência desses acordos por educação superior faz parte de um contexto no qual o “desenvolvimento da nação” figura como um impulsionador de políticas que concentrem suas forças em instrumentos de prestígio no cenário internacional. A formação de quadros profissionais é um desses casos. Em se tratando da experiência moçambicana com estilos distintos de sistemas educativos, não é difícil perceber a importância dada à formação de professores pelo então presidente Samora Machel em seus primeiros discursos após a independência do país. A elite que governou Moçambique erigiu a educação a patamares prioritários de construção de uma nação letrada, que desse conta dos desafios de um país em pleno nascimento, aos olhos do cenário político internacional. A importância dada à ampliação de acordos que possibilitassem que estudantes moçambicanos fossem estudar no exterior parece não estar muito à parte dessa ideologia.

Entretanto, mais do que um instrumento de políticas estatais, o processo que acompanha a oferta de vagas para cursos em universidades brasileiras e a decisão de estudar aqui e voltar para Moçambique fazem parte de um circuito de novas

abordagens em conhecer e fazer parte do mundo político, institucional, social e pessoal. Nesse sentido, retomo das narrativas dos moçambicanos que estudaram no Brasil e algumas situações vividas com eles para entender a maneira como expressam e dão sentido às suas estratégias de investimento no caminho trilhado através do ensino superior.

No **capítulo dois**, abordo diferentes temas, intimamente relacionados. Na primeira seção narro a apresentação que me fizeram da cidade através da circulação dentro dos carros e discuto o uso ostensivo dos mesmos como um sinal de distinção. Descrevo outros elementos que fazem parte do processo de diferenciação social observado na esfera pública e em locais de trabalho. Faço uma discussão, em seguida, acerca da afirmação de que Moçambique é uma "sociedade de aparências". Na segunda parte deste capítulo, discuto temas relacionados à volta. Assim, é através da *integração* a locais de trabalho privilegiados que ela é abordada. A comparação com a vida no Brasil (de menos reconhecimento) foi acionada várias vezes como motivo essencial de regresso a Moçambique.

Apresento neste capítulo o início da argumentação que defenderei ao longo dos outros, ou seja, compreender o que está em jogo no plano das decisões de sair para estudar no exterior e como a volta se configura na conformação de um ciclo de múltiplas construções indicativas de distinção, em uma aproximação ao sentido proposto por Bourdieu (1998; 2007 [1979]; 2008 [1997]). Os sistemas de ensino foram amplamente comentados pelos ex-estudantes como fontes de comparação entre as maneiras de ser nos dois países. Os professores brasileiros e o ensino de uma forma geral, por serem mais informais, de acordo com muitos, permitem melhor apreensão dos conteúdos, maior liberdade de aprendizado. Em Moçambique, criticaram a formalidade do ensino e a extrema hierarquia que acompanha a relação professor-aluno, dificultando o melhor aproveitamento do curso. No contexto da volta, essas maneiras de ser são colocadas em confronto, o que provoca algumas tensões e motivos para início de mudanças no interior do ambiente de trabalho, principalmente no espaço das universidades, mesmo que com o tempo prevaleça a reprodução de certos padrões sociais. Por último, faço uma breve ponderação acerca dos negócios

brasileiros em Moçambique e sobre como a condição do país enquanto "receptor" de investimentos internacionais é abordada por várias pessoas. Concluo, assim, que todos os fenômenos apresentados no capítulo são faces da construção de um cenário peculiar de produção e circulação de valores entre aqueles que têm acesso a determinados tipos de informações e bens. Dentro dessa perspectiva, a imagem do Brasil relacionada aos investimentos citados indica uma dimensão pouco abordada em relação às motivações para a vinda dos estudantes.

Discuto no **capítulo três** questões relacionadas ao termo "desenvolvimento", tão recorrente nos debates sobre acordos internacionais para educação superior. A partir de uma bibliografia mais recente acerca da vinda de estudantes dos PALOP para o Brasil, faço uma reflexão sobre diversos fenômenos que se associam à rubrica desenvolvimento, a fim de ampliar as implicações dos mesmos no universo de questões desta dissertação. Argumento, nesse sentido, que práticas mais "mundanas" atuam como construtores de desejos e são esses os principais mobilizadores da circulação dos estudantes. As novelas brasileiras são um tema fundamental a esse respeito. Discuto os argumentos apresentados pelos autores do dossiê "Ensino superior e circulação de estudantes: os Palop no Brasil e em Portugal" (2009) para dialogar com eles. Após a descrição de algumas situações que se relacionam às novelas, finalizo apontando que o *desenvolvimento* que os movimenta passa pelos interstícios desses outros micromovimentos espaciais de imagens e conversas sobre o Brasil em Maputo.

O **capítulo quatro** é uma discussão bibliográfica sobre a categoria trabalho em Moçambique. Além disso, narro algumas situações de campo relacionadas à frequência dos discursos sobre estarem ocupados e outras acerca das diferenciações produzidas por eles em relação aos moçambicanos que não cursaram educação superior. Dentre estes, destacam-se as empregadas domésticas. A distância social entre essas pessoas pôde ser observada diariamente, através dos mais diversificados contextos. A ênfase no trabalho e nos diferentes cargos que ocupam é um dos elementos que potencializa a distinção. Abordo, nesse sentido, como os ex-estudantes

com quem convivi e pessoas da família com quem morei se relacionam com esses *outros*.

As atividades laborais são mobilizadores importantes nas narrativas sobre o universo de práticas cotidianas em Maputo. A abordagem histórica surge, então, como ferramenta de compreensão dos processos que observei no tempo em que lá estive. As discussões sobre a categoria trabalho desenvolvidas por autores moçambicanos e brasileiros, entre outros, inspiraram-me a prestar atenção em aspectos de longa duração. Trago ao texto as categorizações de pessoa (e cidadão) que eram operadas pelo estado colonial e como as mesmas eram utilizadas para justificar capacidades e incapacidades laborais em Lourenço Marques. Pensando com esses autores e a partir do contexto proposto, sugiro que as dinâmicas sociais advindas das diferenciações produzidas pela escolarização e o consequente pertencimento a um mundo *cosmopolita* são pontos centrais na análise sobre o sistema de prestígio existente na Maputo contemporânea, os quais se configuram como produto de mediações e processos históricos de longa duração.



Informações relativas às pessoas com quem conversei em Maputo

Nome	Ano de vinda	Grau	Curso	Instituição
Lígia	2003	graduação	Relações Internacionais	UnB
Amilton	2004	doutorado	desenvolvimento rural	UFRGS
Nilton		graduação	Administração de Empresas	FEAD, Belo Horizonte
Fernanda	1997	graduação	Biblioteconomia	UnB
	?	mestrado	Ciências da Informação	UnB
	2008	doutorado	Ciências da Informação	UnB
Arnaldo	?	graduação	Filosofia	Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (Belo Horizonte)
	1999	mestrado	Educação	UFMG
	2004	doutorado	Educação	UFMG
Gisele	2005	mestrado	Veterinária	UNESP
Elton	2004	mestrado	Ciências Florestais e Ambientais	UFAM
Carmen	?	graduação	Fisioterapia	Centro Universitário São Camilo (São Paulo)
Gabriela	?	especialização	Odontologia	OAB-Brasília
Jonas	1991	graduação	Ciências Sociais	UFRJ
	1995	mestrado	Sociologia	UFRJ
Valter	2006	mestrado	Administração	UnB
Armando	1989	graduação	Sociologia	UnB
Eudes	1998	graduação	Ciências Sociais	UnB
	2004	mestrado	Sociologia	UnB
	2007	doutorado	Sociologia	UnB
Marta	1998	graduação	Arquitetura	UFPR
Inês	2003	graduação	Ciências Sociais	UNESP
	2008	mestrado	Antropologia	UFSCAR
Michel	2001	graduação	Ciências Sociais	Universidade Cândido Mendes (Rio de Janeiro)
André	1994	graduação	Comunicação Social (ênfase em Relações Públicas)	UFRGS

Dora	1992	graduação	Ciências Sociais	UFRJ
	2004	mestrado	Antropologia	UFRGS
	2006	doutorado	Antropologia	UFRGS
Alfredo	1997	graduação	Biblioteconomia	UnB
	2001	mestrado	Ciências da Informação	UnB
	2006	doutorado	Ciências da Informação	UnB
Bruna	1998	graduação	Ciências Sociais	UnB
	2002	mestrado	Sociologia	UnB
Edgar	2005	mestrado	Literatura	USP
Marcos	1994	graduação	Biblioteconomia	UFMG
	2000	mestrado	Ciências da Informação	UFMG
	2003	doutorado	Ciências da Informação	UFMG
Maurício	2008	mestrado	Antropologia	UFBA
Gustavo	1996	graduação	Biblioteconomia	UFMG
Olívia	1996	graduação	Biblioteconomia	UFRJ
Nilma	2003	graduação	Economia	UFRRJ
Gilberto	2008	mestrado	Antropologia	UFRJ
Renata	1998	graduação	Biblioteconomia	UnB
Cléia	2004	graduação	Ciências Sociais	UFPE
Edson	1998	mestrado	Educação Física	Unicamp
Luísa	2004	graduação	Engenharia Química	UFPE
Fabiana	?	graduação	Ciências Sociais	UFRJ
	?	mestrado	Antropologia	UFF
Jânio	1997	Doutorado	Ecologia	Unicamp
Nilza	2008	mestrado	Saúde da Criança	UFMG
Dalton	?	graduação	Administração	FEAD
Nivaldo	?	doutorado	Letras	UNESP
Dênis	1994	graduação	Biblioteconomia	UFMG
Beatriz	2004	graduação	Arquitetura e Urbanismo	UFPE
	2009	mestrado	Arquitetura e Urbanismo	UFPE

Capítulo Um
Quem vem e quem volta.
Múltiplos percursos de experimentações educacionais

"agir contra o tempo não é somente infringir o imperativo que interdiz de singularizar-se, é transgredir o imperativo que impõe que a gente se conforme a uma ordem social que se confunde com a ordem do mundo"
(Bourdieu, 1979: 48).



A primeira estudante moçambicana que conheci no Brasil chamava-se Aline e foi uma das minhas principais interlocutoras na graduação. Ela era aluna do curso de Ciências Sociais da UnB, minha colega de turma. Além dela, outros dois estudantes africanos freqüentavam as aulas de Introdução à Sociologia, uma das primeiras matérias do curso, que foi ministrada no primeiro semestre de 2005. No ano seguinte, quando comecei a pesquisa de Iniciação Científica sobre estudantes dos PALOP, Aline me apresentou a muitos alunos de várias nacionalidades, com quem conversei e convivi durante mais de um ano quase diariamente, principalmente em um local do lado de fora do restaurante universitário, denominado por eles de "cantinho dos africanos".⁷ Em 2008, a Universidade de Brasília contava com dois estudantes moçambicanos de graduação. Eles eram minoria, comparados com a quantidade de estudantes dos outros PALOP.⁸ Apesar disso, a maior parte do tempo era com os moçambicanos que eu melhor me relacionava. Em diversos espaços da universidade e fora dela procurei viver várias situações que tentassem abarcar a complexidade das relações e inter-relações desses estudantes com seus conterrâneos, com outros estrangeiros, com

⁷ Apesar de se referirem ao espaço como pertencente a uma certa totalidade africana, sentavam-se nos dois bancos desse local principalmente estudantes vindos da Guiné-Bissau.

⁸ De acordo com fontes da Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica (Daia) da UnB, dos 91 alunos dos Palop matriculados regularmente em cursos de graduação em 2008, 13 eram angolanos, 34 cabo-verdianos, 25 guineenses e 15 são-tomenses, além dos 2 moçambicanos já citados.

brasileiros e, algumas vezes, consigo mesmos.⁹ Praticamente todos os alunos que conheci nesse período vinham para o Brasil através do PEC-G ou do PEC-PG; alguns poucos, sendo filhos de funcionários da embaixada de seus países, ingressaram por uma modalidade denominada "cortesia".

As possibilidades de acesso a universidades brasileiras são, entretanto, mais vastas que as que eu vislumbrara. Em Moçambique, percebi que muitos outros programas possibilitavam a vinda de estudantes para universidades brasileiras, sendo o PEC-G apenas uma forma. Observei também que não há uma fronteira muito demarcada na trajetória de uma pessoa quanto ao vínculo a um programa específico. Por exemplo, se alguém se desloca para o Brasil com financiamento da Fundação Ford na graduação, nada impede que se candidate ao mestrado ou ao doutorado pelo PEC-PG. Esta é, aliás, uma combinação de estilos de vinda bastante freqüente no caso das pessoas com quem falei em Maputo. Assim como são diversos os motivos das escolhas para virem estudar no Brasil, os programas internacionais que fazem a mediação dessa circulação também são vários e apresentam particularidades. As semelhanças entre esses programas estão presentes quando observamos seus efeitos: a formação de quadros qualificados que, após o regresso, contribuam com o desenvolvimento do país (v. capítulo 3). São, nesse sentido, instrumentos privilegiados de produção de elites com maior ou menor agência e protagonismo nos processos de construção nacional.¹⁰

Embora haja muitas semelhanças no tipo de percurso trilhado em Moçambique antes de ingressar em universidades brasileiras (com a saída de regiões do norte do país em direção a Maputo), as expectativas e confrontos vividos nesse movimento de circulação variam enormemente. Diante desse cenário e através de um exercício metodológico, agrupei as narrativas de algumas pessoas dentro do grupo mais alargado daqueles que conheci, selecionando, assim, aquelas trajetórias que me pareceram mais significativas de uma época e/ou que apresentavam formas muito semelhantes. A essas pequenas divisões dei o nome de "estilos de vinda". Meu intuito,

⁹ Desenvolvi esses temas na minha monografia de graduação, os quais não serão abordados diretamente aqui.

¹⁰ Ver Silva & Morais, 2012.

ao trazer um panorama de alguns dos programas que possibilitam a vinda dos estudantes moçambicanos, é mostrar que os estilos de vinda marcam o processo de socialização dos estudantes no Brasil e também posteriormente, no seu regresso a Moçambique. Eles se impõem, portanto, na reinserção dos estudantes em Maputo, sendo um fator estrutural na dinâmica da volta. Procuro dar sentido às trajetórias estudantis e profissionais através dos estilos, que funcionam como um tipo de redução antropológica que se conectam a elas.

Aqueles que vieram com bolsas da Fundação Ford muitas vezes se referem aos estudantes do PEC-G como *primos pobres*, já que possuíam condições financeiras mais precárias e muitas dificuldades para encontrar moradias, fatos que geravam formas diversas de socialização no Brasil. Os espaços freqüentados por eles mudam muito dependendo da bolsa que recebem. Ou seja, a mediação através da qual se estabelecem vínculos em relação à vinda, à permanência e à volta é fundamental no acesso a diversos bens. Os percursos de cada estudante estão intimamente conectados com as possibilidades formais da vinda, no caso o vínculo com uma agência de cooperação internacional ou um convênio do local de trabalho com alguma universidade brasileira. Costa (2006), ao analisar quadros superiores e processos de mudança social em Moçambique, comenta que

O acesso ao ensino superior ainda é muito restrito em Moçambique e as famílias que incluem licenciados entre os seus membros constituem uma ínfima minoria da população. No entanto, este grupo restrito está longe de ser homogêneo (...). (Costa, 2006: 241).

Analiso as formas pelas quais os estudantes constroem sua agência sobre os projetos e programas que permitem a sua circulação, pois são pessoas que extrapolam o fluxo formal desses acordos, ao transitar por espaços de intensas trocas de informação, saberes e sentimentos. Não basta compreender as instâncias pelas quais passam os acordos internacionais no âmbito da educação superior. Discuto, nesse sentido, o que alguns narraram sobre a vinda para o Brasil, assim como a importância de ter vivido anos de suas vidas em outro (s) país (es) para entender os possíveis efeitos transversais aos projetos de desenvolvimento, os quais se revelam muitas vezes como os mais importantes na dinâmica de internacionalização dos mesmos.

Poucos são os que nasceram em Maputo, reafirmando os fortes índices migratórios para a capital em vários momentos, principalmente nos duros anos da guerra civil.¹¹ Interessante notar que em quase todas as narrativas, ao serem indagados sobre suas trajetórias escolares, ouvi expressões como “foi em 75, você sabe, né, ano da independência”, “saí em 92, no final da guerra civil”, “lembro-me que era 25 de setembro e comemorávamos dez anos de independência”, “Eu nasci no tempo colonial”, “na altura estávamos em guerra civil”. As narrativas são, assim, potencializadas pelas memórias inscritas em tempos rodeados de referências a momentos marcados nas histórias de construção do país. Mas isso se dá geralmente com quem tem quarenta anos ou mais, faixa etária de maior peso na pesquisa. Os ex-estudantes com menos de 35 anos, se remetem a alguma data, como as citadas acima, referem-se comentando algo da vida de seus pais.

Importante levar em consideração os diferentes momentos de chegada a Maputo após seus estudos no Brasil, porque quem voltou mais recentemente não possui local de trabalho tão consolidado, realizam trabalhos temporários ou foram admitidos há pouco tempo, não tendo ainda uma sala exclusiva para a realização dos mesmos. Por esse motivo, entre outros, encontrava-me com essas pessoas em locais diversos, como cafés e bares. Apenas uma das ex-estudantes que conheci não estava trabalhando. Jânio, que foi um dos *chamados pela pátria*, disse que começou a trabalhar muito cedo, “adquiri a minha independência econômica rápido. Mas muitos passam mal hoje em dia, há quem tenha curso superior e não tem emprego”. O passar mal diz respeito à *qualidade de vida* que se tinha há anos atrás, quando a quantidade de pessoas com curso superior era reduzida e, conseqüentemente, os melhores cargos e salários eram destinados a elas.

Este capítulo está organizado em dois itens. Início com a descrição dos estilos de vinda, exemplificando cada um deles. Em seguida, passo às suas principais características, apontando que os estudantes acessaram os financiadores de seu ingresso em universidades brasileiras a partir de suas experiências de escolarização e

¹¹ A Guerra Civil Moçambicana se deu de 1976 a 1992, entre o movimento RENAMO e o governo de Moçambique. Terminou com a assinatura do Acordo Geral de Paz, em Roma, a 04 de outubro de 1992.

dos primeiros postos de trabalho. No segundo item discuto brevemente temas relacionados ao trabalho após o regresso, evocados por alguns ex-estudantes. Concluo apontando assuntos que serão abordados nos próximos capítulos e como eles se relacionam a este.

1.1 Estilos de vinda e percursos internacionais

A recorrência de algumas narrativas entre aqueles que conheci em Maputo me levou a pensar em perfis que pudessem exemplificar como operaram os acordos internacionais responsáveis pela circulação dos estudantes ao Brasil. Tais perfis receberam a denominação "estilos de vinda", identificados em número de três. Eles são recursos analíticos que circunscrevem as experiências narradas e as descrevem através das características dos programas e acordos internacionais pelos quais os estudantes se vincularam antes de vir. O objetivo é agrupar essas experiências para compreendê-las de modo mais próximo ao que significou fazer parte de um fluxo de estudantes em que o Brasil está longe de ser destino primeiro ou mesmo único. Discuto, nesse sentido, algumas das trajetórias percorridas pelos estudantes, apontando sua diversidade em relação às aparentes limitações dos acordos.

De um estilo de vinda bastante difundido em países de independência recente, caracterizado por programas de *capacity building*, diferentes possibilidades de inserção em universidades brasileiras foram vislumbradas. Através de recursos provenientes do Banco Mundial e de acordos com outros países cooperantes, muitos moçambicanos vieram estudar no Brasil, uns para se graduar em áreas de demandas específicas, outros para participar de estágios supervisionados de pesquisa. Embora por caminhos distintos, ambos já trabalhavam em algum órgão público e a vinda foi estimulada por demandas internas de formação de quadros profissionais. Por outro lado, há os que vêm pelo PEC-G. São estudantes mais novos, que possuem entre 18 e 25 anos, requisito do próprio protocolo, que limita a candidatura a alunos dessa faixa etária (BRASÍLIA, 2000). Estou ciente que o quadro aqui esquematizado está longe de esgotar as possibilidades de vinda, mas ele pode ser sugestivo na identificação da

complexidade e da diversidade dos percursos de vida dos estudantes. Além disso, aponto para a necessidade de abordagens que privilegiem a complexidade de maneiras de inserção de estudantes africanos em universidades brasileiras, para que suas experiências não sejam limitadas a caminhos unidirecionais de acesso à universidade.

A seção foi escrita, então, com o intuito de dar sentido a diferentes trajetórias que, muitas vezes diluídas nos propósitos institucionais que as propiciam, são diminuídas pelas razões formais que as encerram. Apresento alguns momentos centrais de determinadas épocas da vida de ex-estudantes que revelam uma parte importante dos percursos habitados por eles em seu processo de formação escolarizada. Dentro de cada estilo, portanto, situo a trajetória de algumas pessoas a partir do acordo através do qual a vinda foi possibilitada. Como conclusão prévia de cada seção, reflito sobre a maneira como esses estilos de vinda estruturam o regresso a Maputo, implicando em uma reprodução da configuração laboral existente na cidade.

Assim os qualifiquei:

1) Banco Mundial e similares: os estudantes vieram para o Brasil através de convênios internos do local de trabalho, que geralmente foram possibilitados porque determinados projetos de cooperação estavam em vigor. Alguns fizeram estágios nas universidades e, como ficaram familiarizados com os departamentos, acabaram voltando mais tarde para cursar o mestrado ou o doutorado. Grande parte do fluxo para o Brasil é devido a programas de *capacity building* do Banco Mundial. Os estudantes são selecionados dentro do local de trabalho para cursarem a graduação em determinados países com o intuito de capacitar quadros profissionais visando a atuação em áreas do governo consideradas estratégicas. Uma de suas características é que os que se inserem nos programas precisam manter um vínculo de mais ou menos dez anos no local de trabalho depois do regresso.

2) Fundação Ford: estudantes que vieram para o Brasil através da Fundação Ford. Destes, dois perfis distintos podem ser identificados. De um lado, apresento as

trajetórias de alunos que tiveram experiências estudantis em países de orientação socialista, como Cuba, Bulgária, Alemanha Oriental, entre outros. Esses destinos eram marcados por acordos de reciprocidade política e a escolha posterior pelo Brasil para dar continuidade aos estudos varia enormemente de estudante para estudante. De outro, discuto a vinda de alunos que foram selecionados por uma comissão designada pela Fundação Ford para formar cientistas sociais na UFRJ; a "*turma do Peter Fry*", como alguns disseram. São estudantes que se preparavam para ingressar no ensino superior, participaram da seleção e tiveram todas as suas despesas financiadas e um anfitrião que os recebeu no Rio de Janeiro. A volta não implicou necessariamente em um vínculo com a universidade, embora esse fosse o propósito do programa: formar cientistas sociais para dar aulas na UEM.

3) Acordos Culturais: estudantes que vieram para o Brasil através do PEC-G, PEC-PG e por outros acordos que não necessariamente implicam em uma demanda específica de algum local de trabalho. Esses fazem parte de uma geração mais nova, de quem vem fazer graduação, têm menos de 30 anos, vieram solteiros para o Brasil e encaram a volta de maneira mais conflituosa do que seus conterrâneos de outras gerações. Atribuem o epíteto *cultural* para explicar que os estudos são uma consequência da vinda e o principal motivo é conviver com pessoas diferentes, levando, assim, novas experiências de vida que os auxiliem a compreender seu contexto social.

1) Banco Mundial e similares

Os chamados pela pátria

Muitos estudantes que tinham ensino básico ou técnico em 1977 foram chamados pelo presidente Samora Machel para trabalhar "*nos ramos que a pátria precisava*", como disse Jânio. Naqueles momentos de efervescência do nascimento de uma nova configuração histórica, muitos jovens estudantes passaram pelo curso de formação de professores. A voz de Samora, transmitida ainda hoje em programas de

televisão e rádio, através da reprodução de seus discursos, mexe com a lembrança de muitos que se recordam dos momentos em que o presidente falava. Seu carisma e apelo ao *povo moçambicano* despertam comoção em quem o ouve, lamentando a sua morte precoce. Escutei mais de uma vez a voz do primeiro presidente de Moçambique e sua particular expressão hipnotizante, “*é, ou não é?*”. Tal função fática utilizada pelo presidente também foi apontada por Macagno (2009)¹², que comenta o poder de seu discurso em 1977 para um público de estudantes e professores.

“*Fui obrigado a fazer o curso de formação de professores*”, afirmou Jânio. André também comentou algo assim e me contou que quem o ensinou a “*juntar as letras e a contar antes de ir para a escola*” foi sua mãe. Morava em Nampula¹³ e cursava o ensino secundário quando Samora Machel “*fez um discurso no dia 8 de março no ano de 1977, a convidar todos os jovens do secundário para responderem a um chamamento da pátria*”. André disse que isso aconteceu porque depois da independência houve nacionalizações e muitos portugueses que trabalhavam em Moçambique nas áreas de educação, saúde etc, saíram do país, “*uns por insatisfação, uns porque não concordavam com o regime*”. Quando terminou o ensino secundário, foi *recrutado* para fazer o curso de formação de professores em Maputo, para *preencher esses espaços*; chegou em 1981, quando tinha aproximadamente 13 anos.

Depois disso, muitos desses jovens professores continuaram estudando, fizeram curso superior e/ou foram trabalhar em Ministérios do governo, exercendo alguma função de direção. Mas deixe-me voltar àqueles que me contaram essa história. Em 1984, André começou um curso na área de desenho e quando terminou em 1986 foi convidado para ser assistente na faculdade de educação, especializando-

¹² Não é difícil escutar comentários sobre o modo como Samora se dirigia ao *povo* em seus discursos; sua capacidade de discursar e chamar a atenção das pessoas são características recorrentemente lembradas. Como discutiu Macagno (2009: 22): “Samora Machel fala em nome do povo e, ao mesmo tempo, cria-o, compondo em seu discurso enérgico e histriônico, uma espécie de alquimia na qual heterogêneo se transforma em homogêneo. *Um só povo, uma só nação, uma só cultura* de Rovuma a Maputo, tal como rezava a recorrente metáfora geográfica da unidade nacional (...) discursava, em 1977, para uma imensa plateia de alunos e professores”.

¹³ Nampula é uma província localizada no norte do país.

se em "didática do desenho". Em 1987 foi escalado para trabalhar como assistente de estagiário, sendo *convidado* para fazer parte do corpo de docentes da UEM. Em 1989, a faculdade de educação foi fechada¹⁴ e criaram o Instituto Superior Pedagógico, com atuação na Universidade Pedagógica. Houve um reencaminhamento dos professores e, como era esse o seu caso, teria que optar entre as três alternativas: a primeira era dar aulas para a décima primeira classe, a segunda era ir para o Ministério da Cultura e a terceira, trabalhar na Reitoria. Ele optou por esta última, local onde tivemos essa conversa. Em 1990, André assumiu uma vaga na área de relações internacionais, após ter sido questionado pelo reitor sobre qual era sua intenção frente àquelas opções. De relações internacionais passou para relações públicas, depois para diretor adjunto. Até esse momento ele não tinha formação universitária, mesmo exercendo um cargo que justificaria tal escolarização. Disse, então, que solicitou ao reitor uma bolsa de estudos na área de relações públicas, para que pudesse ampliar sua atuação na reitoria. Foi assim que veio estudar no Brasil em 1994, na UFRGS, com uma bolsa de estudos da UEM, financiada pelo Banco Mundial.

Jânio foi morar na Beira, província de Sofala, quando já era capacitado para "formar professores".¹⁵ Chegou uma altura em que se cansou, pois estavam em guerra civil; pediu, então, para o diretor nacional que voltasse para Maputo. Tinha planos de regressar para a capital e continuar com a tarefa da formação de professores, mas o diretor recusou, propondo que ele ficasse em Maputo para trabalhar no Ministério da Educação, seu local de trabalho até a atualidade. Em 1986, ocupou um cargo na Direção Nacional de Formação de Professores, ano em que o governo estava com um projeto internacional na área da educação. Ele passava meio período do trabalho no Ministério e a outra parte do tempo no Instituto Nacional de Desenvolvimento da

¹⁴ Mário, Fry, Levey e Chilundo mostram que, após a década de 80, a universidade teve que se adequar aos moldes propostos pelo governo da Frelimo. Nesse sentido, "the university adopted a utilitarian stance, training human resources for what were considered to be the pressing needs of the new socialist economy. Courses considered of lesser priority and which had very few students were closed, such as biology, chemistry, physics, geology, mathematics, geography, history, modern languages and educational sciences" (2008: 8).

¹⁵ Sofala localiza-se na parte central do país.

Educação (INDE). Em 1989 esse projeto ofereceu-lhe uma bolsa de seis meses para fazer um estágio na faculdade de Ciências Biológicas da Unicamp.

Conhecendo o departamento e com a aproximação a alguns professores, surge a ideia de fazer o mestrado lá. Foi assim que, nos finais da década de 90, Jânio veio para o Brasil para cursar o mestrado em Ecologia. Ao voltar para Maputo, após defender a dissertação, trabalhou em um cargo no INDE, ao invés de regressar para o Ministério. Nesse período, o Instituto contava com a cooperação do governo da Suécia, cujos técnicos que lá trabalhavam sugeriram que ele submetesse um projeto para fazer doutorado. Jânio escreveu um projeto tanto para concorrer a uma vaga de estudos na Suécia quanto para o Brasil; como o resultado do Brasil saiu primeiro, ele optou por fazer o doutorado neste país em 1997, com bolsa do CNPq.

Muitos dos que passaram pela experiência da formação de professores nessa época tiveram experiências parecidas com as do André e do Jânio. Ou seja, participaram da formação, começaram a trabalhar em órgãos do governo e, internamente a esses órgãos, através de bolsa do próprio governo ou de financiamentos de projetos de cooperação internacional, vieram para universidades brasileiras. São pessoas que participaram da constituição dos primeiros quadros profissionais na construção de um governo e de uma nação. Não parece muito estranho, nesse sentido, que as narrativas sempre estejam pautadas por expressões como *fui chamado, me escolheram* etc.

O regresso dessas pessoas para Maputo faz parte das políticas dos próprios órgãos onde estavam trabalhando. Como já integravam o quadro de funcionários do governo desde os primeiros momentos da construção da nação, os estudantes não deixaram de estar atrelados a suas obrigações dentro dos ministérios, embora tivessem licença para viver como estudante *a tempo inteiro*. A conclusão dos cursos, seja de graduação ou pós-graduação, e o conseqüente regresso de quem os fez implicou em novos cargos em seus locais de trabalho, o que também significou aumento de salários, de influências pessoais e de *status*. Pela própria natureza do seu envolvimento com o início da vida política do país independente, esses estudantes envolveram-se muito facilmente com as oportunidades de circulação internacional

promovidas pelos cooperantes que atuavam em Moçambique de maneira intensa através de projetos de desenvolvimento na área educacional e de formação de quadros qualificados para atuar na esfera burocrática do Estado. A vinda para o Brasil fez parte desse contexto de interesses cruzados e a volta para Maputo é parte dos valores arquitetados ao longo dos anos de rápidas transformações desde 1975.

Os biblioteconomistas e suas trajetórias pelas bibliotecas de Maputo

As primeiras pessoas que entrevistei em Maputo vieram para o Brasil através de um programa de *capacity building* do Banco Mundial. Conheci essa turma porque a Fernanda, com quem eu pegava carona para ir ao campus da universidade, foi uma das que veio com bolsa desse programa para cursar Biblioteconomia na UnB. Volta e meia ela comentava que ia para Belo Horizonte encontrar *os que estavam lá*. Foi assim que me apresentou à Renata, à Olívia, ao Gustavo e ao Dênis, que trabalham na Biblioteca Central Brazão Mazula. A primeira pessoa com quem conversei foi a Renata, que me explicou que a biblioteca era nova, a primeira do país com sistema eletrônico de localização das obras pelo leitor, por isso ainda estava em fase de aperfeiçoamento. Ao subir as escadas, que davam acesso ao andar onde ficava sua sala, ela ia me mostrando as falhas da construção, *“obra dos chineses, não presta”* e, mostrando as infiltrações, completou *“uma porcaria, tas a ver?”*. Lembrei de ter ouvido comentários semelhantes outras vezes.

Duas turmas de estudantes foram formadas e distribuídas entre Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília; a primeira regressou em 1998 e a segunda em 2001. São, em geral, pessoas que já trabalhavam na Universidade Eduardo Mondlane e, mais especificamente, nas bibliotecas dos departamentos. Alguns não souberam me dizer exatamente como foi feita a seleção, somente que foram escolhidos e informados que tinham uma bolsa para fazer o curso de Biblioteconomia no Brasil. O programa também previa vagas para outros países, já que outros colegas de Gustavo foram para o Canadá e para o Botswana.

Gustavo conta que sempre teve o *“sonho de estudar fora”* e sua primeira tentativa para realizá-lo foi para ir aos Estados Unidos, Ohio. Ele disse que não deu certo porque *“havia uma coisa que dependia muito de padrinhos nessa altura, eu não tinha nenhum padrinho no Ministério da Educação.”*. No decorrer da conversa, ele assume que até conseguiu a bolsa norte-americana mas, para tê-la na íntegra, os formulários teriam que ser homologados pelo tal Ministério onde, segundo ele, houve um *desvio* dos mesmos. Em 1996, quando surgiu a oportunidade de vir para o Brasil, ele já trabalhava na Universidade Eduardo Mondlane e era bolsista de um curso de inglês intermediário na África do Sul. Até aquele momento não havia quadro superior na área, os primeiros já tinham partido para estudar aqui pelo mesmo programa. O interesse da Universidade, então, era formar profissionais desse campo e a escolha pelo curso, *“para dizer a verdade, foi uma demanda da universidade”*.

Gustavo explica que quando estava na nona classe teve que começar a trabalhar, foi até a universidade e a única vaga disponível era na biblioteca. Ele disse que nesse momento era *“um zero à esquerda, não sabia nada, eu queria trabalhar, porque eu tinha necessidade e já me sentia homem suficiente para cuidar dos destinos da minha vida.”*. Antes disso, tinha exercido a função de ajudante de mecânico, mas queria estar no setor público e, por isso, foi buscar a oportunidade que estava sendo oferecida na UEM. Quando voltou do Brasil, continuou a trabalhar na biblioteca, mas disse que suas atribuições mudaram muito, porque quando veio cursar a graduação *“só tinha um curso básico, uma capacitação básica que eu tive quando entrei para poder dar conta do trabalho, porque também não podia cair do céu, sem nenhuma noção de como são feitas as coisas”*. Até o dia em que conversamos ele era chefe do departamento técnico da biblioteca.

Olívia também já trabalhava na UEM quando surgiu a bolsa para estudar no Brasil. Esse foi seu primeiro emprego, em 1986, na área de documentação. Ela me contou que ficou sabendo do projeto do Banco Mundial quando saiu um primeiro grupo de estudantes para o Brasil. Não se candidatou porque já era casada, tinha filhos e ficou um pouco receosa de deixá-los para se aventurar em outro país. Mas, *“a segunda remessa, que foi de 96, 97, subiu a circular, dizendo que tinha bolsas de*

estudos para o Brasil.”. Explicou que era uma seleção documental, ou seja, os interessados deveriam submeter os documentos pedidos e, posteriormente, passavam por uma entrevista oral, assim como por testes de aptidão física. Olívia explicou da seguinte maneira sobre o processo:

O sistema era esse. Não tinha uma avaliação, assim, escrita. Era demanda deles. Aquilo que eles tinham. As instituições aproximavam, aqui temos tantas vagas. As instituições enviavam os estudantes mediante o número de vagas que tinham em cada universidade. Por exemplo, nós quando fomos, éramos um grupo de nove, mas não fomos para a mesma cidade, porque o Rio tinha vagas para cinco. Eu fui para o Rio. Os outros foram para Belo Horizonte e Brasília.

Ao voltar em 2001, Olívia assumiu o cargo de chefe do departamento administrativo. Disse que nessa altura aqueles que tinham uma formação de ensino superior eram poucos, porque quando ela voltou seus colegas ainda estavam no Brasil. Entretanto, comenta que não achou o trabalho muito diferente do que fazia antes de vir estudar, quando exercia atividades da área técnica, porque *"tudo acaba dando no mesmo. Muito trabalho e uma experiência nova e única para nós, assim como para o país. Nunca tínhamos visto uma biblioteca dessa dimensão"*.

Renata veio pela primeira turma. Diferentemente de Gustavo e Olívia, ela não trabalhava na universidade quando surgiu a oportunidade de fazer o curso de Biblioteconomia com fundos do Banco Mundial. Renata queria estudar Economia na UEM e, para passar no exame de admissão, tinha que fazer provas de matemática e história, mas por causa desta última não conseguiu nota suficiente para ingressar. No dia desse exame, ocorria a seleção para as vagas do programa de *capacity building* referido, então Renata foi selecionada para vir, mas antes disso trabalhou quatro meses na biblioteca. A futura biblioteconomista se assustou muito ao desembarcar no Brasil, lugar completamente diferente de tudo que já tinha visto em Moçambique. Conta que chegou na época do carnaval e pararam no Rio de Janeiro antes de ir para Brasília:

Eu, que tinha tudo coberto, vejo gente nua na estrada. Eu disse aos meus colegas: pelo amor de Deus, vamos voltar. Éramos cinco, doutor Fabiano, Pablo, Adriano, Dênis, Marcos e eu era a única mulher.

Empolgados porque viram tudo de fora! Tínhamos que dormir no Rio para, no dia seguinte, pegar o avião para Brasília. Eu estava muito chateada. Eu querendo ir embora e eles não, vamos passear. Saí do hotel, dei dois passos, vi uma bala perdida matando alguém na motorizada. Isso acabou comigo. Eu tremia.

Renata voltou em 1998 e ficou dois meses de férias. Quando recomeçou a trabalhar, entrou para a direção do serviço de documentação e depois de poucos meses foi requisitada para organizar a base de dados de arquivo do gabinete do reitor. Ao chegar, teve muita dificuldade em trabalhar em colaboração com os outros funcionários que lá já estavam, porque "*apanho a resistência a mudar, tem a secretária, que tem mais vínculo com o reitor, a secretária que tem mais vínculo com o diretor*". A indignação de Renata vinha da vontade que ela tinha de organizar os arquivos mudando a disposição dos mesmos, baseada nas técnicas que aprendera na universidade, mas era barrada pelos funcionários antigos. Assim, ela propôs um projeto de criação de uma pequena biblioteca, que foi construída, recebendo por isso o cargo de secretária do conselho do diretor, cujas atribuições eram reunir com os diretores das faculdades da UEM, produzir atas e propor a agenda da UEM. Sentiu-se muito desgastada com tanta atividade e almejou voltar ao serviço de documentação da biblioteca central, pois queria "*fazer parte daquela confusão toda de ir buscar os livros nas bibliotecas setoriais e meter aqui. Eu queria sentir o que é montar a biblioteca na sua raiz*". Até o momento de nossa conversa em sua sala, Renata era chefe de departamento de coleções especiais. De acordo com ela, foi dentro desse departamento que se criou o Repositório Saber, com estrutura semelhante aos repositórios brasileiros de artigos e demais produções acadêmicas.¹⁶

¹⁶ O Repositório Saber foi criado em Moçambique e lançado em 2009. Ele é considerado um marco para o movimento de Acesso Livre, pois é o primeiro dessa natureza no país, além de ser também pioneiro em língua portuguesa no continente africano (Fonte: <http://acessolivrebrasil.wordpress.com/2010/01/20/repositorio-saber-de-mocambique/>. Acesso em 22/02/2012). O objetivo principal é que o repositório disponibilize a localização e o acesso a documentos científicos e acadêmicos produzidos em ou sobre Moçambique (Fonte: <http://www.saber.ac.mz/>. Acesso em 22/02/2012).

Todas essas pessoas fizeram parte de um projeto específico de formação de profissionais para trabalhar nas bibliotecas da UEM. Como já estavam trabalhando na biblioteca antes de vir, voltaram para os mesmos locais, mas com atividades mais específicas. Muitos nem sabiam do que se tratava o curso, mas se animaram com a ideia de fazer um curso superior no Brasil, ainda mais com a certeza de que voltariam para o trabalho; encararam a vinda como uma pausa desejável. Outra particularidade da trajetória desses estudantes é que eles vieram em turma para estudar no mesmo curso e continuam trabalhando juntos em Moçambique. Das pessoas com quem conversei, foram os que mais ligação tinham uns com os outros, laços que foram reforçados enquanto estudavam em universidades brasileiras, já que viajavam com frequência para outros estados para aniversários e casamentos de conterrâneos.

Como esse foi um projeto específico de uma área, cujas circunstâncias institucionais demandavam o cumprimento dos objetivos previstos no contrato internacional (permanecer no local de trabalho por pelo menos dez anos), os ex-estudantes vincularam-se às bibliotecas e têm desenvolvido importantes atividades nelas. Eles gostam de frisar o aspecto da criatividade inerente a esse processo, considerando que foram os primeiros estudantes do país a se formarem no curso de Biblioteconomia. Tiveram que recorrer à inventividade em relação ao que aprenderam nas cadeiras das universidades brasileiras para apropriar ao contexto moçambicano. Embora desafiador, como muitos comentaram, não foi difícil, pois já contavam com a prática do trabalho. A educação superior foi um trampolim de acesso a cargos mais especializados e, é claro, a entrada no circuito de prestígio local.

2) Fundação Ford

Os cientistas sociais

Fabiana saiu de Moçambique para estudar no Brasil através de um projeto da Fundação Ford. Contou que "*eles tiveram todo o cuidado de arrumar um lugar só para mim, pensaram em tudo, que se eu ficasse com os meninos eu ia acabar cozinhando para todos eles.*". Quando era criança, odiava preparar café, mas o pai sempre a

escolhia para fazer essa bebida para todos na casa onde morava. Comentou que sua relação com os estudos mudou quando seu pai disse que, se ela não estudasse, serviria café o resto da vida. Isso coincidiu com a época em que professores brasileiros faziam seleção em escolas moçambicanas para cursarem Ciências Sociais no Rio de Janeiro (ver capítulo três). Sentiu uma vontade imensa de vir, mas pensou que dificilmente conseguiria porque teria que concorrer com seu colega Jonas, um *crânio*. Contou-me que foi a única mulher da sua turma selecionada para cursar Ciências Sociais no Rio. Essa conversa deu-se no percurso para sua casa, após seu expediente. A passos curtos pela Avenida 24 de Julho, caminhamos alguns longos minutos até seu apartamento.¹⁷ Assim que chegamos, assustei-me com a quantidade de grades e cadeados no lance de escadas de três andares. Antecipando minha pergunta, Fabiana explicou que havia muitos assaltos naquele prédio, então os moradores preferiam se prevenir. Sua casa foi assaltada duas vezes e o que ela mais lamentava era ter perdido os CDs que levou do Brasil. Quando entramos, fiquei impressionada com o tamanho do apartamento e a aparência que ele tinha por dentro, nada que se assemelhasse à fachada externa. Cômodos imensos, uma televisão imensa. Fabiana não me serviu café, mas uma deliciosa *matapa*, preparada por sua empregada.¹⁸ Sentamos no sofá da sala de televisão e ela disse:

Quando cheguei na casa da pessoa que me acolheria, ela não estava. Mas, como eu tinha as chaves, entrei no quarto e dormi horas seguidas. Quando me levantei, ao abrir a porta, ela estava lá, segurando um copo com suco de maracujá. Disse “bem-vinda!”. Nunca me esqueci do cheiro daquele suco. Eu nunca tinha experimentado.

Por isso queria que eu comesse algo que ainda não tivesse experimentado. Trouxe esses dados porque eles dizem muito das condições encontradas aqui pelos estudantes e afirmações parecidas surgiram mais de uma vez em conversas com

¹⁷ Fomos caminhando para sua casa porque seu carro estava na oficina. A respeito das conversas com meus interlocutores dentro dos seus carros, ver capítulo dois.

¹⁸ *Matapa* é um prato preparado com os seguintes ingredientes básicos: amendoim cru, leite de coco fresco e folhas de mandioca.

aqueles que vieram por esse acordo. As condições privilegiadas das quais dispuseram para estudar, morar e divertir-se no Brasil são notáveis.

Jonas explica que estudava na escola pré-universitária em Quelimane, capital da província da Zambézia, quando se candidatou para esse concurso da Fundação Ford. Foi selecionado e chegou no Brasil em 1991. Fry (2001) aponta que nessa época havia escolas específicas para preparar alunos para ingressar nas universidades das províncias de Gaza, Maputo, Nampula, Sofala e Zambézia. Os estudantes que receberam a bolsa foram selecionados por uma comissão composta por representantes do Ministério da Educação e de professores do IFCS da UFRJ. Ele foi o único da escola que conseguiu a bolsa e veio na primeira turma desse acordo, que totalizou o número de cinco estudantes em 1991. De acordo com o autor, esse foi o primeiro concurso público para ingresso em universidade em Moçambique pós-colonial. Até então, "alunos entravam na universidade (ou não) pelas mãos de funcionários do Ministério da Educação que determinavam a carreira dos indivíduos de acordo com as 'necessidades do Estado'" (Fry, 2001: 285). Observando o quadro político ideológico do país na época, notava-se que havia uma tendência de enviar filhos de funcionários de alto escalão da Frelimo para estudar em universidades "ocidentais" e "filhos de gente menos graúda em países socialistas, em particular na Alemanha Oriental e em Cuba" (*Op. Cit.*).

Os estudantes voltavam para Moçambique nas férias de final de ano e aproveitavam para fazer alguns pequenos trabalhos de campo, como pesquisas bibliográficas, observação sobre algum tema, ou mesmo realizar alguma pesquisa mais específica. A proposta era que os alunos discutissem suas realidades com os professores para desenvolverem suas capacidades para pesquisa, o que despertou em vários deles a vontade de fazer mestrado logo depois. Jonas reforçou, então, o contexto de vinda para cá:

A fundação Ford criou todas as condições para que nós não tivéssemos grandes problemas de inserção no ensino superior no Brasil e, de algum modo, até no contexto de integração. Foi a Cândido Mendes que geriu todo o nosso processo da vida

universitária, da nossa vida social. Eles foram muito importantes, sobretudo nos primeiros anos.

Interessante notar o tom politizado que envolveu as conversas que tive com alguns. Assim, foi no Brasil que Jonas se confrontou com a existência de movimentos sociais e a maneira como a *sociedade civil pujante* reivindicava seus direitos. Para quem vivia em um contexto de anos de guerra civil que chegavam ao fim e de um país que passava pela transição "*do socialismo para uma sociedade aberta, democracia*", chegar ao Brasil no calor dos acontecimentos do *impeachment* de Collor, que incluía o papel do movimento estudantil Caras-pintadas, certamente foi algo marcante na vida desses estudantes de ciências sociais. Não à toa Jonas se referiu àqueles que aqui estudaram como possuidores de uma *postura crítica à flor da pele*.

Os cientistas sociais que vieram por esse projeto colocaram-se de maneira muito peculiar frente aos motivos que os permitiram estudar aqui. Como Fabiana apontou, nem todos que voltaram quiseram estar relacionados diretamente com a academia, sendo este o seu caso. Comentou que voltou ao Rio de Janeiro para passar férias com o marido, com quem foi ao IFCS e, coincidentemente, reviu o professor Peter Fry. Narrou-me, emocionada: "*Meus olhos se encheram de lágrimas, eu tive a oportunidade de agradecer pela oportunidade e dizer o quanto foi importante aquela experiência. Mas, infelizmente, não tinha seguido na carreira acadêmica como meus colegas...*".

A particularidade da vinda dessas ex-estudantes recai no fato de terem sido selecionados nas escolas em Moçambique, tendo condições de voltar todas as férias para fazer pequenas pesquisas. Esse elemento, aliado ao feito de que cursaram ciências sociais, despertou um olhar mais atento dos alunos, principalmente em relação a aspectos comparativos entre os dois países. Muitos deles integraram o quadro de professores dos cursos de Antropologia e Sociologia na UEM, utilizando vários livros que levaram do Brasil na elaboração da ementa de seus cursos. Entretanto, se os *chamados pela pátria* ocupam cargos em ministérios e outros órgãos do governo, os que regressaram pela Fundação Ford trabalham, em geral, em projetos internacionais, mesmo exercendo a docência.

O(s) de Cuba

Próximo à década de 80, jovens moçambicanos foram selecionados para estudar em Cuba. Como me contou Gilberto, que foi para a Ilha da Juventude aos 13 anos, privilegiavam-se "*peçoas de classe pobre, classes menos favorecidas, os operários*". A passagem pelo país socialista é fonte de algumas interessantes histórias de influências literárias, que marcariam principalmente a vida daqueles que se envolveram mais tarde com a vida acadêmica ou de pesquisas em outros espaços. O contexto político da época pela qual passava Moçambique é bastante marcado pelos comentários sobre o regime, como explicou Gilberto: "*havia toda aquela lavagem cerebral, de comunismo, discurso de Lênin para aqui, para acolá, durante o ano inteiro. Aquilo que os militares fazem*". Ele se lembra de ter participado do décimo primeiro festival de estudantes de países comunistas, onde iam representantes de "*países do Leste*".

"*Cuba é o chão da minha formação intelectual*", afirmou Gilberto. Na sequência de nossa conversa, ele narrou a visita que fez com um professor de História à casa de Ernest Hemingway. A entrada naquela casa foi para ele como uma entrada em outro mundo, mundo cercado de livros ("*enquanto eu vejo os livros dele, apanho os passos*") e de símbolos que marcariam profundamente seu gosto pela leitura e pela vida de estudos. "*Aquilo foi uma loucura total pra mim, a ida à casa de Hemingway foi uma loucura total*", falou com paixão, rememorando os tempos que viveu na Ilha.

Em 1980 Gilberto foi escolhido como um dos melhores estudantes e ganhou uma viagem de férias a Moçambique, onde foi recebido pelo presidente Samora Machel. Depois das férias, ao regressar a Cuba, disse que devorou vários livros (além de Hemingway, leu Faulkner, Marther Luther King, Umberto Eco, Victor Jara, entre outros), participava de festivais de música e falou com *gente importante*, como Geraldine Chaplin e "*uma série de peçoas interessantes, artistas vindos dos Estados Unidos*". Na escola que Gilberto estudava havia o que ele chamou de sessão de vidas estrangeiras, onde os alunos tinham a oportunidade de "falar com gente importante". Nesse espaço, Gilberto lia o discurso de recepção e também "*explicava a cultura daqui*".

Estima-se que 1.131 estudantes moçambicanos viveram em Cuba nesta época, através de programa de cooperação entre os dois países. Alguns, inclusive, acompanhados de professores, chegaram de navio à ilha caribenha, de acordo com matéria de um jornal moçambicano.¹⁹ O navio Rosia, "um cruzeiro de grandes dimensões, então de propriedade e tripulação soviéticas", teria saído em setembro de 1977 e chegado em 3 de outubro do mesmo ano. Esta cooperação apresentou contornos bastante peculiares do momento político pelo qual passava o país, cuja fundação, de acordo com a mesma matéria jornalística, estava baseada "nos princípios vigentes naquela época, de internacionalismo proletário e solidariedade".

As primeiras escolas moçambicanas abertas em Cuba, na Ilha da Juventude (cuja denominação era Isla de Pinos, até 1978), chamaram-se "Samora Machel" e "Eduardo Mondlane" e faziam parte do sistema cubano de ensino, cuja denominação formal era Escola Secundária Básica no Campo (ESBEC). Os alunos faziam todo o ensino básico lá: quinta, sexta, sétima, oitava e nona classes. Gilberto voltou para Moçambique em 1984, após ter se decepcionado com "*uma ruptura com certa maneira de pensar e de ser*" que houve nesta época; disse que continuaria para continuar os estudos, mas não aceitou a situação, pois não concordava com "*certas coisas que eles faziam lá*". Não especificou que coisas seriam essas. Ao regressar, foi indicado para ser professor de História no ensino básico. Narrou da seguinte maneira a sua volta para Moçambique:

Quando eu chego aqui, em agosto de 1984, eu vou à praça da Independência para ver o desfile militar, ali no Hotel Rovuma. Nessa altura, o diretor nacional da educação era marido da Isaura, a pessoa que havia me selecionado para Cuba. Era um casal de brancos, que era o representante da Frelimo no Ministério da Educação. Então ele pergunta o que eu queria, eu disse eu quero fazer o ensino médio na Francisco Manhane. Eu faço o ensino médio para a universidade. Mas, em 85... em setembro de 84, eu já estou à procura do movimento cultural que havia aqui. Então eu descobro que Mia

¹⁹ "Numa viagem que levou 30 dias: estudantes moçambicanos foram à Cuba de barco". In: Jornal Notícias. Fonte: http://www.mzjobs.co.mz/por/noticias/numa_viagem_que_levou_30_dias_estudantes_mocambicanos_foram_a_cuba_de_barco. Acesso em 14/02/2012.

Couto, Lina Magaia, o Calane da Silva estavam a preparar uma coisa que se chamava 25 temas para setembro, que era um recital de poesia alusivo ao décimo aniversário da luta armada de libertação nacional. E, via Mia Couto, eu entro no grupo. (...) E começo a entrar no ambiente intelectual da cidade, nesse contexto específico, porque eu já vinha fazendo isso desde Cuba.

Todo o encanto relacionado às vivências práticas no mundo das artes pára por aí em nossa conversa. Gilberto relacionou a vida em Cuba com a construção de um *certo sentimento de liberdade*, que o levaria a adquirir sua independência financeira através do trabalho em Maputo. Foi esse o tom dado por ele para falar do seu sentimento em relação ao que fazer ao regressar de Cuba: queria ter sua própria casa, seus livros, enfim, "*firmar o chão da minha independência*". Mas a escolha não foi tão simples assim como aparentemente descrevo e o acesso à vida laboral fez parte de muitas outras formas de inserção à dinâmica das relações sociais no país e do seu pertencimento ao sistema de prestígio advindo delas, como discutirei nos próximos capítulos. O primeiro trabalho de Gilberto foi nas Oficinas Centrais do Ministério do Interior, onde era responsável pelos cargos nacionais da Frelimo, "*os nomes eu sabia de cor e salteado*". Depois partiu para algumas experiências na área comercial, fez curso de Marketing e no ano de 1996 entra para o curso de Ciências Sociais na UEM, ensejado por seu interesse em História e Literatura, despertado em Cuba. Em 2001 começou a "*trabalhar para o Estado*", no Instituto de Investigação Agrária de Moçambique, depois foi para a área de comunicação, trabalhar em jornais ("*escrevo para jornais há muitos anos, desde 84*").

Enquanto cursava Ciências Sociais na UEM, começaram a voltar os primeiros estudantes que vieram ao Brasil pela Fundação Ford. Muitos deles foram dar aula no departamento que Gilberto freqüentava. Ele se entusiasmou com a possibilidade de sair para estudar antropologia no local onde aqueles professores tinham estado. Foi assim que começou a procurar informações na internet sobre o programa de pós-graduação em antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro e foi no site da universidade que viu "*a referência do Museu, que tinham os americanistas e outros, toda aquela geração de antropólogos americanos esteve lá.*"

Veio para o Brasil em 2008 para fazer mestrado em antropologia no Museu Nacional, com bolsa da Fundação Ford, apesar de ter sido contemplado anteriormente pelo CNPq, mas optou por aquela, de maior valor.²⁰ Quando saiu de Maputo, recebia 75% do salário. Questiono se nessa altura ele ainda trabalhava como funcionário público e ele me responde que não era funcionário público, apesar de trabalhar para o Estado. Explica que, uma vez assumindo um cargo na Direção Nacional de Desenvolvimento Rural, dependendo do tempo que trabalhou no Estado, o governo autoriza a ser classificado como funcionário público. Gilberto trabalha como consultor do Banco Mundial dentro de um Ministério. E reafirma, "*estou de licença ilimitada do aparelho do Estado. Não sou funcionário público, estou a trabalhar como consultor*".

Confirmando o que meus interlocutores comentaram acerca das condições de vida no Brasil com a bolsa desta Fundação, Gilberto contou-me que teve suas passagens pagas e a bolsa era muito superior do que aquela oferecida pelo CNPq. Para concorrer à vaga, ele construiu um plano de estudos pertinente às linhas de interesse da Fundação. Com o que recebeu, conseguiu manter grande parte dos seus gastos com a família, que tinha ficado em Maputo, e ainda economizou para comprar um carro quando regressou. A volta, então, é acompanhada de um novo *status*, pois o ex-estudante vislumbra através dessa experiência a possibilidade de manter um padrão de vida tão bom ou melhor do que aquele que tinha no Brasil. Pode ser que isso influencie na inserção no trabalho em projetos internacionais em Moçambique, como forma de manter tal padrão.

Muito antes da possibilidade de se pensar na vinda para o Brasil, estudantes com perfil semelhante tiveram experiências escolares que coadunavam com o espírito ideológico que prevalecia naquele momento. Os jovens que se deslocaram a Cuba conviveram com uma circulação interessante de ideias e pessoas que marcou a maneira como sentiram o percurso da escolarização. Quando regressaram a Maputo, procuraram continuar a formação escolar e, principalmente, a inserção nos espaços

²⁰ Seu envolvimento no curso acabou resultando em um convite para ser integrante do Projeto do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas intitulado "Cientistas Sociais de Países de Língua Portuguesa: histórias de vida".

laborais. Através da articulação desses anseios e de uma percepção mais apurada acerca das mudanças políticas e econômicas do país, pessoas como Gilberto passaram a encarar suas escolhas de maneira mais flexível, trabalhando com consultorias de agências internacionais dentro do governo. A docência é também exercida por muitos deles.

3) Acordos Culturais

Jean foi morar com os pais nos Estados Unidos e fez *high school* lá. Comentou que achou muito estranha a experiência, porque havia turmas de melhores alunos e os professores que *pareciam babás*. Estudou naquele país o período equivalente da quarta à sétima classes em Moçambique, tempo que seu pai trabalhou como jornalista. Quem o incentivou a estudar no Brasil foi o pai, porque uma amiga sugeriu Florianópolis como ótima opção para dar continuidade aos estudos. Narrou sua experiência de universitário de forma bem apaixonada, dizendo que saía muito e que foi difícil voltar porque fez *muitos laços* e até está noivo de uma brasileira, que se mudará para Maputo assim que terminar os estudos e se casarem. Gostou tanto de *Floripa* que elegeu como o assunto do qual mais queria falar, contando que gostava da cidade porque "*é para todos os gostos, para quem gosta de curtidão ou programas mais calmos, como tocar violão na praia. Eu até tinha uma banda de pagode lá, mas só como hobby*".

Ele disse que voltou porque queria "*ter uma marca como arquiteto*" e no Brasil dificilmente isso aconteceria, porque seria "*apenas mais um*". Afirmou que Maputo está vivenciando um *boom* da construção civil e esse foi, portanto, o motivo principal para o seu regresso. Quando voltou não demorou muito para conseguir emprego, mas não disse exatamente o tempo que a espera durou. Contou-me que voltou e ficou um mês de férias e, como estava em época de Copa do Mundo (na África do Sul), foi embora mais cedo do que o previsto para assistir aos jogos. Quando ia de férias, recebia algumas propostas de trabalho, "*aquelas promessas de emprego, quando regressar, vem ter comigo...*". Mas isso não aconteceu, segundo ele. Sua noiva, Brenda,

também iria para lá, assim que o casal conseguisse um padrão de vida que fizesse valer a pena o deslocamento dela para Maputo. Ela morou na Itália e quando voltou para o Brasil os dois conversaram muito sobre a volta, porque "*parece que se perde um pouco da dinâmica do lugar. Você vai ver, você também vai sentir isso. Parece que as pessoas pararam no tempo. Eu sinto isso aqui*".

Eudes afirmou algo semelhante em nossa conversa. Disse que a volta "*dá uma sensação que as pessoas pararam no tempo ou não conseguem nos acompanhar. A gente olha com outro horizonte*". Eudes nasceu em Xai-Xai, "*uma cidade há duzentos quilômetros aqui de Maputo, mais para o Norte*". Sua mãe era professora primária e a família se mudou para Maputo porque a mãe foi trabalhar no Ministério da Educação. Ele estava na educação infantil quando se mudaram e matriculou-se na escola "A Luta Continua", onde cursou até a segunda classe. Desta até a décima segunda estudou na "Josina Machel". Ambas as escolas eram públicas, de acordo com ele. Seus últimos anos de ensino secundário foram acompanhados de trabalho durante o dia e aulas à noite. Quando terminou os estudos, ainda estava trabalhando em uma indústria de medicamentos, mas sua paixão mesmo era a Sociologia:

Nessa época o ensino aqui já estava definido de maneira que a pessoa optava ou por ciências ou letras. Eu optei por Humanidades, que incluía inglês e francês. Foram os melhores anos para mim, eu estava fazendo aquilo que eu queria. Quando eu terminei, a ideia era continuar no ensino superior. Desde os 16 anos eu já queria fazer Sociologia. Eu não sabia muito bem o que era a sociologia, mas a ideia de estudar a sociedade, pensar a sociedade. Pensar os problemas da sociedade sempre me encantou. Eu fazia muitas perguntas: por que as coisas são assim? Por que o nosso país estava em guerra? Por que nós tínhamos que ter dificuldades econômicas? Essas perguntas todas de caráter político, social, econômico. Elas sempre vinham à cabeça, eu buscava respostas e não tinha. Aqui em Moçambique não tinha o curso de sociologia na época. Eu conheci um casal estrangeiro que sugeriu que eu fosse para a África do Sul. Nessa época eu já era cristão, o grupo que eu estava, havia a possibilidade de pagar uma bolsa de estudos para fazer na África do Sul, que era o país mais próximo. Me lembro de todo o processo de inscrição para a Universidade de Bloemfontein para fazer um curso próximo, mas ainda não era sociologia.

A sugestão de vir para o Brasil foi ideia de um congolês, pastor da igreja que Eudes freqüentava. Além de Teologia, esse conhecido havia cursado Antropologia na UnB. Foi ele quem lhe informou sobre a existência do PEC-G e o incentivou a estudar na UnB, tanto porque seria melhor que na África do Sul, como pelo seu potencial. Em 1997 Eudes se inscreveu e participou da seleção, cujo *"júri era o cônsul, uma moçambicana que assessorava assuntos na embaixada e outros que estavam vinculados ao programa PEC-G"*. Eram cinco pessoas que avaliaram os estudantes e, de acordo com Eudes, faziam muitas perguntas. Uma delas, inclusive, conversou em francês para certificar se o que ele tinha escrito em sua carta de intenções procedia. Comentou que nessa época era tradutor; traduzia os documentos dos trabalhadores na fábrica onde trabalhava do inglês para o português. Ingressou na UnB em março de 1998, terminou a graduação e entrou para o mestrado em 2003. Em 2006 já estava no doutorado, tudo na mesma universidade.

Eudes ainda estava no Brasil quando uma colega enviou-lhe um edital de um concurso para professores na UEM. Ele despachou os documentos pelos Correios e a colega fez a inscrição. Quando foi chamado para a entrevista, estava com a esposa na África do Sul, sendo logo em seguida integrado no corpo docente para dar aulas de Sociologia Urbana. Questionado sobre a sua atuação laboral, Eudes comenta que é docente e pesquisador. Interessante que ele se refira a consultorias como sendo pesquisa. Assim que voltou para Moçambique, o governo estava com um projeto para elaboração do Plano de Estrutura Urbana (equivalente a Plano Diretor no Brasil) do município. *"Logo fui integrado no grupo dos consultores"*, comentou. Após essa experiência de trabalho houve outro projeto de pesquisa para a construção de um novo cemitério. Eudes comenta, então, que tem participado de várias pesquisas como essa ao longo de sua carreira e que sua rotina em Maputo é muito diferente daquela que tinha em Brasília. Agora seus compromissos são bem mais numerosos e seu ritmo de vida é outro, porque *"hoje tenho emprego, tenho salário. O país mesmo mudou. No Brasil eu era estudante, aqui eu sou trabalhador."*

Bruna conta que foi a primeira pessoa da família a sair do país para estudar. Depois dela, seu irmão foi para a Índia com uma bolsa que *apareceu* através de

determinada agência financiadora. Ela não queria ingressar em outra universidade em Moçambique que não fosse a Eduardo Mondlane, então depois de muito estudar entrou para o curso de Linguística. Quando cursava o primeiro ano, um amigo lhe disse que estava se preparando para concorrer a vagas em universidades brasileiras, através do Centro de Estudos Brasileiros. Bruna disse que já tinha tentado bolsas para outros países, mas nunca tinha conseguido porque *"tudo aqui precisa de padrinho, não estou afim de tentar"*. Mas o amigo insistiu e ela acabou por se inscrever também, principalmente porque

Eu já tinha ouvido muita coisa sobre o Brasil. Eu gostava de ler, conhecia alguma coisa do Gilberto Freyre, música. Meu pai tinha muito disco em casa, então eu ouvia canções, Martinho da Vila, Gilberto Gil... então, a nossa geração tinha uma ideia diferente, não queria ir pra Portugal, queria conhecer o Brasil. Aqui também existem feiras internacionais, a Facim²¹, eu sempre ia, porque sabia que ia encontrar alguma coisa sobre o Brasil, ia conhecer alguma coisa sobre a culinária e ouvir os brasileiros a falar.

Bruna narrou que fazia parte da seleção escrever uma redação sobre o Brasil e, como era *boa com a língua portuguesa*, acabou dando certo. Havia 15 vagas e ela ficou em 17º lugar; mesmo com a desistência de duas pessoas, não pôde vir estudar aqui porque não havia vagas para o lugar onde queria. Ela não gostava do curso que fazia na UEM e queria fazer Sociologia. Na segunda vez que se candidatou, o cônsul que estava na banca da seleção nem a entrevistou, por ter se lembrado da sua participação anterior. Então contou que, antes de sair os resultados, já sabia que estudaria na UnB, mas não sabia que *"Brasília era uma cidade tão cara. Eu tinha uma bolsa de \$300. Fui em 98 para ir fazer a licenciatura. Foi assim que surgiu esse meu trampolim, digamos, para o Brasil"*.

Nem todos conseguem passar pelos exames de admissão para ingressar na UEM, como Bruna. Muitos estudantes explicaram que é muito difícil entrar nessa universidade porque as vagas são poucas, então optam por tentar uma bolsa de estudos em outro país. Esse foi o caso de Michel. Quando o país passava pela *época do*

²¹ Feira Internacional de Maputo.

socialismo, ele ainda era uma criança e estava no ensino primário. Os pais foram estudar em Portugal, por isso ele morou lá até a nona classe. Voltou para Moçambique em 1993 e foi matriculado em uma escola privada, onde ficou até terminar a décima segunda classe. Como não conseguiu ingressar na UEM, Michel tentou uma vaga para estudar no Brasil a partir do Centro de Estudos Brasileiros (ou seja, pelo PEC-G) com o intuito de cursar Arquitetura no Rio de Janeiro; *"meti a cabeça lá, descobri o mundo"*. A universidade passou por uma greve e, quando a segunda estava quase começando, Michel mudou de curso e de universidade. Cursando Arquitetura, notou que gostava muito da área social, motivo que o fez optar pelas Ciências Sociais, porque *"percebeu que aquele era o melhor lugar para ficar, porque tinha o Instituto Cândido Mendes, o grande centro de estudos africanos no Rio de Janeiro. Tudo se juntou, a minha maneira de perceber África e a minha terra com as pesquisas de lá"*. Michel comenta que pensar em voltar não foi difícil, porque já tinha saído do país uma vez, então não teve vontade de permanecer no Brasil. *"Eu já tinha terminado minha tarefa, queria ganhar experiência de trabalho"*, então fez alguns trabalhos *colaborativos*, especialmente na área de cinema. Explicou que queria entender a *"conjuntura do Brasil"* e se inserir no mercado de trabalho, mas se cansou da realidade de *"guerra urbana no Rio"*.

Gisele nasceu em Maputo, seu pai é de Quelimane e sua mãe de Inhambane. Entretanto, terminou o ensino primário em Quelimane enquanto seu pai trabalhava, mas na sétima classe voltou para Maputo. Comenta que escolheu Ciências com Biologia e tinha dúvidas sobre cursar medicina, veterinária ou agronomia. Optou pela veterinária porque a mãe trabalha no campus da UEM onde funciona esse curso. Portanto, conhecia a faculdade e já era familiarizada com o espaço. Ingressou na universidade e, no final da graduação, chamaram-na para ser monitora. Em 2003, quando defendeu sua monografia, foi convidada para trabalhar como professora na mesma universidade. Em 2005,

eu tive conhecimento daquelas bolsas do CNPq para o Brasil. Teve um congresso aqui, eu conheci o meu orientador, ele era da UNESP, então foi mesmo aplicar, passei, fui. Na altura era a única opção, hoje sei que tem o Ministério de Ciência e Tecnologia. Fui para a Unesp de Jaboticabal. A primeira barreira assim que cheguei foi em relação à língua. Eu achava que, porque nós falamos português, seria igual,

mas foi muito difícil. A gente chega, começa logo, escreve. Há um bocadinho de desnível em termos tecnológicos. Eu tive que me esforçar um bocadinho mais em relação aos estudantes brasileiros. Há coisas que nós não damos prioridades e eles lá dão muito mais ênfase. Mas eu tive A na maioria. Não tinha outros estudantes africanos. Mas depois chegou um de Angola, outros da Guiné, um de Cabo Verde, então ficou, assim uma comunidade. Na USP é diferente, porque tem muita gente. Eu já estava tão acostumada, agora que acostumei, tenho que voltar. É o que acontece.

Uma das coisas que mais marcou a trajetória de Gisele na universidade foi seu envolvimento com pesquisa e, quando voltou para Maputo, teve que *travar*, pois não teve mais acesso a laboratórios, grupos de pesquisa e congressos. Em relação a estes, ela comenta que embora tenha ficado só dois anos no Brasil, aproveitou os eventos da sua área para conhecer outras regiões do país. Assim, viajou para Belo Horizonte, São Paulo e participou de uma excursão para o sul do país. Afinal de contas, *"a gente só vai para congresso para passear, né"*, completou. Ela se sentiu um pouco isolada no início porque era a única estudante africana, o que causava certo desconforto. Após uns meses na universidade chegaram estudantes guineenses, um cabo-verdiano e um angolano, o que configurou uma *comunidade*. Apesar de tantas atividades, Gisele tinha a impressão que o tempo em Jaboticabal demorava a passar, mas foi positivo porque ela aprendeu a praticar exercícios. Contou-me que fazia caminhada, andava de bicicleta, fazia capoeira e ginástica. Quando voltou, infelizmente não pôde continuar a prática de todos eles, porque o tempo deve ser gasto com a família e os programas sociais.

O que conecta a vinda de Jean, Eudes, Bruna, Michel e Gisele é o PEC. Todos eles tiveram conhecimento sobre o programa através de fontes e motivos diversos e se inscreveram para concorrer às vagas pelo Centro Cultural Brasil-Moçambique. Com a exceção de Gisele (a única entre eles que veio exclusivamente para fazer mestrado), nenhum deles estava vinculado a um local de trabalho quando partiram para estudar, o que indica que a volta implicou em estratégias mais ou menos elaboradas para ingressar no mercado de trabalho. Em geral, como vimos no caso de Eudes, são as redes construídas anteriormente à saída as grandes facilitadoras da inserção na rede maior das carreiras que demandam nível superior. Interessante notar que as pessoas

que saíram para estudar fora tendem a construir relações mais duradouras entre si, o que também amplia as possibilidades de emprego, considerando que uns avisam os outros, ou mesmo influenciam na conquista das vagas.

1.2 Investidas no universo do trabalho em Maputo

Os dados que venho desenhando até aqui são reflexo do meu interesse em compreender os processos que acompanham o fluxo de moçambicanos para universidades brasileiras. Privilegiei até o momento algumas características dos estilos de vinda e que faces eles assumem em determinados momentos das trajetórias dos estudantes.

Quase 70% das pessoas com quem conversei trabalham na área pública, na administração do Estado. Além disso, grande parte deles já estava nesses locais antes de virem para o Brasil. Isso pode estar relacionado com a faixa etária a qual, sem perceber, acabei me aproximando, e com as consequentes trajetórias daqueles que viveram o período pós-independência, cujas demandas do Estado para formação de pessoal em nível superior eram bastante intensas. Consigo traçar paralelos com aqueles que voltaram mais recentemente (embora a quantidade tenha sido bem menor). Diferentemente dos que já tinham uma vida familiar “arrumada” e um emprego no governo através do qual foi possível o “convênio” com alguma universidade brasileira, os mais jovens voltam cheios de expectativas com a nova etapa que construirão nas suas vidas. Encontrar um bom emprego e reconhecimento nele é um desses desejos.

Uma das questões que tinha em meu roteiro relacionava-se ao modo como a pessoa tinha ingressado no emprego daquele momento. Para a maioria delas, entretanto, não fazia sentido esse questionamento. A partir da conquista da confiança nas conversas, assuntos sobre mudanças de cargos após o término dos cursos de ensino superior (um indício da “*mais-valia*” conquistada no exterior) eram trazidos à tona. Aos poucos, também percebi que a progressão de cargo não se devia tão somente ao grau de ensino nem ao fato de o terem adquirido no exterior, mas ao fato

de serem filiados ou não ao Partido²². Esse é um assunto delicado que foi abordado poucas vezes, por pessoas de extrema confiança.

Como era de se esperar, em um país que recebe grandes somas de ajuda internacional²³, muitos daqueles que voltam do Brasil se inserem em consultoria em agências financiadoras, como o Banco Mundial. De acordo com Gilberto, na narrativa abaixo, a alternativa para quem gostou da vida acadêmica, mas não tem condições de continuar em Maputo por falta de financiamento de pesquisas nas universidades, é se envolver com a cooperação internacional.

Este é um país que ainda está em fundação, aqui tem pessoas que não sabem o que vão comer no dia seguinte, tem pessoas que dormem mal, tem esse problema da Aids, tem várias questões prementes. São por essas questões que o bom doador dá dinheiro, é aí onde você pode trabalhar, mas não como pesquisador, senão você vai legitimar o que eles pensam, tu vai legitimar a maneira como eles empregam o dinheiro, não importa se é bom para o país, isso não interessa, tens que unir o útil ao agradável. Vais se juntar a eles, ouvem o que eles querem, faz o que eles querem. O que eles procuram, não é ele que procura aquilo, é o dono do dinheiro.

Ele chama a atenção para os motivos de existência desses doadores, ou seja, os problemas sociais advindos das consequências históricas recentes do país abririam espaço para esse tipo de trabalho, que estaria mais perto de alguma atividade ligada à pesquisa. Esse foi o caso da Bruna, que voltou para Moçambique com grande entusiasmo para trabalhar com pesquisa e acabou se envolvendo em projetos internacionais. Ela conta que trabalhou com *uns franceses* em uma consultoria, junto com um colega moçambicano que havia estudado em Portugal; era um trabalho de

²² Essa era maneira de se referir ao Partido Frelimo, que está à frente do governo desde a independência do país, em 1975.

²³ Os "parceiros" de cooperação do país são: Alemanha, Áustria, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Bélgica, Canadá, Comissão Europeia, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Irlanda, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suécia, Suíça, África do Sul, Austrália, Brasil, China, Coreia, EUA, Índia, Japão e Vietnã. Fonte: http://www.minec.gov.mz/index.php?option=com_content&task=view&id=66&Itemid=104. Acesso em 29/04/2012.

levantamento de dados e tinham que fazer um “*diagnóstico socioeconômico de uma região na zona fronteira da província da Zambézia, no norte de Moçambique*”.

Bruna disse que foi muito difícil realizar o tal diagnóstico naquele lugar, porque não havia energia elétrica, nem comida, embora o solo fosse fértil. Havia também algum problema com a caça, mas ela não soube explicar o quê exatamente. Comentou que esses diagnósticos deveriam levar em conta essa outra dimensão da região, pois “*tem que pedir licença para os antigos donos do lugar*”, sugerindo que o problema só seria resolvido com uma relação das pessoas com a terra e seus ancestrais. Também trabalhou como consultora da Comunidade Europeia, para a cooperação suíça e em uma instituição italiana. É nesta última que ela trabalhava no momento que nos conhecemos e narrou com muita empolgação seu trabalho:

Eu estou trabalhando diretamente num projeto com o município de Maputo, vai ser um projeto de estudo de conhecimento do lugar. É para existir material para se fazer políticas para esses lugares periféricos. Como surgiu essa ideia? Surgiu porque o município de Maputo teve uma experiência dessa instituição com alguns organismos brasileiros em Salvador, na Bahia. Eles tiraram as palafitas, reconstruíram os bairros, fizeram novas casas. Trouxeram para fazer aqui. Vai ser um estudo integrado, ambiental, físico e social. Está o Brasil, a Itália e Moçambique. Do Brasil virão os consultores, eles que vão nos informar, eles vão entrar com a parte do conhecimento, como vamos fazer mobilização, como vamos convencer pessoas, porque não vai ser fácil, algumas casas vão ter que ser destruídas, fazer estradas, criar empregos. A ideia desse projeto é ele se tornar sustentável, como conseguiram fazer no Brasil. Eu estou muito feliz por estar a participar desse projeto, conheci muita gente, lidar com projeto do Banco Mundial, União Europeia. Para mim é uma nova ciência, vou conhecer outros mundos.

Diferente da opinião do Gilberto, Bruna se sente produzindo, aprendendo e pesquisando coisas novas dentro dos projetos dos quais participa. Os dois passaram por percursos muito diferentes antes de virem para o Brasil, o que pode explicar a diferença de perspectivas sobre pesquisa e trabalho. Enquanto Gilberto aponta com muito cuidado as estratégias políticas da existência desses projetos em Moçambique, Bruna se encontrou nesse espaço de trabalho, algo que a permite transitar por um

mundo internacional dentro de casa, que a coloca em contato constante com pesquisa e com a possibilidade de conhecer o centro e o norte do país.

Bruna cursou a graduação e o mestrado na Universidade de Brasília, completando oito anos de vivências aqui. Contou-me que quando chegou tinha um bom nível de inglês, mas aos poucos foi perdendo a prática, porque o "*Brasil é muito independente com a língua, as coisas funcionam sem inglês*". Esse comentário me fez lembrar da Beatriz, que disse em outra ocasião que "*você encontra tudo no Brasil, não precisa sair para nada*", ao me relatar seu espanto em ter conhecido muito mais gente que tinha saído do país em Moçambique.

Esse é, inclusive, um fator que complica a inserção de quem voltou do Brasil em certos empregos, já que o manejo com línguas estrangeiras - principalmente o inglês - é fator imprescindível para ocupar determinadas vagas. Bruna contou que, se tivesse um bom nível de inglês quando voltou para Maputo, poderia ter encontrado trabalho mais rápido; perdeu algumas chances justamente por isso. Por outro lado, associa a formação no Brasil com um reconhecimento em Moçambique, já que há muitos negócios brasileiros investidos no país. O relato seguinte mostra um pouco como se dá essa relação ambígua com a "escola brasileira":

O lugar onde eu gostaria de ter estudado, por exemplo, poderia ter sido Estados Unidos, poderia ter sido na Espanha. Portugal eu nunca quis. Nós temos um pouco daquela dureza da escola de que aluno tem que sofrer. Eu não acho que aluno tem que sofrer. Quando eu fiz lá no Brasil, sem problemas, é possível fazer um curso tranquilo. Nunca me simpatizei muito com a escola portuguesa. Acho que se tivesse estudado num país de língua inglesa, teria mudado minha forma de pensar também. Os americanos também pensam de forma liberal e talvez aí eu poderia ter ganho know how, que é o inglês. Talvez eu tivesse conseguido emprego antes, com níveis melhores. Em Moçambique nós somos muito dependentes, tem muito investimento estrangeiro, muitos projetos estrangeiros que precisam de pessoas que falem as línguas internacionais, inglês, francês. Se a gente sabe essas línguas, tem maior possibilidade de conseguir mais. O Brasil deu a oportunidade de fazer um bom curso. Moçambique tem muito investimento brasileiro. O Brasil está na mão de cima hoje, também. Então, quando alguém mostra um diploma feito no Brasil, é mais-valia.

Até o momento tracei um panorama de alguns dos múltiplos fatores que se impõem na dinâmica do fluxo de estudantes moçambicanos para outros países, especialmente para as universidades brasileiras. Daqui para frente tentarei apresentar os dados de maneira um pouco mais centrada no cotidiano da vida em Maputo e como ela traz elementos importantes para compreender a ênfase no trabalho. As novelas e outros programas da televisão brasileira, além das notícias na internet, são fontes privilegiadas para se pensar a renovação de vínculos com o país. As imagens televisivas associadas ao Brasil, como serão discutidas no capítulo 3, são influências para muitos daqueles que decidem vir estudar no país e reforçam em sentidos diversos o que entendem ser o Brasil.²⁴ *"Ih, eu já conhecia o vosso país muito antes de ir. Agora que voltei continuo assistindo, para não perder o contato"*, afirmou um de meus interlocutores. Se posso identificar um espaço onde as experiências informais (ver capítulo 2) são revividas, este é o momento das imagens do Brasil nas novelas.

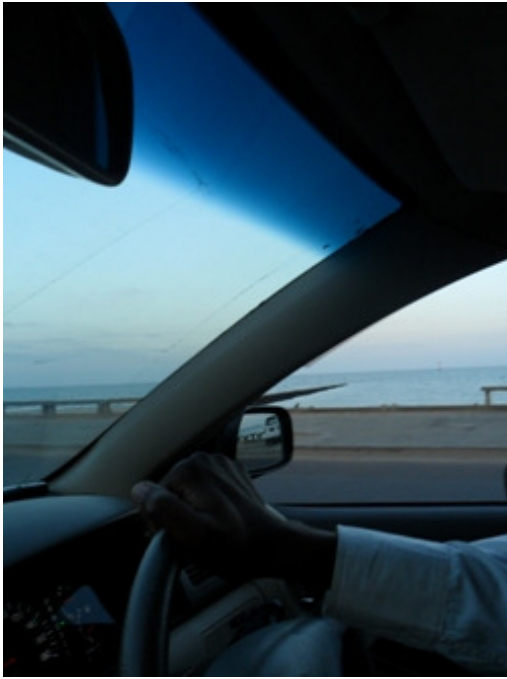
No próximo capítulo, esses temas estarão esboçados em forma de episódios que são resultado das minhas investidas etnográficas em Maputo. Discutirei, através de situações vividas, os contrapontos essenciais do sistema de diferenciação produzido pela lógica do acesso ao ensino superior cursado em outros países, mostrando a especificidade da vinda ao Brasil.



²⁴ Outras influências também poderiam ser citadas. Um exemplo são os investimentos brasileiros no país, motivo que caracteriza o fluxo de estudantes, como é o caso da Vale do Rio Doce e sua demanda por engenheiros formados no Brasil. Dona Elisa, que trabalha no CCBM, comentou que a Vale do Rio Doce já solicitou uma lista com os dados de estudantes de engenharia que se formaram no Brasil para trabalhar na empresa.

Capítulo Dois

Sobre aparências e essências: a entrada num circuito formalizado de prestígio



Este capítulo aborda três temas. Em um primeiro momento, apresento alguns percursos que fiz pela cidade dentro de carros daqueles com quem conversei e situações através das quais assuntos como trabalho, tempo, padrão de vida e aparência foram recorrentemente citados. A segunda seção é uma discussão sobre a volta dos estudantes para Maputo e como ela participa na construção de um sistema de prestígio advindo, em grande parte, das viagens para o exterior e da conseqüente conquista de diplomas de ensino superior. Discorro também acerca da maneira como eles comparavam suas experiências com os diferentes sistemas de ensino pelos quais passaram e como os associam a diferentes disposições no mundo: um ligado à formalidade e outro à informalidade. A última parte é uma descrição que visa trazer elementos para a compreensão de como as imagens associadas ao Brasil podem movimentar expectativas e vontades não só sobre o que seja o país: são poderosos instrumentos de conformação de vontades para vir morar em cidades brasileiras. Além disso, retomo os pontos abordados no decorrer do texto para abrir uma ponte de ligação aos temas do capítulo seguinte.

2.1 Circulando pela cidade: a Maputo vista dos carros.

Depois que dirigi a primeira vez um four by four, não quis mais saber de ficar sem ele.

Beatriz

O primeiro lugar onde meu anfitrião me levou foi a Avenida 25 de Setembro, localizada na Baixa da cidade. Sentamos num café estilo português da década de 30, devidamente reformado para funcionar em um prédio de negócios. Essa é uma área comercial, onde se encontram vários escritórios, restaurantes (de comida chinesa, portuguesa, moçambicana), cafés, teatro, lojas (de móveis, roupas, *capulana*, celular), bancos (inclusive o Banco Central, que se chama Banco de Moçambique), o mercado central (onde se vende alimentos, produtos de beleza, artesanato etc), pessoas vendendo roupas e sapatos usados na rua. Há também um shopping bem próximo.

Sentamos ali porque era perto da universidade onde Alfredo presta uma consultoria para a biblioteca, já que implantou o sistema da mesma. Antes disso, fomos a um caixa eletrônico sacar dinheiro, pois até então não tinha absolutamente nada em *metical*²⁵. Alfredo sugeriu uma certa quantia, que disse ser o suficiente para utilizar até o recebimento da minha próxima bolsa. Era a primeira vez que eu via pessoas brancas como eu. Todos ali pareciam estar sentados para tomar um café rápido ou reunidos para alguma reunião de trabalho. Fazia frio nessa época, então sentamos na parte de dentro do café. Alfredo preferiu este local também porque alguns vendedores de câmeras fotográficas passavam pelas mesas do lado de fora e ele disse que se ficássemos ali eu seria incomodada por eles.²⁶

Como Alfredo precisava trabalhar, ligou para o Valter dar uma volta comigo de carro pela cidade. Entrei na biblioteca para esperar a sua chegada, pois ele estava no trabalho. Este era meu segundo dia em Maputo e já sentia uma vontade imensa de escrever, queria conseguir passar para o papel pelo menos um pouco de tudo que tinha visto: as *capulanas* amarradas às cinturas das mulheres que passavam perto da casa do Alfredo, as crianças amarradas pelas *capulanas* nas costas das mães e os carrões da Toyota e da Mitsubishi com as rodas firmes pelas ruas da cidade. Enquanto

²⁵ Moeda de Moçambique.

²⁶ Essa atitude me fez entender que aquele era um local freqüentado principalmente por estrangeiros e que várias pessoas me levaram a lugares assim. Não foi somente através dos "passeios" de carro, então, que a cidade me foi apresentada. Os restaurantes, cafés e comidas servidas também faziam parte do circuito apresentável de Maputo.

pensava nessas coisas, escutei uma voz bem perto do meu ouvido "*Com licença, mas a senhora se identificou para alguém da biblioteca quando entrou? Faz parte de que instituição?*". Fiquei meio desconcertada, pedi desculpas e respondi que estava só de passagem, pois estava acompanhada do Alfredo, que trabalhava ali. "*Com o Doutor Alfredo? Não há problemas, então. Peço muitas desculpas por ter interrompido vossos estudos*". Daí para frente não tive dúvidas sobre como me referir a determinadas pessoas; os estudantes já haviam me alertado sobre isso em Brasília, mas até então eu não tinha entendido que esse tipo de formalismo é levado bastante a sério em diversas instâncias da vida, principalmente nos locais de trabalho.

Valter chegou e ligou de dentro do carro dizendo que estava à minha espera. Alfredo me acompanhou até onde ele estava e fui levada para conhecer a cidade, passando primeiramente pela estrada que segue a orla da praia.²⁷ Via-se o mar da janela do carro. Viam-se também vários vendedores de uniformes para empregadas, vendedores de peixes e camarão. Continuamos subindo a orla e apareciam construções cada vez mais suntuosas. Valter fazia questão de me explicar o que era importante saber: a casa do presidente, a casa do Mandela, os lindos painéis do pintor Malangatana nos muros da cidade. Quando chegamos na parte que não me interessaria, onde já não havia mais asfalto, Valter disse que era "*hora de voltar*", porque a partir dali não teria "*mais nada para ver*". Diante do meu questionamento sobre a inexistência de algo do *outro lado*, apesar do intenso fluxo de pessoas que se dirigiam para aquela direção, ele respondeu que passar por ali não valeria a pena.

Chamou-me a atenção nesses primeiros episódios a distância a que se colocavam dos outros e os espaços que me foram apresentados, principalmente por se tratarem de duas pessoas com quem eu tinha convivido em Brasília. A vida agora já não era mais a de estudante, logo, as conversas eram outras, com outras ênfases e com outras prioridades. A principal mudança diz respeito a esse universo que cerca as prioridades e preocupações mais imediatas da vida diária. Os percursos de carro, o modo de se vestir e a maneira de se referir às pessoas dependendo de seus títulos

²⁷ A partir desse momento tive uma forte suspeita de que era de dentro dos carros que eu veria a paisagem e as *outras* pessoas, que andavam à pé pelas ruas.

escolares foram, sem dúvida, os aspectos mais imediatamente percebidos por mim em minha apresentação à cidade. Considero-os, portanto, símbolos de distinção construídos no e pelo tempo pelos que haviam estudado fora.²⁸ O uso ostensivo dos carros é um dos sinais de distinção mais facilmente apreensíveis entre as pessoas com quem convivi - quem compartilha de certos padrões de vida não anda a pé!

Ainda dentro do carro, no passeio pela orla da praia e pela parte mais rica da cidade,²⁹ disse para o Valter que tinha conhecido um antropólogo moçambicano em São Paulo na época que fazia pesquisa naquela cidade. Como era um dos estudantes moçambicanos que resolveram morar no Brasil, perguntei se ele o conhecia, já que tinha, inclusive, feito pesquisas sobre estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro. Ele não o conhecia, mas pegou o celular e ligou imediatamente para um amigo de quem já tinha ouvido o nome, marcando de tomarmos um café ainda naquele dia, porque queria apresentá-lo a uma "*antropóloga brasileira*". Dirigimo-nos, então, para um café situado na rua Mao Tsé-Tung.

Gilberto, o amigo do Valter, tinha feito mestrado em antropologia no Rio de Janeiro e voltara não havia muito tempo. Chegou meio atrapalhado, como quem está com pressa, cumprimentou-me e disse que tinha ido consertar o carro porque "*agora está havendo um fenômeno em Moçambique: os homens estão a dar carros para as mulheres e elas não sabem cuidar, não colocam água, não trocam o óleo*". Comentou isso com muita naturalidade, passando em seguida para o tópico sobre o que eu estava fazendo no país. O assunto sobre a posse de carros é algo que não pode passar despercebido, porque extrapola comentários como esse: o importante é mostrar que se tem, independente do teor da conversa. Possuir carros, entretanto, não é uma

²⁸ Com isso não quero afirmar que aqueles que estudam em outros países são a causa imediata desse sistema de prestígio que opera principalmente na esfera do trabalho. Não há uma relação simples de causa e efeito, mas, como discuti no capítulo um, os caminhos históricos pelos quais passou o país são uma excelente fonte para compreender algumas das peculiaridades do processo de formação de quadros profissionais que tiveram acesso a cursos de ensino superior fora do país.

²⁹ Fiquei muito intrigada com a quantidade de casas daquele porte e perguntei para várias pessoas quem morava ali. Todos responderam mais ou menos a mesma coisa: só conseguiam construir naquele local aqueles que roubavam do governo, os "*corruptos, iguais aos que vocês têm no Brasil*". Ninguém com quem conversei possuía posses de tal pompa.

prerrogativa exclusiva de quem saiu para estudar e muito menos de quem morou no Brasil. Se trago aqui esse dado é porque ele mostra como esse objeto de quatro rodas perpassa o desejo de consumo das pessoas, fazendo dele parte do rol de elementos constitutivos do prestígio que advém da sua posse.

De carro, fui com Fernanda para a Universidade Eduardo Mondlane no terceiro dia de estada em Maputo. Passamos por uma avenida bastante movimentada; de um lado, numa encosta, havia muitas pessoas circulando, barracas que vendiam alimentos e muito lixo sendo queimado. Fernanda parecia não dar muita importância a esse cenário e também não fazia questão de saciar a minha curiosidade. Paramos no estacionamento do Centro de Estudos Africanos, onde ela me apresentou para as pessoas que encontramos no caminho, que não eram muitas, pois a universidade estava no período de férias escolares. No dia anterior, ela quis saber exatamente do que se tratava minha pesquisa. Foi assim que ligou para várias pessoas que ela conhecia e que também tinham estudado no Brasil.

O primeiro que atendeu foi Eudes, professor de Sociologia daquela universidade, como descrevi no primeiro capítulo. Em poucos minutos ele se dirigiu à sala da Fernanda. Cumprimentamo-nos e, em seguida, explicou qual sua área de pesquisa, mostrando que dá aulas em outros lugares, porque "*ninguém aqui consegue viver dando aulas só como funcionário público*". As pessoas estão, de fato, correndo (dentro dos carros!) para trabalhar em vários lugares. Fernanda comentou com Eudes que eu precisava ir ao Ministério da Ciência e Tecnologia encontrar alguém, ao que ele respondeu rapidamente que me levaria até lá, pois estava de partida e passaria por aquele caminho. Entrei no carro e, no trajeto, Eudes me alertou sobre a falta de dados quantitativos referentes a aspectos urbanos, relacionados à carência de estudos sobre a cidade. Em um certo momento, ao reduzir a velocidade porque se aproximava do sinal vermelho, Eudes continuou conversando e, sutilmente, apertou dois botões ao mesmo tempo, comando que fez com que nossos vidros se fechassem. Observei que

uma criança se aproximava do carro, provavelmente para pedir dinheiro, cuja presença causou incômodo ao motorista.

Essas situações, aparentemente simples e corriqueiras, aos poucos mostraram ser parte de uma dimensão um pouco mais intrincada no conjunto das práticas que caracterizam não só a circulação de bens e desejos de consumo, mas que, além disso, reforçam a busca pelo padrão de vida que permita o acesso a esses bens. Possuir e desejar carros é, nesse sentido, mostrar que se tem a capacidade de obter mais bens e, portanto, de participar de uma pequena parcela da população que se legitima através desses símbolos também. Comecei, a partir desse argumento, a compreender um dos motivos porque os múltiplos trabalhos eram evocados. Eles são justificativas que explicariam a vontade/necessidade de compartilhar na esfera pública o sucesso material e escolar. Curioso notar que as casas e apartamentos que conheci não são, esteticamente (pelo menos para a estética que fui socializada a identificar)³⁰, símbolos de *status* e de ostentação, o que me faz pensar que os elementos compartilhados na vida pública são os que melhor apresentam a posição social e de prestígio daqueles que a exibem. Assim, são os carros, as roupas, os celulares, o estilo de se portar nos locais de trabalho que melhor evidenciam as estratégias de legitimação e reconhecimento de certas posições no mundo. Com esse objetivo, de maneira mais ou menos consciente, manipulam-se vários capitais.

Há muitos episódios sobre essa maneira de se apresentar que podem ser reavivados para entendermos melhor a questão. Um deles é a experiência contada por Jonas em relação ao período em que trabalhava em um determinado Ministério do governo com o primeiro ministro. Comentou que gosta de vestir-se com calça *jeans* e tênis e não mudou esse hábito por causa do trabalho, mas essa atitude não foi vivenciada sem algumas conseqüências, como a de não ser promovido "*por causa da minha indumentária*", apesar de ser o funcionário com maior qualificação superior naquele local. O próprio ministro, segundo ele, ainda cursava mestrado ("*e por correspondência!*", frisou). Somente após um tempo, quando alguns estudantes foram

³⁰ Mesmo que as faces externas das casas e apartamentos façam parte de uma certa apresentação pública, não notei que elas eram indicadas como objetos de luxo.

à procura do "*doutor Monteiro*", Jonas descobriu que os outros funcionários não sabiam que ele tinha curso superior. Depois disso, ficou impressionado como a imagem que faziam dele mudou completamente, assim como as atitudes dos seus colegas de trabalho.

Jonas narrou esse episódio para argumentar sobre seu ponto de vista segundo o qual as pessoas em Moçambique vivem em uma sociedade de aparências. Apresentou como exemplo sua maneira casual de vestir para confrontar que, para ser reconhecido como portador de capacidades e posses, basta seguir as regras do rito do apresentar-se a caráter. Por outro lado, argumenta que a formalidade imposta pela vestimenta é um modelo importado de Portugal, ao contrário do que ele experimentou no Brasil, onde a "*aparência não reflete necessariamente a essência*". Jonas descreve, então, que a maneira como se vive em Moçambique (creio que ele está se referindo mais especificamente à Maputo) é baseada na oposição aparência/essência. Segundo ele, a sociedade moçambicana se auto-referencia a partir de diferenciações apreendidas de forma imediata através do que a pessoa aparenta ser, ou seja, pela indumentária. A aparência, nesse sentido, é o que informa e orienta as relações sociais. Ele sugere que a essência (o que uma pessoa "realmente seria") é deixada de lado justamente porque o que importa são as imagens socialmente evocadas por certos significantes.³¹ Em suas palavras, "*nós convivemos com esse conflito entre a aparência e a essência. Somos um país, uma sociedade de aparências. Quem aparenta melhor tem vantagem*".

Esses apontamentos de Jonas me chamaram a atenção em vários sentidos. Ao analisar as entrevistas e as conversas de dentro dos carros (situações em que precisávamos conversar desse modo, porque as pessoas estavam correndo para lá e para cá entre seus múltiplos trabalhos), noto que a pretensa necessidade de manter um padrão de vida é o que move as pessoas a se desdobrarem em mil para atingir esse ideal. A aparência seria, então, a porta de entrada e o requisito fundamental para a realização desses objetivos, já que é através dela que o reconhecimento no trabalho é

³¹ Voltarei a esse ponto mais à frente.

levado em conta. Como Beatriz bem colocou, é preciso estar bem vestido não para o emprego do momento, mas para os próximos.

Não seria a aparência a própria essência das coisas? Se, em muitas situações, é levado mais em consideração como a pessoa se apresenta pela vestimenta e não os títulos escolares que possui ou qualquer aspecto relacionado à competência, eficiência, entre outros, não seria interessante questionar os pressupostos dessa aparência? A estratégia de Jonas, de trabalhar com calça *jeans*, é raríssima e muito provavelmente ele tem outros motivos que não os de se importar mais com uma ou outra parte da dualidade para se vestir da maneira que lhe agrada.

Sua definição da palavra essência remete às propriedades mais importantes de algo, a parte fundamental de uma dada conjuntura. Segundo ele, a sociedade moçambicana está *amarrada* às relações superficiais, baseadas em como as pessoas se apresentam esteticamente e não de acordo com o que elas seriam de fato. Importante destacar que sua concepção de competência está relacionada aos títulos educacionais que uma pessoa possui, mas essa relação não é algo que pode ser assinalada dessa forma, senão cairíamos no erro de essencializar processos altamente sofisticados de distinção (Bourdieu, 2007). Afinal de contas, ter um título é também uma estratégia de construção de aparências. Mas, para Jonas, a maneira de se vestir (a aparência) mascara as características mais importantes das pessoas (sua essência), resultando em relações superficiais. Nesse sentido, aqueles que estudassem mais tempo e possuíssem mais e melhores títulos deveriam ser julgados e tratados pelos potenciais que tais capitais evocam, fazendo desaparecer a importância dada à indumentária.

Se esse quadro ideal fosse seguido à risca, tendo a considerar que a essência é justamente a aparência que se transforma através de um processo bastante complexo. O que pude observar nos locais onde entrei - ministérios, escritórios, salas de universidade etc - é que não há uma separação tão drástica entre modos de se vestir, de se portar e de possuir graus de ensino superior. Esses elementos coexistem no mesmo espaço e através do mesmo processo, o que indica uma forte associação entre diferentes tipos de capital. O contexto particular de construção das disposições para a imersão em universidades em outros países que acompanha cada estilo de vida é

exemplar nesse entrelaçamento. Bourdieu traz elementos-chave para pensar esse ponto.

Em sua forma *institucionalizada*, o capital cultural objetiva os elementos de incorporação nos títulos, no *certificado escolar* (Bourdieu, 1998). A aquisição de títulos - e a maneira como eles são incorporados pela vestimenta - pelos moçambicanos com quem conversei é precedida do acesso a diferentes tipos de bens. A vinda para o Brasil não foi obra do acaso, como sugerem alguns deles. Mesmo que algumas respostas apresentem um teor de desinteresse, como "*ah, eu não escolhi ir para o Brasil, apareceu a oportunidade...*", o processo de produção de naturalização de respostas como essa faz parte de práticas sociais intimamente relacionadas à construção de disposições que colocam em cheque, na volta, uma série de mecanismos de diferenciação que estão longe de ser manifestados somente na vestimenta. Assim,

A maior parte das propriedades do capital cultural pode inferir-se do fato de que, em seu estado fundamental, está *ligado ao corpo e pressupõe sua incorporação*. (...) Sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do "sujeito" sobre si mesmo (fala-se em "cultivar-se"). O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da "pessoa", um habitus. Aquele que o possui "pagou com sua própria pessoa" e com aquilo que tem de mais pessoal, seu tempo. (Bourdieu, 1998: 75).

Os fenômenos aqui discutidos estão intimamente relacionados a uma demanda de aprovação pública e expectativas construídas a partir dessa aprovação. O "cultivo" levado a cabo pelo estudante no processo de investimento escolar é parte da construção temporal, tal como colocado por Bourdieu, e implica em desejos de reconhecimento futuros. Para tanto, mobiliza-se o capital social próprio à sua condição sempre que ele seja necessário. Antes mesmo da viagem para o Brasil, todo esse mecanismo tinha sido acionado; na volta, ele é reincorporado na manutenção e/ou construção das relações que dão acesso ao mercado de trabalho. As realidades que se depreendem da aparência, entretanto, não devem sua existência somente às expectativas acionadas pela rede de relações nas quais elas se produzem.

Além do capital social, que depende do "trabalho de sociabilidade, série contínua de trocas onde se afirma e se reafirma incessantemente o reconhecimento" (1998: 68), os estudantes são portadores também do capital cultural. Depreende-se que aqueles que saíram para estudar desenvolveram em seu meio doméstico a vontade de prosseguir com os estudos, considerando que é "o mais oculto e determinante socialmente dos investimentos educativos, a saber, a *transmissão doméstica do capital cultural*" (*Ibidem*: 73). Muitas das trajetórias exploradas no capítulo um exemplificam bem esse aspecto, especialmente quando observamos a maneira como as pessoas narram suas experiências escolares anteriores à saída do país. Porém, o investimento educativo tal como analisado por Bourdieu extrapola sua transmissão doméstica no caso moçambicano. Os acordos de cooperação internacional desempenham o papel de continuadores da reprodução do capital, já que promovem ou o começo ou a continuação de percursos com alta valorização de diplomas escolares e o reconhecimento que advém deles. É na volta, portanto, que esses capitais são incorporadas de modo mais intenso, justamente porque o espaço onde eles se produziram é propício a um renovar incessante do prestígio incorporado pelas viagens no processo de estudos no exterior.

2.2 De estudantes a funcionários: os trabalhadores formados de Maputo.³² Reflexões sobre a volta.

Como escrevi na Introdução, o CCBM foi um dos primeiros locais procurados por mim para obter informações sobre os estudantes que tinham voltado. Subi as escadas para falar com dona Elisa, a pessoa que me indicaram para solicitar os dados. Ao chegar em sua sala, expliquei a pesquisa e ela imediatamente começou a imprimir várias folhas com dados dos estudantes. Fiquei surpresa, pois esperava um tratamento um pouco mais formal e maior dificuldade para convencê-la de como seria fundamental ter contato com aquelas pessoas. Na verdade, ela explicou que aqueles

³² Este título é uma paráfrase do título da tradução para o português do livro de Jeanne Penvenne, "Trabalhadores de Lourenço Marques".

não eram dados de pessoas que voltaram e que eu não os ia encontrar (os dados) em lugar nenhum, porque "*os estudantes que voltam não vêm cá dizer que voltaram*".³³

Enquanto a lista estava sendo impressa, fiz várias perguntas cujas respostas pensei serem interessantes ouvir de alguém que trabalha há mais ou menos vinte anos nessa cargo, tendo contato com várias pessoas que vieram estudar no Brasil. Em relação à graduação e à seleção pelo PEC-G, dona Elisa comentou que a procura não tem sido muito grande, já que o Brasil oferta apenas as vagas, mas não bolsas. Muitos estudantes preferem, então, ir para outros países, como Portugal e Austrália. Percebendo que eu estava interessada na volta, ela completou: "*mas os que voltam do Brasil são os mais bem colocados*". A explicação para isso, segundo ela, é que aqueles que voltam daqui apresentam maior *expressividade*, uma qualidade conquistada no país pelo envolvimento mais informal na universidade e pela relação com os professores brasileiros. Essa é uma especificidade de quem estudou em universidades brasileiras e, de acordo com ela, explica a maior facilidade desses em encontrar trabalho quando voltam. "*Eles demoram, no máximo, três meses para arrumar trabalho. (...) Quem volta do Brasil está melhor colocado*".

A essa afirmação de dona Elisa muitos ex-estudantes fizeram coro, sob o discurso de que estão muito bem *integrados*. A volta daqueles que aqui estudaram é qualificada, nesse contexto, como uma gradação de níveis de integração, categoria utilizada para se referir ao sucesso conquistado com a colocação em bons empregos em Moçambique. No caso dos ex-estudantes, ela sempre vem relacionada a uma comparação com as condições de vida que (não) poderiam ter no Brasil e isso é pensado tendo em mente um elemento principal: o modo como em Maputo serão reconhecidos frente à família, aos amigos e à sociedade em geral tendo feito curso superior.

³³ Apesar de não ser uma lista de contatos de quem regressou, quase todos para os que liguei e enviei e-mail já tinham voltado.

Diana, irmã da Beatriz, ao escutar a minha explicação sobre a pesquisa, comentou com a maior desenvoltura: "*mas é claro que os moçambicanos voltam! Por que ficar no Brasil, se você vai ser só mais um?*". Vê-se que entrar em um circuito de diferenciações com o regresso é um atributo com significados especiais para aqueles que estudaram em universidades brasileiras. Para Dora, por exemplo, "*o moçambicano não se integra à sociedade brasileira, por isso volta*". Essa afirmação pode ser melhor compreendida a partir desses dados que sugerem ser as próprias experiências no Brasil as grandes motivadoras de uma tomada de consciência que vê na vida laboral em Moçambique a possibilidade de construção de um padrão de vida desejado.

"*Vou lhe dar um exemplo*", disse a Cléia no dia em que nos conhecemos, "*aqui com pouco tempo de trabalho consigo comprar um carro, um Mercedes, com o dinheiro que eu compraria um Gol no Brasil. O que você prefere, um Gol ou um Mercedes?*". Não sei se houve uma pontada de exagero nesse comentário, mas fica claro que construir e manter um padrão mínimo de vida que permita certos confortos materiais é algo prioritariamente buscado ao obter títulos de curso superior fora. Essa busca não é somente econômica, mas vem acompanhada de tudo o que conduz à manutenção de um *status* de prestígio.

Para estar *integrado*, ou melhor, "*muito bem integrados*", é necessário desdobrar-se na ocupação em mil trabalhos, única maneira de manter o padrão de vida tão citado. Além disso, a pretensa necessidade de cultivar esse padrão está conectada com as aparências, no sentido atribuído por Jonas. A centralidade da vestimenta, ou seja, do modo como a pessoa se apresenta, pode ser pensada como uma das estratégias de reprodução da situação que se garante com o dinheiro do trabalho, mas também pela exteriorização do que esse dinheiro representa. Se pensarmos mais uma vez na insistência das narrativas sobre os múltiplos trabalhos, fica claro que, através da atividade laboral, muitas outras relações são colocadas em jogo.

Para Bourdieu, isso poderia ser visto como singularidades da organização econômica, que espera do indivíduo práticas específicas de disposições econômicas - práticas externas ao indivíduo que se impõem na maneira como devem agir em

sociedade. Nesse sentido, o espírito de cálculo e de previsão seria algo incontestável, já que se alimenta do processo de "racionalização". Segundo o autor, adaptar-se a uma ordem econômica e social específica demanda "um conjunto de conhecimentos transmitidos pela educação difundida ou específica, ciências práticas solidárias a um *ethos* que permitem agir com razoáveis probabilidades de sucesso" (1979: 18). Ancorados em uma "ordem do mundo" que os informa enquanto pessoas que trabalham para manter certo padrão de vida, meus interlocutores parecem agir de acordo com essa lógica. Entretanto, essa racionalização é apenas aparente: em geral, as pessoas movimentam suas prerrogativas de prestígio imbuídas de tantos sentimentos quantos forem essenciais para mantê-las em funcionamento.

Como discutido no capítulo um, o estilo de vida tem a ver muitas vezes com oportunidades que aparecem dentro do local de trabalho. Junto a isso, a volta é motivada em grande medida pela segurança que implica a essas pessoas ter uma garantia de trabalho antes da partida, assim como a certeza da mudança de atribuições com a conclusão do curso e o recebimento do diploma. A maneira de vir, portanto, é indicativa de alguns dos possíveis caminhos que os estudantes encontrarão na volta. Em geral, quem já se diz tendo família formada e emprego coloca menos peso e parecem ter menos medo de voltar do que os mais jovens que passam muito tempo fora do país e vivem conflitos internos ao regressar. Mas isso é devido também ao tempo decorrido desde que regressaram, o que implica um maior afastamento desse tema por parte daqueles que concluíram seus cursos há cinco anos ou mais.

A volta para países de origem de pessoas que passam um tempo em outros países não é um tema novo no horizonte de estudos que abordam temáticas relacionadas à migração. O distanciamento, além de físico, causado pelo tempo em que se viveu experiências muito diferentes daquelas do seu país, torna-se também em um elemento que abala a certeza sobre o outro que regressa. A conclusão mais básica que podemos tirar desse contexto é que as pessoas se transformam, o emigrante não pode mais ser aquele que era antes de sair. Dias (2000) trata essa temática de forma bem interessante em um texto sobre cabo-verdianos que, uma vez retornados (mesmo que por um período curto, como férias), passam a experimentar outras formas de se

ver. Isso acontece principalmente porque, aqueles que ficaram, constroem uma imagem de quem sai como alguém diferente, uma pessoa que carrega consigo – no retorno – uma ampla bagagem de coisas novas e experiências fantásticas. Assim,

Aquele que retorna é, para os que não emigraram, aquele que conseguiu, no exterior, alcançar melhores condições de vida e ter acesso às vantagens da modernidade e que, de volta a Cabo Verde, procura a todo custo mostrar seu sucesso através de roupas, jóias, carros e uma série de outros símbolos que reforçam sua posição social. (Dias, 2000: 72).

Fica claro, então, que a volta, materializada em símbolos de *status*, alimenta o sistema de prestígio que fica cada vez mais visível na aparência do migrante e do que as pessoas pensam dele. A autora, para além disso, argumenta que é justamente o ir e vir entre países o fator que sustenta esse prestígio. Uma frase-chave de seu texto revela muito do que tenho pensado sobre os ex-estudantes em Moçambique: “No processo de sucessivos retornos, o emigrante possibilita um eterno renovar de seu prestígio.” (Dias, 2000: 85). Não é à toa que as viagens e o qualificativo *cosmopolita* são geralmente acionados em conversas sobre as trajetórias de vida daqueles que moram em Maputo e estudaram no Brasil e em outros países.

Voltar do Brasil não é uma volta no singular, mas é parte de muitas. Exceto os que vêm pelo PEC-G, que não tinham saído do país e o Brasil foi o primeiro destino no rol de viagens internacionais ligadas à educação superior, em geral os estudantes já tinham viajado anteriormente para outros lugares. Mesmo nesses casos, podemos pensar que não há uma ruptura total com Moçambique, já que nas férias esse vínculo é reestabelecido. Nesse sentido, é preciso desnaturalizar a ideia de um regresso esperado, cercado de uma mítica do retorno triunfal. Não diminuo, por isso, a importância dada por muitos à volta a sua "terra natal". Não se trata disso. Chamo a atenção somente para compreender o fato de que o regresso advindo da finalização dos estudos no Brasil é parte de outras chegadas, que se congregam na vida mais ampla daqueles que estão em fluxo para outros países, em diferentes contextos e para cumprir diferentes propósitos.

Os retornos consecutivos, no argumento de Dias (*Op. Cit.*), é um eterno renovar de prestígio. As sucessivas idas e vindas dos moçambicanos são também uma forma de alimentar o crescente desejo do regresso que confere aos estudantes sua posição dentro e fora do trabalho. Quais são as particularidades da vinda para o Brasil e por que os que daqui regressam estão tão *bem integrados*? Uma das repostas possíveis para essa questão pode ser encontrada através das imagens do Brasil que circulam em Maputo, as quais desenham um país repleto de bens. A primeira e mais poderosa delas é a que passa na televisão através das novelas,³⁴ seja no espaço doméstico ou em ambientes públicos. Uma outra diz respeito à repercussão que os investimentos de empresários brasileiros têm tido na imprensa moçambicana. A ideia que fazem do Brasil como um país em constante crescimento e investidor internacional é fonte de interpretações as mais positivas a respeito do contexto brasileiro. Por isso, aqueles que estudaram no país e voltaram para Moçambique são detentores de algo que causa fascínio entre muitos que nunca estiveram aqui. É como se, sendo estudantes, puderam aprender como se faz para ganhar dinheiro e como os brasileiros (das novelas!) vivem. Voltarei a esse ponto no próximo capítulo.

Quando falavam sobre o que significaria voltar para o seu país depois de anos estudando e experimentando diversos modos de estar no mundo, Beatriz e outros sugeriram que, diferentemente dos demais PALOP, os moçambicanos são muito *apegados à terra*; mesmo sendo *cosmopolitas*, gostam e precisam de um lugar para voltar. A principal comparação era em relação aos guineenses. *“Você precisava ver a casa onde um que eu conheci morava, era tipo essas casas de palha. Fiquei chocada quando vi. Moçambicano jamais sairia daqui nessas condições.”*, comentou uma amiga. E acrescentou, *“Cabo-verdiano, então, nem se fala. Vivem fora do país”*.

Jonas afirma ser a volta uma característica integrante do moçambicano que sai do país, porque *“não gosta de ficar muito longe de casa”*. Ele também partiu da comparação com outros africanos, que teriam uma maior capacidade de se inserirem *definitivamente* em outros locais. Curiosamente, segundo ele, todos os moçambicanos

³⁴ Algumas situações que envolvem as novelas serão discutidas no capítulo três.

que saem, voltam. Diante da minha provocação ao dizer que conheço pelo menos três que ficaram no Brasil e ao comentar os dados sobre a "fuga de cérebros" do país trabalhada por Costa³⁵, ele respondeu que esses casos são exceções. A relação de cunho econômico para explicar tal fato foi, novamente, acionada. Nesse sentido, enfatizou que

Moçambicano não vai para ser imigrante, moçambicano que está na condição de migrante está numa condição privilegiada, não é um moçambicano da favela, de rua. Moçambicano não vai pra fora para estar naquela condição. Acho que moçambicano que está fora está muito bem integrado na condição de estrangeiro. Quando decidimos ir para fora, só vamos sabendo que ficaremos numa condição igual ou melhor. É muito difícil moçambicano abrir mão do seu país para ir para fora e estar numa condição socioeconômica baixa. Acho muito interessante, porque somos levados por um sentimento de aqui podermos estar no mercado (...). Felizmente estamos todos muito bem integrados. [grifos meus]

A distância referida ao "imigrante" em relação à sua, de migrante estudante, é um aspecto bastante explorado. Quando as imagens associadas à sua posição social estão em jogo, os estudantes moçambicanos fazem questão de mostrar que estão longe de pertencer a enquadramentos estereotipados do "africano".³⁶ Esse é um assunto especialmente delicado quando pensamos em suas experiências no contexto brasileiro, onde a cor da pele é um significante que evoca pertencimento de classe bastante particulares, além de produzir identificações sociais extremamente complexas. A associação desses estudantes aos negros brasileiros evoca a pertença a uma classe social baixa e a uma visão estigmatizada de cor, que gera várias situações de constrangimento aos estudantes africanos, que inclui paradas pela polícia na rua, segurança seguindo em lojas e supermercados, entre outras.³⁷ Gusmão também

³⁵ "45% dos moçambicanos com formação universitária residem em países estrangeiros". (Costa, 2009: 131).

³⁶ Esses estereótipos são aqueles relacionados à pobreza do continente africano, às guerras tribais, à Aids.

³⁷ Subuhana (2005) discute, em sua tese de doutorado, a maneira como os estudantes passam a entender que, no Brasil, o negro pertence a uma classe social baixa e é discriminado pela "tonalidade da pele". O autor indica que no Rio de Janeiro (cidade onde fez sua pesquisa) muitos estudantes africanos

aponta "a existência de processos intensos de discriminação e racismo na realidade brasileira e a percepção e a vivência do sujeito negro e africano nesse contexto" (2009: 16).

A afirmação do apego à terra foi dita por vários estudantes das cinco nacionalidades no período das minhas pesquisas da graduação. Essa não é, portanto, uma especificidade dos moçambicanos. Não excluo que o desejo de voltar a Moçambique, por amor ou outros sentimentos em relação ao lugar propriamente dito, sejam realmente mobilizadores de vontades de regresso ao lar. Como vimos, o discurso da segurança econômica que permite uma tranquilidade para viver em outro país é utilizado como variável importante de diferenciação em relação a outros estudantes africanos. Essa é também uma maneira de mostrar que o desejo de voltar relaciona-se ao desejo de *integrar-se* a determinadas instituições de trabalho no país e, conseqüentemente, a um espaço privilegiado de prestígio.

E não só. "*Quer saber mesmo por que voltei? Porque lá (aqui no Brasil) eu seria só mais uma. Aqui posso construir minha carreira e ser alguém importante*", segredou-me uma amiga. Esse ponto de vista é partilhado por mais de uma pessoa, o que nos leva exatamente ao ponto de conexão do regresso com o que se configura depois, como a vida no trabalho e tudo que envolve o capital social advindo desse percurso. Essa é uma questão central, pois associa a volta como um importante ponto no percurso construído pela pessoa ao se inserir em um espaço laboral altamente hierarquizado e regido por signos de distinção muitíssimo relevantes na estética da vida cotidiana.

As diferenças apontadas entre dois ou mais sistemas de aprendizado escolar pelos ex-estudantes revelaram diversas facetas das percepções que construíram a respeito dos lugares onde viveram. No caso específico das comparações tecidas entre

apontam o preconceito racial como uma das principais e mais insidiosas causas de incômodo no cotidiano da sociedade brasileira. As práticas de racismo sofridas por esses estudantes revelam que no Brasil eles são confundidos com o "negro brasileiro" e essa identificação é sentida por muitos como um tipo de negação de seu pertencimento nacional. Afirma, então, que "em Moçambique, no dia-a-dia, as pessoas são mais identificadas pela sua origem regional ou etnolingüística e menos pela cor da pele" (Subuhana, 2005: 71).

as maneiras do aprendizado escolar entre Moçambique e Brasil, interessante perceber como o que vivenciam no espaço da universidade transforma-se numa ideia construída sobre o modo de ser dos brasileiros. Exemplos são os comentários como "*brasileiro é mais aberto, fala tudo na cara*", ou "*brasileiro é colaborativo*". Investir-se do capital cultural de ex-estudante universitário no Brasil para acenar como as coisas funcionam aqui e lá revelam muito de como eles próprios vivenciam esse capital em Maputo.

As abordagens sobre as diferentes dinâmicas de sistemas de ensino entre Brasil e Moçambique são um bom exemplo para compreender as tensões vividas por eles nas universidades enquanto estudantes e, mais tarde, no universo do trabalho. Assim, a um padrão mais informal de ensino estaria associado um jeito menos hierárquico de se relacionar com os outros. E, de modo inverso, um ensino formal traria a hierarquia ao jogo de poder. Essas comparações, repito, são feitas baseadas em olhares imersos no contexto acadêmico. Mas foi nesse espaço que a maioria das amizades foram tecidas, o que implica uma maior proximidade com o que se experimentava nele.

Esse universo informal é percebido imediatamente pelo estudante quando entra em uma sala de aula na universidade brasileira. Lembro-me que, quando fazia graduação em Brasília, mais de uma pessoa aqui e em São Paulo relataram seus sentimentos de pavor ao presenciar os alunos brasileiros colocando os pés nas cadeiras durante a aula ou usando gírias para fazer perguntas ao professor, além de dirigirem-se ao mesmo pelo primeiro nome. Todos disseram que sempre estudaram em locais onde a autoridade daquele que ensina é o que mais vale em uma sala de aula: "*É muito formal*", resumiam. Quando se referiam aos professores era sempre por "*senhor professor*", atribuindo esse padrão de interação entre professor e aluno ao sistema de ensino português. A sala de aula, portanto, é um ancoradouro de imagens sugestivas de um modo de ser brasileiro que, transportado para aquele lado do Índico, é transformada em um palco de possibilidades totalmente novas de ação, contrárias às práticas formais de comportamento. Não é de se espantar o horror revelado nos primeiros dias de convivência numa sala de aula nas universidades brasileiras, frente à falta de respeito dos alunos com os senhores professores, revelada na sua maneira de

vestir, de se portar, de se dirigir a eles. Renata se lembrou muito bem dessa sensação: *“Você vira, está um beijando a namorada lá atrás. Aparecem outros também que chamam o professor... a maior parte chama pelo nome”*.

Em Maputo, a questão da informalidade na relação professor-aluno nas universidades brasileiras apareceu novamente. *“Aqui professor é professor. Não acontece como em Brasília, chamar o professor pelo nome, até primário não aceita isso aqui”*, afirmou Lígia, que cursou Relações Internacionais na UnB. Em geral, todos aqueles que estudaram no Brasil comentaram algo semelhante. O sistema de ensino brasileiro menos formal do que estavam acostumados causa profundas mudanças de percepção e expectativas de comportamentos quanto à maneira de se relacionarem, de se vestirem, de se cumprimentarem, pelo menos nos primeiros meses após o regresso.

Jânio fez questão de frisar que as diferenças dos sistemas de ensino seriam muito grandes. Disse que quando estudou em Moçambique não teve nenhum professor moçambicano, só estrangeiros - inclusive brasileiros - porque na altura não havia *“nível de professores moçambicanos”* para dar aulas lá. Aponta a variedade de nacionalidades existente em sua memória do período escolar e de formação de atitudes, ideias etc, como uma boa experiência de educação. Ao chegar ao Brasil, percebeu que *“podia fazer coisas melhores”*, porque o professor sempre estava à disposição quando ele precisava, a qualquer hora. Essa atitude o fez rever o que entendia como formação superior, já que a ideia

não é o professor despejar matéria como os nossos professores. Mas lá, não, eles indicavam o livro, eu passava muito tempo na biblioteca estudando e na internet. Na altura já havia internet. Então vi que, a formação superior, de fato, era outra coisa. Aqui em Moçambique, infelizmente, os meus colegas que dão aula aqui, não fazem isso. (...) O professor moçambicano não tem coragem de dizer: olha, essa área eu não posso. Quando eu cheguei ao Brasil, ouvi, olha, eu posso te orientar nesse e nesse assunto, mas não nesse, que eu não sei. Então eu procurei um co-orientador para completar aquilo que eu queria. Mas, moçambicano não é capaz de fazer isso, ele fica amarrado. Depois que eu voltei do mestrado, alguns alunos souberam que eu era da área que eles queriam e pediram ajuda com os projetos, eu

apoiava, dava dicas, vai ler isto, vai ler aquilo. Os professores deles ficavam irritados, mas quem foi que te ensinou? Em vez de agradecer, eles querem ficar na mediocridade.

Referências ao material disponibilizado pelos professores, assim como a facilidade de acesso a ambos foram pontos de destaque nas narrativas dos estudantes que procuravam dar sentido a suas experiências no Brasil, sendo o comentário de Jânio exemplar. Sua grande crítica é a relação desigual de poder entre alunos e professores, que acaba por minar a qualidade dos trabalhos dos alunos, já que lhes são negadas as fontes e os instrumentos para a realização dos mesmos. Bruna também apontou essa distância imensa, mantida nas relações entre professores e alunos, e disse que, no Brasil, teve a experiência de sentir que o professor era *“um ser humano como eu. Ele simplesmente aprendeu um bocadinho mais e está a me passar esses ensinamentos”*. Acrescentou afirmando que ensinar em Moçambique não significa compartilhar conhecimento, porque isso só acontece quando os professores viveram fora do país e sabem que não precisam esconder coisa alguma, que isso não diminui seu poder. *“Não te dão todas as ferramentas, eu não sei por que isso acontece. Aqui falamos que moçambicano não gosta de ver o outro a subir, vai tirar o seu lugar. Aqui não te dão uma segunda chance”*.

Olga considera o ensino brasileiro *“muito aberto”*, mas disse com uma certa desconfiança, porque não sabe se os brasileiros assim o consideram. Ela é uma das ex-estudantes que afirmou ter sido essa uma característica muito positiva em sua vida, porque acabou tendo que aprender a se colocar, apresentar em seminários, discutir sem medo, coisa que não aconteceria se ela não tivesse vindo. Em Moçambique, em contrapartida, *“tem o professor e tu és o aluno. Isso dificulta, de certa maneira, a convivência entre o professor e o aluno”*.

Gustavo argumenta que o ensino moçambicano não é tão aberto como o brasileiro porque é *tradicional*. Este, de acordo com ele, não incentiva a pessoa a produzir conhecimento e alguém que faz mestrado deveria sair com *“uma capacidade de produzir o conhecimento, não reproduzi-lo”*. Ele, que teve uma experiência no ensino superior em Moçambique, na área de gestão empresarial, disse que tinha

conhecimento de causa para afirmar que o ensino brasileiro leva a pessoa a se abrir para produzir. A posição da Gisele vai nessa direção, ao defender que

Vocês são muito abertos, na apresentação dos seminários estavam sempre muito à vontade. Então eu fui fazer um curso de comunicação verbal, acredita? Que é pra ver se eu conseguia me integrar melhor. E valeu a pena.

Gisele comentou que, muitas vezes, quando estava em aula em Jaboticabal, na UNESP, lembrava das aulas que ministrava em Maputo e pensava: “*coitado dos estudantes!*”. Ela disse que foi durante as aulas do mestrado que aprendeu a relacionar as matérias, para que os estudantes entendessem melhor, o que implicou explicar “*o porquê das coisas*”, motivo de inovação em suas aulas após voltar para Moçambique. “*É diferente a maneira como se passa a informação. Passar informação a gente passa, mas como passar...*”.

De acordo com Michel, Moçambique está muito enraizado na cultura portuguesa e isso extrapola a educação. De acordo com ele, o país está muito mais vinculado à cultura portuguesa do que à sul africana, “*que é aqui do lado*”. Por isso, a relação professor-aluno ainda é atrelada a Portugal, sendo mais autoritária, vertical, no sentido de que o professor é a autoridade que detém todo o conhecimento e o aluno é o consumidor de informação. Jonas apontou que eles são um pouco vítimas dessa *matriz*, contra a qual há mudanças, mas para desvencilhar demora muito tempo; “*muitas vezes o autoritarismo dá vantagens a certos tipos de... uma forma de poder, também*”. Paradoxalmente, em determinado momento de nossa conversa, ele afirmou que o ensino autoritário em Moçambique teria a ver com um traço do respeito aos mais velhos na sociedade moçambicana e africana como um todo. O respeito ao professor, nesse sentido, seria apenas uma extensão de práticas de respeito mais difundidas socialmente e em decorrência de valores fundados nessas práticas. Assim,

*Tem um aspecto da moçambicanidade e da africanidade que é o **mais velho**, tem que ser respeitado. Na sala de aula tem-se muito respeito com o professor porque nós vemos aquele que sabe mais. É um pouco inquestionável o conhecimento do professor, isto também é mal, a gente pega do professor e não tem senso crítico. [grifo meu]*

No Brasil, Michel viu *“proceder uma outra lógica”*, um espaço mais colaborativo, em que o estudante é sujeito de fala, podendo debater e apresentar suas ideias. Por outro lado, pontuou que quando chegam ao país a imagem que fazem do brasileiro é aquela que se desenha com o estudante mal educado, que vai para a faculdade calçando chinelo e vestindo camiseta. A vantagem da educação portuguesa, segundo ele, é *“tirar maior proveito da precisão, consegue ser mais preciso, mais exigente”*.

Jonas vê com muita positividade a informalidade do modelo de ensino brasileiro porque a relação professor-aluno é muito mais simétrica, menos autoritária que no sistema moçambicano. Uma das características deste pode ser observado dentro de uma universidade porque, segundo ele, *“professores e alunos são entidades completamente diferentes. É uma distância simbólica enorme”*. Gostava como no Brasil havia maior interação com professores, podendo até mesmo conviver com alguns em bares e em festas. Defende, então, que a universidade é isso também, ou seja, é conviver no campus universitário e não só estar dentro da sala de aula, *“ela é uma base para o estabelecimento de outras relações diferente daquela estritamente acadêmica”*.

Mais uma vez, características observadas “dentro dos muros da escola” são extrapoladas para fora dela, atribuindo ao “brasileiro” uma cultura informal, que acaba se tornando um tanto quanto fascinante para muitos deles. Gilberto é um dos que compartilha a ideia do brasileiro informal, *“que se ajuda, não me lembro de chamar alguém de doutor. Mas aqui todo mundo é doutor. Doutor aqui, doutor acolá. Eu mesmo sou chamado de doutor”*. Certamente não são todos chamados assim, a ênfase diz respeito ao seu universo de valores, construído no seu espaço de convivências.

Interessante observar que o elogio à informalidade se dá até um certo ponto e se confunde com o elogio à vida de estudante; essas duas dimensões são faces da mesma moeda nas narrativas. Quando o que está em jogo é a volta e o que envolve as atividades laborais em Maputo, raramente a informalidade é acessada como um padrão importante de comportamento. Ela é boa no e para o Brasil e vivida por eles como uma certa licença permissiva. Nem toda formalidade é suspensa em solo

brasileiro, mas em grande parte das situações os estudantes valem-se dessa licença temporária para experimentar outros tipos de práticas. As críticas ao extremo formalismo foram abordadas por todos que regressaram e algumas mudanças tímidas foram colocadas à prova por alguns em seu ambiente de trabalho, como a proposta da Renata de criar uma biblioteca num local extremamente hierarquizado e avesso a vários tipos de transformações e transições. Mas, mesmo criticando, acredito que o que prevalece é uma certa reprodução do estar nesse mundo formal cujos códigos de conduta prezam pela coerência com o constante renovar de padrões de vida que justifiquem o mergulho no trabalho incessante.

O comentário de dona Elisa citado no início dessa seção pôde ser desdobrado em alguns tópicos importantes discutidos pelos ex-estudantes a respeito de sua volta. O mais destacado entre eles foi, certamente, a preocupação de serem vistos somente como "mais um", caso continuassem no Brasil. Nesse sentido, voltar significava a *integração* a um padrão de vida desejado. Para isso, é necessário que se envolva com mais de uma atividade laboral, pois a remuneração única não permite o acesso a todos os bens ambicionados. Essa questão passa pela maneira como se apresentam na vida pública, a partir da qual a aparência do que se demonstra seria um sinal distintivo da sua posição social. A volta configura-se como um eterno renovar de prestígio, porque os títulos adquiridos no exterior são também parte dessa dinâmica.

As diferenças dos sistemas de aprendizado, especialmente através da comparação entre a relação professor-aluno no Brasil e em Moçambique, levantaram discussões sobre a informalidade no ambiente acadêmico naquele país, em contraposição à formalidade neste. Essas características foram citadas como variáveis explicativas para o jeito de ser das pessoas, visão segundo a qual muitos se basearam para elogiar o jeito informal do brasileiro, o que traria mais liberdade aos alunos e um aprendizado mais horizontal no Brasil. Essa característica mexeu tanto com suas experiências, que muitos afirmaram que mudaram várias de suas práticas em sala de aula e em outros ambientes de trabalho para melhor transmitir parte do que aprenderam no contexto brasileiro. Entretanto, como venho argumentando, essa liberdade admirada não é levada na volta como padrão de relacionamento nos

espaços por onde meus interlocutores circulam. Apesar das mudanças citadas, especialmente as relacionadas às salas de aula, reproduz-se a formalidade presente em seus locais de trabalho e em outros espaços.

2.3 Das influências do Brasil e dos investimentos em África

O primeiro jantar em uma das casas da família que me acolheu depois que me mudei da casa do Alfredo foi um momento que marcou bastante minhas percepções sobre aquela cidade. O envolvimento num ambiente doméstico mais familiar me colocou numa atmosfera muito particular de relações não só com aqueles com quem convivia diariamente e tantos outros nos intensos almoços de domingo, mas com todo um sistema de valores e relações de passado que parecia não estar muito longe dali. Foi importante também sentir ali dentro como aquelas pessoas se relacionavam com as mulheres que trabalhavam como domésticas em suas casas, como se referiam aos *pretos*, além de ter acompanhado as novelas da Globo com uma regularidade que dificilmente se daria no Brasil.

Foi esse contexto que me aproximou das apropriações acerca das imagens do Brasil que chegavam através das novelas. O consumo de bens identificados como brasileiros pelos moçambicanos com quem convivi através da televisão e das informações veiculadas acerca dos investimentos brasileiros em Moçambique é intenso. Esses elementos constituem fontes poderosas da construção de uma imaginação sobre o país, o que estimula e influencia a vinda dos estudantes para as universidades federais. Nesse sentido, meu propósito nesta seção é descrever algumas situações que exemplificam esse fenômeno cujas repercussões ainda são pouco exploradas. Enfim, consumir tudo isso é parte também da entrada no sistema de prestígio justamente porque algo entendido como Brasil é construído diariamente através desses meios.

No jantar mencionado, estavam sentados à mesa Luísa e Raul (seu filho, que não saía do meu colo), avó Sandra e avô Cláudio, tia Vitória, avó Tônia, Carolina, Cláudia, Nelson e eu. Não era todo dia que essas pessoas jantavam juntas nesta casa.

O motivo da reunião familiar era a chegada do Nelson de Portugal que, assim como sua irmã Cláudia, passava alguns meses do ano em Moçambique trabalhando. Ambos nasceram em Moçambique, mas mudaram-se ainda pequenos para Portugal com os pais e desde então vivem nesse país; têm aproximadamente 50 anos. As idas e vindas desses dois sobrinhos do avô Cláudio eram sempre comemoradas nessa casa, onde comia-se camarões e bebia-se vinho e cerveja. Em relação a esta última, foi a primeira coisa que me ofereceram: "*aqui misturamos a preta com a branca, fica muito bom, a mulata*", disse Carolina, convencendo-me a experimentar. Alguns riem e a avó Sandra comenta que quando foi comprar as bebidas, ao se dar conta que as cervejas pretas eram mais caras que as brancas, brincou com a senhora da barraquinha: "*Que história é essa? Desde quando as pretas valem mais que as brancas?*".

Assunto encerrado, as atenções voltaram-se um pouco para mim. Todos queriam saber do que se tratava minha pesquisa e por que eu estava naquela casa. O fato é que nem mesmo eu sabia explicar exatamente como tinha chegado até ali, mas como a Luísa morou dois anos no Brasil e tinha estudado na UFPE, Nelson disse ter entendido minha relação com ela: tínhamos nos conhecido em Recife. Ninguém fez muita questão de acreditar que eu tinha conhecido a Luísa lá em Maputo mesmo, através de uma amiga. Queriam conversar assuntos relacionados ao Brasil. Nelson questionou se eu sabia que a Vale tem investimentos no país. "*Sim, em Tete, não é isso?*", respondi. Não sei se com uma certa desconfiança, continuou a conversa relatando várias mudanças que ele tem observado no país com tanto investimento "brasileiro" em vários setores.

O fato de muitos brasileiros estarem se mudando para Moçambique seria a causa dos preços dos imóveis terem aumentado tanto de preço. "*Eles trabalham em Tete, mas as famílias em Maputo. Como eles podem pagar, tudo ficou mais caro.*". Continuou a conversa com essa apologia ao "Brasil que dá certo", citando o exemplo de como funcionários brasileiros estão recebendo melhores salários do que em Portugal e vários brasileiros já estão voltando, porque não vale mais a pena trabalhar nesse país europeu. Nelson disse que se fosse para investir em algo, comprar algum negócio em algum lugar e tivesse que escolher entre Moçambique e Brasil, escolheria

o Brasil porque *"é mais organizado"*. Cláudia, sua irmã, partiu pela defensiva, argumentando que *"também, está 500 anos à frente..."*. Luísa concordou e criticou o pessimismo do primo, mostrando que o país *"está a melhorar, acredito que vai se organizar"*.

Dias após essa conversa, li na capa de um jornal local que estavam sendo vendidos nas ruas perto dos sinais de trânsito a seguinte matéria: "Governo oferece Norte de Moçambique a brasileiros".³⁸ De acordo com a reportagem, que se remetia a uma outra que havia saído no Jornal Folha de São Paulo, o governo moçambicano teria disponibilizado a agricultores brasileiros uma área de seis milhões de hectares no norte do país para o cultivo de cereais (soja e milho) e algodão. Essa notícia causou grande furor na cidade, sendo inclusive televisionada à noite no jornal local. Várias pessoas com quem me encontrei esse dia comentaram a matéria, demonstrando insatisfação com a ideia de terem oferecido uma área extensa do país para investimento externo, mas, ao mesmo tempo, um certo contentamento por essa tarefa ter sido delegada ao Brasil.

A conversa em casa naquele dia não foi sobre outro assunto. Quando cheguei à noite, fui bombardeada com informações, perguntas e comentários acerca daquela notícia. Discutiam que a terra seria usada em regime de concessão pelos agricultores brasileiros, que pagariam um preço módico pelo uso do hectare durante cinquenta anos. Concluíram que o investimento do Brasil vinha em boa hora, já que o país teria experiência de longa data com esse tipo de plantação, sabendo manejar a terra com *"menos maquinário que os europeus"*. A esse respeito, o ministro da Agricultura declarou: *"os agricultores brasileiros têm experiência acumulada que é muito bem-vinda. Queremos repetir em Moçambique o que eles fizeram há 30 anos no cerrado"*.

Uma certa atmosfera propícia a investimentos e bons lucros parece atrair brasileiros de setores diversos a se mudarem para Moçambique. Quem sugeriu isso foi o Gérson, um brasileiro cunhado do dono do escritório de arquitetura onde Beatriz

³⁸ Fonte: <http://www.savana.co.mz/home/338-governo-oferece-norte-de-mocambique-a-brasileiros.html> Acesso em 08/03/2012.

trabalhava. Uma das vezes que almoçamos juntas, Beatriz chegou acompanhada dele, que estava morando em Maputo havia alguns meses. Boa parte da nossa conversa no restaurante foi sobre o que o motivou a ir e o que ele estava achando da cidade. Gérson é paranaense e antes de ir para Moçambique tinha um restaurante em Londrina, que arrendou para se mudar. Quem o convenceu a mudar para lá foi a irmã, com o argumento de que ele seria muito mais bem sucedido, já que as complicações com a legislação trabalhista quase não existem, logo, teria um lucro maior no negócio que montasse. *"É para lá que eu vou, vou ficar rico, só preciso pagar um salário mínimo para os funcionários e pronto"*, disse que pensou. Quando arrendou o restaurante, pagou tudo como deveria ser e comentou que é muito trabalhoso lidar com questões trabalhistas, é um custo muito grande e ele tinha pagado tudo direito.

Em geral, estava gostando de viver em Maputo. Achou o custo de vida parecido com o que se habituara no Brasil, mas sugeriu que há coisas muito mais baratas, como alimentação. Discursou um bom tempo sobre a sujeira da cidade, como ficava impressionado com a falta de um sistema de coleta de lixo. Beatriz não escondeu que se sentiu ofendida com esse comentário, mas Gérson continuou com as reclamações sobre a estética da cidade, discursando que ele não conseguia entender por que era daquele jeito. Admitiu, inclusive, ter pensado abrir uma empresa de recolha de lixo. Ele enxerga negócio em tudo. Esse ponto de vista foi muito parecido para o qual Valter me chamou a atenção no dia em que fomos ao Mercado do Peixe, ao argumentar que *África está ótima para investimentos*. Moçambique, de acordo com ele, está em *construção* e eu deveria pensar em começar um negócio lá, aproveitar a minha estada e deixar algumas coisas em vista. *"O Brasil está saturado, mas aqui tem muita coisa para fazer"*, completou com entusiasmo.

A recorrência dos assuntos sobre investimentos é algo difícil de compreender. Ela fazia parte de diversos contextos, estava na pauta do dia de várias pessoas, obrigando-me a prestar atenção nos porquês daquelas conexões e aspirações que vinham de todos os cantos por onde circulava. Situações semelhantes foram vivenciadas em diversos espaços e quem apresentou essa questão de forma mais escancarada foi a Diana, irmã da Beatriz. Ela é casada com um sueco e mora em

Maputo; o casal têm um filho pequeno e ele vive no percurso Moçambique-Suécia, numa intensa realização de atividades laborais e familiares. Beatriz me contou que eles preferiram firmar seu núcleo familiar em Maputo porque nessa cidade têm mais qualidade de vida. O inverno muito rigoroso na Europa e o custo de vida mais baixo foram motivos para o casal morar na capital moçambicana. Quando a conheci, Diana perguntou se eu estava gostando e se já estava fazendo meus *lobbies* para trabalhar lá. De acordo com ela, eu poderia aproveitar que estava tendo contato com muita "*gente importante*" para conseguir um lugar para mim também. A essa altura eu já tinha me acostumado com esse tipo de sugestão, mas continuei achando curioso que ela era recorrentemente dita. Ao reler minhas anotações, percebi que esse era um dado que merecia uma análise um pouco mais sociológica.

Conversamos durante um bom tempo sobre as motivações que alguém como eu teria para me mudar. Diana esboçou várias possibilidades, tentando me mostrar que seria fácil eu ganhar dinheiro no país, considerando que no Brasil eu jamais teria a vida como aquela. Tinha certeza que, quando eu voltasse para cá e comparasse a vida que levo e aquela que poderia ter, ia querer voltar logo, pensando nas facilidades para viver com aquele padrão de vida. Como exemplo, Diana mostrou como ela vivia, guiando meu olhar para observar os espaços internos da casa. "*Gosto de viver em África por isso, pelas regalias. Tenho três empregadas, uma em tempo integral. Não preciso me preocupar com nada, posso descansar a hora que quiser*".

Como discuti, muitas das conversas sobre investimentos econômicos em Moçambique são circundadas pelas notícias que vinculam a presença de brasileiros nesses negócios. Considerando que estava na pauta do dia falar sobre investimentos brasileiros, sejam os da Vale ou os que se referem à concessão de terras, interessante pensar em que medida eles influenciam nas dinâmicas econômicas (mas não só) locais e como refletem a construção de um espaço de múltiplas vinculações de poder. Para brasileiros como Gérson, Moçambique é um ótimo país para investir, já que não apresenta tantas dificuldades com direito trabalhista como as que encontra no Brasil. Para os moçambicanos com quem convivi, havia uma certa aura de bem estar por estarem participando, de certa forma, de um *boom* de crescimento econômico do país,

mesmo que esse crescimento não esteja diretamente relacionado a seus trabalhos atuais. A inserção em cargos que exigem especialização em cursos de ensino superior é também estratégia de participação nesse mundo de lucros materiais e simbólicos. E, como o trabalho menos qualificado, como o das empregadas domésticas, é sub-remunerado, ambos - moçambicanos e brasileiros - se aproveitam disso para tê-las por perto, produzindo complexas diferenciações a partir daí.

Como parte do meu preparo para viajar a Moçambique, procurei notícias sobre o país no *Youtube*, principalmente conteúdos de canais de televisão local eventualmente disponíveis em vídeos desse site. Tive grande surpresa quando encontrei, por acaso, um comercial sobre frangos que começava com uma paródia da música "Garota de Ipanema".³⁹

A peça publicitária em formato de animação tem 31s e inicia com uma galinha esquelética, vestida com um biquíni verde curto e um cocar amarelo ouro na cabeça. Ela é muito magra e meio despenada nas asas. Além da música, as cores e o estereótipo das roupas já deixam entrever que se trata de imagens relacionadas ao Brasil. Ela dança balançando o "corpo" de um lado para o outro, na cadência do som. A letra é a seguinte:

Quem quer jantar a galinha que é importada, que vem fechadinha,
você não vê nada, é seca e magrinha, vem cheia de ar.

Aos 13s, aproxima-se uma outra galinha, bem nutrida, com a pele mais escura, roupas com tons mais escuros também, cantando em outro ritmo (associado a Moçambique?). Ela dança com mais desenvoltura, apresentando outros movimentos, e canta

Afasta, magricela, você só tem costela. Galinha bem mimada, foi muito bem tratada. Quem gosta de galinha, só Nacional, que é minha. O Frango Nacional é melhor!

³⁹ Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=ezcTnaqzLfw>. Acesso em 23/03/2012.

Não encontrei nada a respeito da produção dessa propaganda, mas algumas pessoas me disseram que ela é uma crítica ao frango da Perdigão (Perdix, nos supermercados moçambicanos), que chega ao mercado consumidor maputense (bastante apreciador desse alimento) por um preço bem inferior ao nacional. O problema é que ele vai congelado e só aparenta maior do que é porque está inflado de água. Se essa foi, de fato, a inspiração para o idealizador do vídeo, creio ter sido a primeira vez que vi algo do tipo, que criticasse alguma coisa exportada pelo Brasil. O mais curioso é que, na versão local, transmitida pela TVM, a primeira parte não aparece. A propaganda começava diretamente com a entrada da galinha "moçambicana".

2.4 As seções se costuram aqui

Todos os fenômenos apresentados nesse capítulo, a saber, o intenso circular dentro dos carros, a construção do prestígio relacionado à volta e ao espaço do trabalho, a atual posição do Brasil no cenário empresarial moçambicano e as comparações dos sistemas de ensino retroalimentam-se, tendo papel fundamental na construção de um cenário bastante particular. Abordei a questão dos carros e da vestimenta como fundamental na compreensão da construção do sistema de prestígio, que não é identificado somente através da posse de títulos conquistados no exterior. A volta, nesse sentido, é vivenciada no cotidiano através da boa *colocação* no mercado de trabalho, o que garante a manutenção do seu *padrão de vida* (observado pelos carros, roupas, maneiras de agir etc). As diferenças entre formalidade e informalidade apontadas de forma tão direcionada ao modo como se aprende nos dois países evocam também as diferenças de comportamento e *status* experimentadas em ambos. As influências do Brasil em Moçambique, entretanto, não passam pela questão da informalidade. São os grandes investimentos em cena em Moçambique que capturam a atenção dos meus interlocutores, e não a tal liberdade de aprendizado experimentada nas universidades brasileiras. Esse é, como argumentarei mais à frente, um dos sinais de distinção partilhado por quem estudou no Brasil.

A ênfase dada no tempo do trabalho por aqueles com quem conversei nos carros se combina com a busca de um certo padrão de vida manifesto em signos de prestígio que se revelam importantes na constituição do *status* associado a quem trabalha em vários locais e possui cargos destinados a quem teve acesso à circulação internacional para formação superior. Por outro lado, se pensarmos que os modos de se vestir (a aparência) se sobressaem muitas vezes como o signo por excelência da posição da pessoa no interior de seu local de trabalho, chegamos a aspectos mais complexos dessas relações.

O diploma conquistado com o estudo em universidades brasileiras não é o único motivo da inserção nesse sistema de prestígio; a volta para o país é também fonte de renovados contatos que ampliam as redes de reconhecimento de sua posição social. Estar bem ou mal *integrado* refere-se justamente ao modo como o capital social é articulado. Assim, quem veio estudar no Brasil já estava inserido a algum tipo de acesso privilegiado a informações de funcionamento do *cursus* da vida na universidade, além de saber como se daria o acesso a bolsas de estudo.

O *luxo* de viver no continente africano e as portas abertas para investir no mesmo são traços levantados a partir da perspectiva de quem saiu do país. Nesse sentido, muitos dos meus interlocutores apontaram Moçambique como lugar ideal para manter um padrão de vida que dificilmente seria possível em outro. É muitas vezes em comparação ao cenário internacional de crise econômica na Europa e de saturação do mercado de trabalho no Brasil que Moçambique aparece como espaço de inventividades de investimento econômico sem precedentes. Interessante observar como "África" passa a ser manipulada pelos ex-estudantes como local em constante crescimento, cujo momento propício para se tornar pioneiro em várias áreas profissionais é agora. Nesse sentido, viver no Brasil foi bom para estudar, mas Moçambique é perfeito para trabalhar e ser reconhecido.

Não foi sem incômodos que questionei algumas vezes o contexto dessas relações de poder estabelecidas entre os dois países. A maioria das pessoas não parecia estar tão preocupada. Maurício me explicou que Moçambique ainda é dependente de muita cooperação internacional e não tem condições de gerenciar

sozinho seu desenvolvimento, então, *"se tem que vir ajuda de fora, que venha do Brasil"*. Questiono-me também até que ponto essas posturas tão positivadas não seriam produzidas nas nossas conversas justamente pela minha nacionalidade. Provavelmente, sim.

O que tentei fazer para me desvencilhar dessa visão que associa o papel do Brasil como detentor de conhecimento e capitais, tão explorado pelos estudos que abordam a vinda de estudantes dos PALOP para cá, foi me aproximar daqueles que aqui estudaram e como eles atribuem sentido a todo esse fluxo de vivências. Ao trazer esses curtos episódios que associam a imagem de sucesso e o modo como ela é alimentada no país, tive a intenção de adiantar como as novelas, por exemplo, são fontes importantes de análise. O Brasil que passa nas novelas e nos jornais quase diariamente (através das notícias sobre os lucros de seus investimentos) é incorporado pelos ex-estudantes como parte do prestígio vivido em Maputo.

Porém, se a boa integração daqueles que estudaram em universidades brasileiras foi tão enfatizada e o projeto de manter um determinado padrão de vida foi colocado de modo tão eficaz, por que a necessidade em mostrar que se está trabalhando em tantos lugares é vivida como uma tensão constante? Por que o foco da vida cotidiana em Maputo entre os ex-estudantes do Brasil está tão enraizada nessa ideia de apresentar-se o tempo todo para o trabalho futuro? Em suma, como se deu o processo de produção dessa necessidade? Tais questões serão exploradas no capítulo quatro.

A imagem que tem sido construída do Brasil através dos investimentos como os citados acima (da Vale e dos agricultores) é digno de nota porque mostra uma dimensão pouco abordada em relação às motivações para a vinda dos estudantes. Atribuir ao desenvolvimento do país a motivação primordial e exclusiva para a realização de curso superior no exterior silencia a importância de mobilizadores poderosos para o deslocamento estudantil. As práticas de assistir às novelas brasileiras, por exemplo, são instrumentos fantásticos para pensar o intenso fluxo de influências que as imagens, os personagens, o modo de falar, as músicas, as comidas exercem naqueles que as vêem. O Brasil aparece, assim, como um lugar cheio de

possibilidades e recursos que mexem muito com a subjetividade dos moçambicanos com quem convivi. As praias, os pares românticos, as fartas mesas de café da manhã são convites mais que envolventes para querer morar no país. Esses temas serão abordados no próximo capítulo.



Capítulo Três

"Dizem que sou Globo dependente".

Este capítulo retoma questões deixadas pelo que o antecede. Debruço-me aqui sobre o pressuposto pelo qual os acordos internacionais para educação superior são construídos: o *desenvolvimento*. Meu objetivo é discutir como o termo foi apropriado na bibliografia mais recente sobre a vinda de estudantes dos PALOP para o Brasil e a maneira como ele reflete uma dinâmica mais ampla no mundo da cooperação internacional. Proponho uma exploração dos diferentes fenômenos que ganham vida social sob a rubrica de desenvolvimento a fim de esboçar uma visão mais alargada das conexões e implicações dos mesmos no modo como se manifestam no universo de problemas discutido nesta dissertação.

Quero enfatizar aqui como o termo e os propósitos advindos dele são peças fundamentais de mobilização instrumental dos acordos educacionais que possibilitam a circulação dos estudantes. Entretanto, as vontades e expectativas que marcam sua vinda não são baseadas somente em aspectos que dizem respeito ao desenvolvimento do país. Argumento, nesse sentido, que práticas mais corriqueiras do cotidiano são mobilizadores de peso no processo de fluxo de muitos estudantes para o Brasil. As novelas, como mencionado anteriormente, detêm um papel importantíssimo na circulação de informações sobre o Brasil e influenciam muitas vindas, juntamente com outros elementos. São temas mais mundanos que vêm à tona quando se trata dos motivos, escolhas e expectativas que circundam as decisões de partir. As universidades seriam, nesse sentido, portas de entrada para a realização desses desejos, porque é como estudante universitário que o acesso a eles torna-se possível.

Retomo o dossiê "Ensino superior e circulação de estudantes: os Palop no Brasil e em Portugal" (2009) para refletir como os autores tratam o tema da educação superior e como a articulam ao fluxo dos estudantes através dos acordos de cooperação. A maioria deles associa a vinda para o Brasil como parte de um processo formal de busca pelo desenvolvimento dos seus países de origem. Por isso, muitos se apegam tão categoricamente ao aspecto do tempo que os estudantes vivem para os estudos, ou seja, estamos lidando com um tipo de movimento migratório que prevê a duração do mesmo a sua particularidade. Sendo a formação de quadros profissionais

uma demanda dos países, estudar em universidades é, aos olhos do Estado e da esfera internacional, o motivo principal para a realização dos objetivos desenvolvimentistas.

Discuto outras formas de apropriação que estão relacionadas a projetos de inculcação de valores. Assim como a colonização utilizou estratégias sutis para controlar ou induzir mudanças em populações "atrasadas" – a estetização da vida cotidiana, a circulação de bens, a maneira como as pessoas recebiam e se apropriavam do que era trazido de fora – os efeitos de poder alcançados pelos projetos de desenvolvimento são construídos a partir de ferramentas altamente sofisticadas de construção de universos morais. Meu argumento é que as pessoas que vêm estudar em universidades brasileiras despendem vontades muito mais mundanas do que as demandas a que são cobradas.

Na primeira seção deste capítulo discuto dois temas principais que se complementam: o primeiro diz respeito ao modo como os autores do dossiê supracitado discutem a questão da circulação dos estudantes e como a articulam a um discurso centrado na educação superior – ferramenta para o posterior desenvolvimento dos seus países de origem; o segundo é uma discussão sobre o próprio termo desenvolvimento, com o intuito de indicar que ele pode ser alargado para dar sentido a experiências mais amplas de sujeitos que participam de acordos educacionais internacionais. A segunda seção traz um breve cenário do histórico de cooperação em Moçambique e dos programas que possibilitam a vinda de estudantes para o Brasil. No item 3.3 descrevo um panorama da influência das novelas da Rede Globo de Televisão em Maputo e como elas participam de um peculiar circuito de fabricação de desejos. A quarta seção é a conclusão do capítulo, onde aponto questões relacionadas ao *desenvolvimento* enquanto mobilizador de vontades de partir.

3.1 Mediadores internacionais e desenvolvimento

O discurso do aprendizado escolarizado/universalizado pela educação superior, utilizado como meio para chegar às hierarquias sociais mais altas e identificado como o pertencimento às elites, tem um poder muito grande e opera nas mais diversificadas

esferas das vidas dos sujeitos que se deslocam de seus países para cursar ensino superior em outros. O prestígio vindo daí se torna ainda maior quando o percurso por esse universo escolarizado se dá internacionalmente. No contexto dos projetos de construção do Estado em países africanos que conquistaram suas independências após a década de 70, a formação de quadros especializados para trabalhar em várias esferas da vida burocrática e empresarial foi a grande justificativa de implementação da ajuda internacional para que os estudantes cursassem universidades fora. Assim, de acordo com o dossiê,

a constituição, nas últimas décadas do século XX, de novos estados nacionais africanos de língua portuguesa leva muitos estudantes dos países africanos de língua oficial portuguesa – Palop – a procurarem formar-se no Brasil e em Portugal. (...) estes textos propiciam uma importante reflexão sobre um problema mais amplo, qual seja, o da multiplicidade de formas de circulação de pessoas e suas consequências, questão primordial de nossa época e do processo de globalização que vivemos nestes últimos tempos (Gusmão, 2009: 10).

Dos sete artigos analisados no dossiê sobre a temática ora apresentada, seis versam sobre a saída dos estudantes para estudar no Brasil ou em Portugal e as expectativas, constrangimentos e desejos que cercam o assunto da volta aos seus países de origem. A maioria dos autores se apoia na questão do desenvolvimento dos países para justificar a saída para universidades através dos acordos. Chama-me a atenção que a ênfase seja dada ao discurso formal que estrutura os protocolos, sem haver questionamentos pelo que está por trás das práticas de desenvolvimento e cooperação. É esse movimento que quero fazer. Através dos dados da pesquisa em Maputo indico que uma parte das relações que os estudantes constroem com o Brasil são previamente vividas em Moçambique através das novelas, das músicas, das conversas com quem já esteve aqui, dos produtos vendidos nos supermercados e nas lojas, os quais mobilizam o imaginário e os desejos de boa vida e prestígio das pessoas. Os acordos surgem como veículos que tornam concretas a realização dessas vontades.

Pensar a educação superior em termos de desenvolvimento dos países e construção de seus estados nacionais ampliou minhas perspectivas em relação à circulação desses estudantes e foi essa inquietação que me levou a querer compreender como se dava todo o processo de vinda ao Brasil e volta a Moçambique.

Educação superior figura também como palavra-chave nos estudos sobre o tema, sendo parte importante dos argumentos daqueles que discutem o termo que qualificaria esse movimento. Assim,

O pressuposto assumido é de que a questão dos estudantes africanos no Brasil não é um movimento de simples deslocamento de indivíduos entre um país de origem e um país de acolhimento. Trata-se de um contexto complexo em que os indivíduos que migram dentro desse processo de migração especial (Garcia, 2004) cumprem metas postas por seus países em termos do próprio desenvolvimento (Gusmão, 2009: 16).

Todos os textos, de maneira direta ou indireta, associam a volta dos estudantes com a contribuição que darão ao país em termos de desenvolvimento. Observo, no entanto, que eles procedem a uma certa naturalização do mesmo. Concentrados nos contextos do período colonial, esses países de independência recente seriam influenciados por uma busca pelo "desenvolvimento". Nada mais emblemático que ela esteja entremeada pelos processos de educação superior internacional já que, como aponta Costa, "o prestígio que advém de a formação avançada ser obtida no exterior está relacionado com os processos de legitimação que a construção das elites nacionais necessariamente implica" (2009: 137). É pela formação de uma elite, ou mesmo pela recusa a ela (Faria, 2009: 55), que o processo da mobilidade dos estudantes pode ser entendida num contexto interno a seus países.

Os discursos sobre a nação e o desenvolvimento estão intimamente relacionados nos textos. "Segundo os estudantes, a formação acadêmica sempre foi vista como algo imprescindível para a construção das jovens nações" (Mourão, 2009: 88). Subuhana afirma que "após o término dos estudos, quase todos manifestam o interesse de regressar para contribuir para o progresso de seu país, trabalhando ou dando aulas, e formar família" (2009: 122). Fonseca mostra a situação do jovem estudante angolano que "sonha voltar para seu país natal e contribuir com a sua reconstrução após a guerra civil que se encerrou em 2002" (2009: 24).

Aspectos que se relacionam com a socialização dos estudantes nas universidades e no contexto brasileiro também são abordados. Mourão (2009), por exemplo, explora em seu texto os processos de construção de identidades e

nacionalidades de estudantes guineenses e cabo-verdianos formados no Brasil. Através de pesquisa em Cabo Verde (Praia) e Guiné-Bissau (Bissau), entrevistou os estudantes que regressaram após o término dos cursos. Analisando o contexto histórico de formação das nações nos dois países, a autora problematizou as identificações com as quais os estudantes cabo-verdianos e guineenses se depararam no Brasil. Assim,

Os relatos mostraram uma busca dos pesquisados pelo reconhecimento da parcela de identificação com o continente que foi sendo negada, indicando que a vivência no Brasil é também fator relevante para a tomada de consciência sobre a questão da 'africanidade' (Mourão, 2009: 92).

Como discuti anteriormente, o Brasil é vivido por aqueles que aqui estudaram como um lugar onde algumas das suas maneiras de agir são colocadas em perspectiva. O choque em relação às primeiras vivências na universidade é transformado posteriormente como aprendizado de vida, intercâmbio de valores, novas maneiras de se colocar no mundo. Esse quadro de possibilidades é pensado como dos projetos de desenvolvimento, já que são eles que permitem a vinda e a permanência dos estudantes no país. Subuhana descreve sua trajetória migratória, mostrando os caminhos de constituição de cidadania e também a "busca de diversos povos africanos por sua autonomia e independência, em particular, via campo educacional" (2009: 104). A narrativa do autor faz parte desse "estar em perspectiva". Chama a atenção que seu argumento no texto do dossiê é articulado em relação à construção da cidadania através da circulação dos estudantes para o Brasil. Inclui-se como parte desse movimento, já que veio para o país como estudante moçambicano em uma das *turmas do Peter Fry*. Interessante que ele é o único dos autores que trabalha seu argumento em termos de cidadania.

Olivier de Sardan (2005), ao discutir o poder das palavras dentro de uma configuração desenvolvimentista, mostra como "desenvolvimento" é uma palavra-chave na África contemporânea, em torno da qual muitos projetos e processos de modernização estão articulados. Diante disso, ao pensar quais outras palavras teriam o poder de mobilizar um discurso para mudança, penso na campo semântico que

envolve a palavra cidadania no Brasil, por exemplo. Será que as influências nas universidades brasileiras colocaram essa questão em pauta na discussão do autor?

Gusmão afirma que “no interior desse amplo e complexo quadro, o que é possível afirmar é que a imigração desses estudantes faz parte de um projeto nacional de desenvolvimento em seus respectivos países de origem” (2009: 19).⁴⁰ Essa frase resume um pouco a maneira como os autores compreendem o termo desenvolvimento, ou seja, vinculam a vinda dos estudantes a uma dinâmica que começa em seus países de independência recente e termina com a volta a eles, onde integram quadros profissionais que exigem formação de nível superior. O Brasil figuraria, nesse sentido, como país detentor de conhecimentos, capaz de contribuir para que os países com menos recursos consigam promover seu próprio *desenvolvimento*. Essa é a ideia que está por trás do termo, tal como os autores o abordam.

Em relação à escolha dos estudantes pelo Brasil, Subuhana (2009) acredita que um dos grandes motivos são os “laços de amizade que unem o Brasil com os Palop”. Dentro desses laços, ele cita a língua portuguesa como um atrativo, mas não aprofunda o que eles seriam. A questão dessa proximidade foi comentada por algumas das pessoas com quem conversei em Maputo. Alguns, como Afonso, disseram que há uma relação muito íntima entre o Brasil e a África, por causa da história da migração do africano para cá, embora ele não goste de falar dessa parte da história. Esse é um discurso formal bastante comum entre aqueles (principalmente os que têm mais de 50 anos) que buscam motivos históricos de longa data para provar que a “amizade” entre os países se dá, contemporaneamente, através desses acordos. Outro aporte histórico utilizado para justificar a preferência pelos estudos no Brasil é o que diz respeito à colonização. Como estivemos sob o poder de Portugal e conquistamos a

⁴⁰ Seria interessante pensar se esses projetos estão também presentes nas formações em universidades locais. Mais fantástico ainda seria comparar “onde estão” (onde estão trabalhando, etc) os estudantes que se formam em seus próprios países e os que se deslocam para outros. Será possível afirmar que participam de projetos diferentes de demanda nacional? Certamente são escolhas distintas, mas como essas diferenças ficam marcadas em seu cotidiano?

independência há muito tempo, estaríamos aptos a compartilhar essa experiência de distanciamento da Europa.

Mas, como compreender o modo pelo qual os desejos pelo *desenvolvimento* são produzidos? Por que esses estudos dão tanta ênfase no papel do Brasil como país de “desenvolvimento intermediário” (Subuhana, 2009)? Mourão sugere que o Brasil “tornou-se um referencial de nação e de desenvolvimento para esses estudantes, possibilitando estreitar cada vez mais as relações entre os países da África de língua portuguesa e o Brasil” (2009: 100). Fonseca (2009) argumenta que o país teve um importante papel político no reconhecimento da independência de Angola em 1975. Um aspecto que salta aos olhos nesses argumentos é o desvio de foco do processo migratório. No fundo, o que os autores querem chamar a atenção, mas não enfatizam dessa forma, é que o Brasil tem sido destino preferencial dos estudantes e não mais a Europa, reorientando o fluxo em sentido sul-sul. É central compreender a inversão desse movimento, porque ainda não se tem muita dimensão da força que políticas de tal envergadura têm tomado. Ao nacionalizar demais a discussão, elementos essenciais perdem-se pelo caminho. Exemplos destes são as imagens vinculadas ao Brasil discutidas no capítulo dois e a maneira como elas - mais que influenciam! - adentram no universo simbólico dos estudantes, construindo muito do que eles esperam encontrar aqui. Na volta, essas imagens são ressignificadas e práticas adquiridas no contexto brasileiro, como o acesso a *sites* com notícias e fofocas sobre artistas brasileiros, multiplicam-se. As sutilezas desses dados apontam para a existência de outras formas de cooperação entre países que não somente aquelas formalizadas no âmbito central do desenvolvimento.

A língua é um dos fatores indicados como importantes para a escolha pelo Brasil. Nilza, que fez mestrado em Psicologia na UFMG, contou-me que queria ir para um lugar de “*fácil comunicação*”. Para outros, entretanto, esse não é um fator determinante. Amanda, que estudou Economia, disse que, embora quem saiba a língua inglesa seja mais valorizado no mercado de trabalho, ela não optou pelos estudos em um país anglófono porque achava que o sistema brasileiro incentivava a

capacidade de trabalho. Apesar de falar bem inglês e ter dois irmãos estudando na África do Sul, gostou muito de ter estudado no Brasil porque depois de ter voltado *usa o conhecimento e sabe aplicá-lo*.

O custo de vida no Brasil é também indicado como um fator que pesa para os estudantes, já que é mais barato viver aqui do que na África do Sul, na Austrália, nos EUA, na Inglaterra ou em Portugal. Depois de passadas as dificuldades iniciais,

muitos dos meus interlocutores voltariam para cá para prosseguir com seus estudos, porque o ambiente de estudos encontrados é considerado bom (...) Muitos são os que afirmam que a experiência é mais *'gratificante'* do que dolorosa e o ambiente universitário do Brasil incentiva o crescimento científico. (Subuhana, 2009: 116).

Mourão aponta a opção dos estudantes pelo país onde irão estudar, indicando que até a década de 80 a preferência era Portugal, porque o mercado de trabalho tanto em Guiné-Bissau como em Cabo Verde valorizava mais quem chegava de Portugal. Depois da década de 80, o cenário mudou,

havendo uma maior procura entre os estudantes pelo Brasil. Esse processo intensificou-se nos anos 1990 e, segundo os pesquisados, o estudante formado no Brasil passou a ser reconhecido pelo grande *'pragmatismo'* e pelas *'ideias inovadoras'*, sendo mais bem aceito no mercado de trabalho cabo-verdiano e guineense (Mourão, 2009: 89).

A formação em diferentes países informaria diferentes perspectivas em relação à volta ao próprio país, segundo alguns autores. Mourão (2009) é uma das que sugerem a necessidade de reflexão sobre a ressignificação das nacionalidades dos estudantes formados no Brasil em relação àqueles que foram para Portugal, Cuba ou União Soviética. A vivência em cada um desses países estaria associada, segundo a autora, a diferentes projetos de nação e ideais de nacionalidade em seus países de origem. O cenário político mundial mudou e novas formas de dependência surgiram nesse contexto.

O grande fluxo de estudantes dos PALOP para o Brasil não pode ser pensado à parte desse quadro político. Indiquei no capítulo anterior a presença de importantes setores econômicos brasileiros e seus investimentos em Moçambique. Será que esses

interesses (econômicos e educacionais) estão interligados, de alguma forma? É difícil fazer esse tipo de afirmação, mas essas indicações apontam algo nesse sentido, porque as ações que pautam a vinda dos estudantes estão longe de ser desinteressadas. Essas iniciativas conjuntas podem fazer parte de interesses mais amplos, embora ainda não saibamos a dimensão dessas ações. Além disso, segundo Silva,

Legal methods and other forms of governmental techniques - among which are education, planning, and punishing practices - have been crucial in the repertory of resources that are transferred via international cooperation, by means of which donor states maintain their hegemony over certain territories. (2011: 7)

Para a maioria dos autores do dossiê, a formação de nível superior faz parte das práticas de construção de elites nos países, associando-a ao prestígio que advém da circulação estudantil internacional. Costa, por exemplo, organiza seu argumento através da formação de elites em Moçambique.⁴¹ Para ela, os agentes de desenvolvimento moçambicanos (funcionários de ONGs ou de agências internacionais de desenvolvimento) pertencem a essa elite moçambicana,

sendo a sua posição actual na sociedade moçambicana resultado de estratégias de ascensão social delineadas há várias gerações. Muitos desses quadros têm graus académicos de nível superior obtidos em universidades no estrangeiro (mestrados e doutoramentos nos Estados Unidos, Austrália, África do Sul e Europa) (2009: 132).

A compreensão da complexidade desse fenômeno foi possível através de uma análise diacrônica da história das famílias por três gerações, cujas décadas foram perpassadas por profundas transformações, desde o colonialismo, passando pelo socialismo, por guerras, chegando aos dias atuais, de "cooperação para o desenvolvimento". As mudanças implicaram e implicam em estratégias e escolhas, familiares e individuais. Pela citação seguinte espera-se que se visualize um pouco

⁴¹ O termo elites para a autora é utilizado a partir da acepção de Carola Lentz e Andrea Behrends: são elite os indivíduos "que ocupam posições de liderança em várias esferas (políticas, económicas, culturais, intelectuais) nas quais participam regularmente e decisivamente nos processos de decisão" (*apud* Costa: 2004, p. 4).

melhor a relação da demanda por quadros de formação superior com as transformações pelas quais passou o país:

A compreensão das estreitas relações entre essa gradual alteração nos critérios de legitimação das elites detentoras do poder em Moçambique e a crescente dependência desse país da Ajuda ao Desenvolvimento permitem clarificar algumas das contradições e dos impasses no processo de desenvolvimento desse país e, simultaneamente, esclarecer a forma como os quadros nacionais – agentes desse desenvolvimento – vivem e autopercepcionam o desenvolvimento do seu país e as transformações que esse processo induz no nível das suas estruturas e relações familiares. (...) a opção pela continuidade dos ideais de *civilização, desenvolvimento e modernidade*, levou a que desde o início da independência (e no período das lutas coloniais) houvesse uma consciência da formação de quadros. (...) Foi no início dos anos 90 do século passado, após as negociações do governo Moçambicano com o FMI e o Banco Mundial e a introdução do liberalismo econômico e da democracia política que a formação avançada começou a se impor gradualmente como um dos critérios legitimadores das elites em Moçambique (Costa, 2009: 135-136).

A autora discute, assim, como se dá o prestígio oriundo da formação de ensino superior em outros países. Em primeiro lugar, ele está relacionado a processos de legitimação advindos da construção das elites nacionais. É preciso ser reconhecido pelos pares em nível internacional: “(...) é essencial que as elites moçambicanas falem a mesma ‘linguagem técnica’ dos seus interlocutores estrangeiros, aprendidas nas escolas superiores do ocidente” (*Ibidem*: 137). Faria afirma que

o conceito de elite⁴², quando cruzado com a posse de capital escolar é um conceito eminentemente relacional, posto que assenta em processos de identificação entre indivíduos que se configura em torno dos diversos tipos de diploma (por áreas de ensino), dos locais onde foram obtidos (numa hierarquia de regiões, países, estabelecimentos de ensino) e no modo como o obtiveram (sistemas de classificação, capital investido). Trata-se, pois, de um conceito aberto que, ao contrário de ‘classe dominante’, não tem uma abrangência exclusivamente económica, possuindo, em si mesmo,

⁴² “o conceito de ‘elite’ é, antes de tudo, um conceito de ‘excelência social’ constituído ‘por todos quantos possuem qualidades e aptidões especiais que legitimam o seu poder’ (Fonseca, 2003: 45). Trata-se, assim, de uma situação que tem implícito o reconhecimento social de qualidades e aptidões; ou seja, a pertença à elite é o resultado da sua representação social, enquanto tal” (Faria, 2009: 54).

um dinamismo e uma temporalidade que o tornam complexo (2009: 55).

Costa problematiza, ainda, a complexidade de interesses que recai sobre o processo de desenvolvimento da formação de nível superior em Moçambique. Ela afirma que estudos mais avançados são necessários para apresentar conclusões, principalmente sobre os efeitos que a grande quantidade de formados terá para o desenvolvimento do país. Um fato importante para a autora é que “o ensino superior em Moçambique, como em qualquer lugar deste mundo globalizado, está subordinado ao ‘mercado do desenvolvimento’ e àquilo que se designa, também, por ‘economia do conhecimento’ (2009: 143).

O crescimento de universidades em Moçambique foi citado por dois autores. Subuhana afirma que “estão em processo de grande expansão e também de inovação”, embora não desenvolva muito esse aspecto da inovação. Ao todo, são 55 IES nos Palop: 16 em Angola, 8 em Cabo Verde, 3 em Guiné-Bissau, 25 em Moçambique⁴³ e 3 em São Tomé e Príncipe. Mesmo assim, o autor afirma que as universidades não conseguem absorver a demanda de estudantes, por isso pais e familiares optam por enviar seus filhos ao exterior, especialmente Portugal, África do Sul e Brasil. Costa (2009) mostra que o aumento das instituições de ensino superior em Moçambique não implica em uma diminuição de moçambicanos que estudam fora e, muito menos, não significa uma diminuição da ‘fuga de cérebros’, sejam formados no estrangeiro ou no próprio país.

O aumento do número de estudantes universitários em Moçambique triplicou na década de 90 – de 4.000 em 1990 passou para quase 12.000 em 1999 –, o que sugere um aumento significativo do acesso ao nível superior no país. Essa diferença é mais gritante ainda se pensarmos que apenas 40 estudantes moçambicanos negros (menos de 2% do corpo estudantil) ingressou na Universidade de Lourenço Marques até a independência em 1975. (Mouzinho *et. al.*, 2003). A possibilidade de cursar

⁴³ Costa mostra em seu texto que são 23 em Moçambique, não 25 como aponta Subuhana.

universidades promove a migração de muitos estudantes de províncias do sul e do centro do país para a capital, local onde se deparam com outras formas de crescimento acadêmico, algumas vezes com experiências de estudo em outros países através de acordos internacionais, como foi o caso de várias pessoas com quem conversei. Maputo é foco de jovens que encontram na cidade trabalhos condizentes com seu nível de estudo, o que gera alguns desequilíbrios regionais em relação ao acesso a diversos serviços. Como colocam Mouzinho *et. al.*,

the problem of regional disparities is worsened by the tendency for students from the centre and the north studying in Maputo not to return to their home provinces after graduation. Measures to encourage student return may include, among others, increased job and professional development opportunities, social recognition, and access to credit and housing schemes for young graduates. (2003: 24).

Subuhana argumenta que, após a independência de Moçambique, muitas pessoas que viviam no interior do país mudaram-se para as cidades e acrescenta que “parece ser este um caminho comum para o caso das novas nações emergentes em África, nomeadamente, na África de língua portuguesa” (2009:105). O autor sublinha sua história de vida para mostrar que há muitas semelhanças com as histórias de seus conterrâneos. Afirma que é a segunda vez que mora no exterior: a primeira na Tanzânia, como filho de refugiados moçambicanos, durante a guerra de independência, e a segunda no Brasil, como estudante universitário. Relata, ainda, sua experiência na escola quando criança, destacando a “cultura do silêncio” em sala de aula, a disciplina autoritária que não permitia a criatividade dos alunos:

no silêncio, na ordem, na repetição e na cópia, absorvíamos tudo o que nos era permitido. E daí advém o que chamo de cultura do não-desperdício, que não se restringe ao seu aspecto material (Subuhana, 2009: 107).

O autor mostra, então, como uma trajetória escolar em contexto de colonização ficou marcada em sua experiência. Como destacou Mourão (2009), as práticas de ensino nas universidades brasileiras foram vistas como disseminadoras de “ideias inovadoras”, o que foi colocado positivamente frente à maneira como experimentaram a extrema formalidade em sala de aula em seus países, atribuindo-a à

herança do ensino português. Como podemos pensar essa experiência de ensino quando criança e a outra como jovem/adulto estudante no Brasil? O que essas experiências de aprendizado implicam no retorno ao país? Em outros momentos do texto, Subuhana comenta que, mesmo estudando em universidades, os estudantes moçambicanos preservam traços da "cultura tradicional" de Moçambique, indicando que

os moçambicanos, duma maneira geral, e os meus parentes, em particular, sabiamente conseguiram incorporar em seu vocabulário a ideia de nação, sem com isso significar o abandono das tradições culturais locais, adquiridas de seus antepassados. Tal processo não foi muito diferente em outros países de língua portuguesa após sua independência. O fato suscitou, por parte dos jovens, a busca por mais educação que os fizesse 'civilizados', apartando-os daqueles que não tinham o mesmo destino e possibilidade. (...) O dilema é pensar a reconstrução dos países de língua portuguesa na busca por fazer deles nações modernas que possam, assim, ocupar um lugar no mundo e resolver as dificuldades desse processo em termos de acolher os quadros de formados que possam retornar. (...) Migrar com finalidade de estudo em busca da transformação pessoal e familiar é processo do qual não se tem a medida e o domínio. É processo que coloca em movimento a condição de identidade, autonomia e cidadania diante do sujeito como ser individual, coletivo e político (2009: 124).

O autor chama a atenção nessa passagem para temas caros aos estudantes que vêm estudar em universidades brasileiras, principalmente os mais velhos. A entrada em um "mundo moderno" é conquistada pela educação superior, segundo Subuhana. O caminho trilhado por aqueles que se "civilizam" faz parte do processo que permite o país entrar no rol das nações modernas. Cooper (2005) mostra como a palavra modernidade, dependendo do contexto onde é utilizada, pode alimentar perigosos insumos comparativos entre Europa e África, que justificaria a pressuposta modernização do continente africano (uma colonização moderna justificada), frente o seu atraso em relação ao moderno continente europeu. Além disso, o autor discute como o discurso é sedutor e atrai aqueles que veem "new opportunities for personal, social, and political advancement as liberation from the weight of backwardness and the oppressiveness of past forms of Western imperialism" (2005: 113). Cooper faz, assim, uma análise teórica e metodológica sobre o termo modernidade através de um esforço bastante interessante em mostrar como ela é plural.

Como indicarei no próximo capítulo, tanto no colonialismo quanto na época socialista, a educação "secular" era pautada como essencial para adentrar o mundo "moderno" e "civilizado". Isso se dá de forma mais intensa com a educação superior, porque ela é ponte para integrar-se ao mundo do trabalho reconhecido e reconhecedor daquele que compartilha desses valores. Como uma alternativa única e inescapável, a formação superior instiga a imersão em esferas mais "civilizatórias", pois o lugar é forjado para fazer-se identificar com o mundo moderno. Com cuidado, porque, como alerta Subuhana, "sem com isso significar o abandono das tradições culturais locais". Mas a própria ideia de recriação de laços com a tradição é um fenômeno moderno.⁴⁴ Como discutirei à frente, estava no projeto da Frelimo a ideia de uma nação que congregasse toda a cultura moçambicana. Paradoxalmente, era preciso nascer um "homem novo" que rompesse com o vício da tradição. As conversas que tive com meus interlocutores sobre língua são ótimas para observar isso. Os mais jovens, em geral, não falam nem entendem nenhuma língua do país que não seja o português. Às vezes, até compreendem algumas expressões que se incorporaram ao vocabulário local, mas mostram que esses canais de comunicação não são mais necessários entre as pessoas com quem convive. Subuhana escreve a partir de uma perspectiva de sua geração, portanto, seu comentário está intimamente relacionado aos momentos históricos que vivenciou antes de mudar-se para o Brasil.

A bibliografia apresentada aproxima o ensino superior no Brasil como alternativa para o desenvolvimento dos países africanos de língua portuguesa. Através das pesquisas realizadas, os autores (maioria brasileiros) alinharam-se a um argumento levantado na apresentação do dossiê, de que o Brasil estaria, através dos acordos internacionais, contribuindo para o crescimento dos países. Isso pôde ser observado na maneira como o papel do país foi discutido em relação à circulação dos estudantes. Creio que a empolgação dos elogios às políticas do país é resultado, em parte, das mudanças políticas e econômicas que têm ocorrido no Brasil, o que causa certa euforia também no mundo acadêmico. Esse estado de graça, entretanto, torna o cenário um tanto quanto nebuloso, afastando análises mais contextuais sobre as conseqüências

⁴⁴ Ver, por exemplo, DAVIDSON, Jamie S. and HENLEY David (2007).

que as políticas de desenvolvimento resultam nas apropriações das elites dos países dos quais os estudantes são provenientes.

Silva argumenta que "a most important consequence of international technical cooperation has been its role in the design of national economies" (2011: 18). Dentro dessa perspectiva, o crescimento econômico também significaria desenvolvimento. Segundo essa lógica, os trabalhos sobre o fluxo de estudantes dos PALOP para o Brasil tendem a apresentar o país como novo detentor de poder no cenário internacional, ganhando destaque na esfera da cooperação. A educação superior é uma das muitas faces dessa cooperação e acaba por provocar um curioso fenômeno. Não é à toa que as apologias à informalidade da universidade brasileira são recorrentemente narradas e muitos deles associam o Brasil a um país mais democrático que o seu justamente porque, de acordo com suas experiências, os brasileiros estariam mais abertos ao aprendizado do novo, sempre dispostos a inventar melhores maneiras de resolução de conflitos.

Sabemos que as coisas não são tão simples assim. Sem dúvida, como discuti no capítulo dois, as experiências dos ex-estudantes em relação a diferentes sistemas de ensino os permitem construir comparações entre formalidade e informalidade. É necessário, entretanto, não perder de vista que o contexto no qual esses estudantes estão inseridos e a forma como vivenciam a educação superior no Brasil é parte da construção do sistema de prestígio a que estão vinculados. O modo como as boas experiências no Brasil são relatadas em Maputo foi reconfigurado no contexto local e transformado em "senso comum". A apresentação desse cenário, contudo, está longe de fazer parte de algo comum: é exclusiva de quem teve acesso ao universo escolar como o que venho discutindo e confirma a reprodução do prestígio dos poucos que o detêm.

Pensando em um cenário mais distante, mas cujo processo de construção do Estado-nação pode ser trazida para pautar alguma comparação, Silva mostra como a presença de técnicos internacionais em projetos de cooperação estiveram em Timor-Leste para "ensinar aos locais como as coisas devem ser. São detentores do saber e estão no território para, nas palavras de um deles, 'ajudar os timorenses a evoluir'."

(2004: 184). Guardadas as devidas proporções da comparação, pergunto-me se, inerente a essas políticas do Brasil em relação ao continente africano, não há um projeto civilizatório que, ancorado nos discursos de contribuição ao país, vai aos poucos modificando dinâmicas de como se portar no mundo. É consenso em várias fontes que as relações do Brasil com o continente africano foram intensificadas a partir do governo Lula. Um estudo recente do Banco Mundial em parceria com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) relatou que

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–10) renovou o interesse do Brasil pela África, estruturando-o em bases mais sólidas, como parte do objetivo maior de ampliar o perfil global do Brasil. Durante seu governo, por exemplo, o Presidente Lula visitou a África 12 vezes, fato sem precedentes na história política do Brasil. (Banco Mundial e Ipea, 2011).

O entusiasmo que cerca os chamados fluxos sul-sul é indicado como o novo cenário das relações globais de cooperação. A "rápida transformação" (*Op cit*, 2011: 3) no continente africano, o novo poder empresarial brasileiro e as "fortes ligações históricas e culturais" entre Brasil e África são elencados como motivos não só possíveis, mas necessários para a existência de investimentos entre essas duas partes do Atlântico.

Os estudantes compartilham em grande medida desses argumentos e a volta do Brasil é sentida por muitos deles como uma passagem por um país que, aos olhos da mídia moçambicana e das conversas em locais de trabalho, cresce prestigiosamente na arena internacional. Os que regressam são muitas vezes porta-vozes dessa realidade apresentada como compartilhada e, mesmo que tenham vivido a maior parte do tempo de estudante em meio a tensões, a imagem que levaram do Brasil não será diferente dessa que venho discutindo. Isso se dá porque a identificação de pertencimento a um lugar que se apresenta localmente como *lócus* de prestígio social é apropriado pelo indivíduo, de modo que esse prestígio passa a figurar como disposições carregadas por ele. Participar de projetos de cooperação educacionais que permitem a vinda para universidades brasileiras estimula os alunos a vislumbrar uma

possibilidade da manutenção e/ou aumento do seu padrão de vida que adquirirão no e pelo trabalho.

As motivações que acompanham a busca por ensino nas universidades fora dos PALOP não são somente econômicas, nem somente parte de um projeto de construção da nação, nem do seu desenvolvimento, assim como não apenas de sonhos individuais. Elas são parte de uma dinâmica que envolve vários desses elementos. O motivo formal da educação e o discurso do desenvolvimento são também parte fundamental dessa dinâmica, mas não me deixo enganar pelas margens. As conversas em Maputo me fizeram reorientar outros aspectos que os movimentam a vir para o Brasil e que muitas vezes são invisibilizados nos dados ditos oficiais sobre esse fluxo.

Interessa-me aqui abordar o que, a meu ver, movimenta os estudantes a virem estudar em universidades brasileiras. Quando falam em desenvolvimento, referem-se ao seu próprio *desenvolvimento*, e não o do país. Os acordos são importantes intermediários para que o fluxo continue, mas o que move os estudantes são seus desejos de transformações pessoais e a vontade de viver em outro país. Aí entra o poder que as novelas detêm na construção desses desejos. Os promotores do desenvolvimento estão interessados em fazer valer os princípios morais e civilizatórios baseados nas práticas que os cercam através da "doação" de recursos aos países que deles necessitam. No caso da educação superior, penso nas sutilezas desse projeto e como ele é subvertido por quem dele participa. Afinal de contas, quem carrega consigo responsabilidades de um país inteiro, se o que realmente está na pauta de suas prioridades são suas próprias vidas?

3.2 Em Moçambique, circulação é sinônimo de cooperação

“Analisando o *currículum* de muitos dos quadros moçambicanos com formação superior que vivem e trabalham actualmente em Moçambique, é possível constatar que muitos deles se licenciaram ou obtiveram diplomas de pós-graduação (mestrados e doutoramentos) em universidades estrangeiras. A diversidade de países em que esses quadros se formaram espelha a história das opções ideológicas da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo)

desde o período colonial até a actualidade. Numa primeira fase, muitos dos estudantes adquiriram a sua formação nos países socialistas: União Soviética, República Democrática da Alemanha, Cuba ou China, mas a partir dos inícios dos anos 1990 – após a queda do muro de Berlim e com as alterações políticas que culminaram na realização de eleições e na viragem do país para uma economia de mercado – essa formação realizou-se, sobretudo, nos países ocidentais: África do Sul, Brasil, Portugal, Reino Unido, Estados Unidos, Austrália, foram os destinos mencionados pelos informantes. Existem mesmo casos onde a formação se realizou numa primeira fase num país socialista e posteriormente foi realizada uma pós-graduação num país ocidental” (Costa, 2009: 128).

Sair do país para estudar em uma universidade estrangeira exige uma série de providências antes de iniciar a viagem. Um dos primeiros passos para tal (para quem não faz parte do corpo diplomático e nem é filho de um deles) é procurar alguma instância que faça a intermediação da seleção possível para concorrer a uma vaga para algum curso em determinada universidade. Uma maneira bastante conhecida e procurada (principalmente para quem já fez graduação e quer ingressar no mestrado ou doutorado) é participar das seleções feitas pelo Centro Cultural Brasil-Moçambique (CCBM), outrora chamado Centro de Estudos Brasileiros.

A biblioteca desse Centro foi frequentada por muitos daqueles que estudaram em universidades brasileiras. É o CCBM, nesse sentido, que divulga e organiza a seleção do PEC-G (Programa Estudante-Convênio de Graduação) e do PEC-PG (Programa Estudante-Convênio de Pós-Graduação). Comentei na Introdução que esse foi o primeiro lugar que me recomendaram para investigar sobre a existência de dados sobre os estudantes moçambicanos que tinham regressado do Brasil. O processo de seleção do ano de 2011 estava sendo iniciado quando cheguei e, volta e meia, aparecia algum estudante querendo tirar dúvidas, a despeito do nervosismo de Dona Elisa, que insistia na leitura atenta das informações contidas na internet. *“Isso está no site da CNPq, você não leu? Leu ou não leu?”*, disse algumas vezes.

Outro agente pelo qual os estudantes costumam encontrar uma fonte de financiamento é a Fundação Ford. Foi através de um projeto muito específico dessa fundação que vinte alunos vieram para o Brasil entre 1991 e 1993. Fry (2001) mostra

como uma conjuntura política do final da guerra civil fez aparecer uma vontade de fortalecer as Ciências Sociais no país, mas quase não havia quem fosse formado num dos três ramos delas e nem uma faculdade do curso havia na UEM. Assim,

A Fundação Ford e o Ministério da Educação responderam a este desejo financiando um programa, através do qual vinte jovens moçambicanos teriam a oportunidade de cursar o bacharelado em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (...) Em 1989, os primeiros cinco bolsistas foram escolhidos em concurso aberto nas cinco escolas pré-universitárias de Moçambique, começando os seus estudos em 1990. De 1991 a 1993 vieram para o Brasil mais de cinco bolsistas por ano, completando o total de vinte. (...) Treze voltaram imediatamente para Moçambique, enquanto outros sete prestaram concurso para cursos de pós-graduação no Rio de Janeiro, obtendo o grau de mestre. Destes, três seguiram o doutorado (Fry, 2001: 17).

No intuito de formar quadros de ensino superior, outros acordos foram firmados entre instituições. É o caso do projeto do Banco Mundial com a UEM, para graduar profissionais da área de biblioteconomia que trabalham em bibliotecas desta universidade. Parece estar implícita nessa preocupação a reposição de quadros formados que, até a independência, eram maioria estrangeiros. Com relação aos professores universitários, por exemplo, “with the exodus of the Portuguese in 1975, Mozambique’s only university lost most of its teaching staff” (Mário, Fry, Levey e Chilundo. Orgs., 2003: 1). As narrativas de muitos que viram nessas oportunidades uma maneira de viver outras experiências fora do país indicam que suas expectativas estavam em grande medida voltadas para o resultado que elas trariam na volta em termos da manutenção do seu prestígio pelo trabalho.

Outro tipo de programa são os convênios de Ministérios do governo moçambicano com IES brasileiras específicas. Por exemplo, houve um deles entre o Ministério da Agricultura de Moçambique e a Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAD), comentado por Ngomane (2010), que explicou ser um protocolo de cooperação que entrou em vigor em junho de 2004, levando 30 estudantes, em duas turmas de 15 cada. Além desse acordo educacional, estabeleceu-se entre os dois países uma parceria econômica nas áreas de agricultura e pecuária. Ngomane (2010)

coloca em questão a imparcialidade e equidade do processo de seleção deste programa:

Segundo os estudantes, o convênio era divulgado por meio de um edital que circulava nos jornais de Maputo. Era necessário apresentar uma série de documentos como histórico escolar, termo de responsabilidade e de manutenção aqui no Brasil, assinado pelos pais ou responsáveis, e cópia do passaporte. Mas, ainda segundo os próprios estudantes, que não gostam muito de tocar nesse assunto, foram poucos os que conseguiram a vaga na instituição brasileira por essa via legal. Em sua maioria, esses jovens tinham alguma relação familiar ou pessoal com o Ministro ou com alguém do alto escalão do Ministério da Agricultura (Ngomane, 2010: 32).

Vê-se que muita coisa está por trás do que se apresenta muitas vezes como mérito pessoal. Mesmo não sendo as condições diplomáticas assunto dessa dissertação, acho que vale a pena trazer dados como esse, porque eles indicam faces desse mundo de fluxos de estudantes que estão longe de pertencer a práticas públicas e equânimes de seleção.

É claro que, olhando por esta perspectiva, a saída para cursar universidades parece estar intimamente relacionada ao quadro político vivido pelo país. Ao identificar na formação superior uma estratégia de crescimento dos setores administrativos, intelectuais e decisórios, as elites políticas moçambicanas demandam esforços (que se traduzem em projetos de cooperação internacional, programas interinstitucionais etc.) para colocar em prática iniciativas de tal envergadura. Apesar do incrível crescimento de universidades públicas e particulares em Moçambique nos últimos dez anos,⁴⁵ o fluxo de estudantes é constante, porque "o país ainda depende grandemente da formação no exterior" (Zimba, 2010: 77).

Moçambique ainda conta com grandes somas de ajuda internacional para completar as contas de seu orçamento. Se mais da metade deste é financiado por doadores internacionais, não gera surpresa que os projetos associados à educação

⁴⁵ Para uma análise mais completa sobre a construção do campo universitário no país, assim como sobre as dinâmicas do contexto da ciência e tecnologia, ver Zimba (2010).

superior também o sejam. A organização dos territórios em estados nacionais traz em seu discurso a pretensão de que todos possuem os mesmos direitos, mesmo que tais estados não tenham infra-estrutura para tanto. As agências internacionais seriam, nessa visão, instrumentos fundamentais para o estabelecimento de padrões ao bem estar social tão clamado no discurso global.

Zimba (2010) discute que, como o Estado moçambicano não é capaz de arcar com todos os custos advindos dos estudos daqueles que estão fora do país,

essa formação é dependente das oportunidades de bolsas de estudos oferecidas por agências internacionais de desenvolvimento, e uma parcela muito pequena é financiada pelo governo, mas com fundos doados ou créditos internacionais (2010: 77).

O processo de formação nacional de Moçambique e de outros países de independência recente ocorre em um contexto em que a cooperação internacional se apresenta como instrumento de governança global justificada, formalmente, em nome do desenvolvimento. Esses programas, como os discutidos nessa seção, conectam-se a estratégias mais amplas de governabilidade e de formação de quadros profissionais nesses países. Porém, outros fatores mobilizam os estudantes a saírem de Moçambique para estudar no Brasil. Quais seriam alguns deles?

3.3 Das pequenas grandes coisas da vida

Ao circular pela cidade, chamava-me a atenção umas motocicletas verde e amarelas parecidas às imagens que eu fazia dos auto-riquixás indianos (*tuk-tuks*). De fato, a ideia parece ter sido importada da Índia e não havia muito tempo que esses carrinhos tinham ganhado espaço no país. O *txopela*, como era chamado esse meio de transporte, surgia como uma alternativa mais barata aos taxis, mas o preço da corrida era bastante superior ao do *chapa*⁴⁶. Quando ainda me hospedava na casa do Alfredo, às vezes me locomovia de *txopela* no final do dia. Os donos dos *txopelas* dão nomes a esses transportes e vi vários deles que se chamavam "Caminho das Índias". Perguntei

⁴⁶ Meio de transporte semelhante a vans.

ao Langa, que dirigia um desses, por que esse nome figurava em tantos *txopelas*. Ele me olhou pelo retrovisor com uma cara de espanto e disse que vinha de uma novela brasileira muito famosa, que as pessoas gostaram muito. Como eu poderia não saber?

Está longe do meu horizonte fazer uma análise detalhada das práticas de assistir às novelas. Meu interesse é, como já apontei, indicar que elas são mobilizadoras de desejos e atuam de maneira fundamental na construção de expectativas que pontuam as escolhas para estudar aqui. As imagens televisivas são instrumentos poderosos na formação da imagem de um Brasil repleto de oportunidades de passeios, de encontros com gente bonita, do prazer de comer outras comidas. As novelas não são um produto à parte no circuito de bens consumidos do país. Com ela, músicas, roupas, maneiras de falar caem no gosto daqueles que a assistem. Não é difícil ouvir *música brasileira* em locais como cafés, restaurantes e até em escolas. Algumas situações podem ajudar a visualizar esse quadro.

Certo dia, ao terminar uma das entrevistas na Universidade Pedagógica, caminhei pela avenida Eduardo Mondlane. Atenta, vendo as pessoas caminharem pelas calçadas, algumas paradas esperando os *chapas*, escutei uma música vindo de um escola primária; dei uma olhada pela grade e presenciei uma professora ensinando para as crianças como se cantava uma música da Daniela Mercury. Os alunos, muito animados, pareciam decorar a letra e ensaiavam coreografias. Em outra ocasião, quando esperava Fernanda no café próximo às faculdades de Antropologia e Sociologia, ouvi trechos de músicas como "Agachadinho", "Maionese", "Me dá licença que agora eu vou passar", "Quando tive coragem, liguei", "Luz na passarela, que lá vem ela".⁴⁷ Curiosa a respeito do gosto musical do dono do local, entrei para pedir algo e conversamos sobre sua *playlist*. Ele comentou que gostava muito de *música brasileira*, principalmente aquelas que conhecia pelas novelas; Ivete Sangalo e Roberto Carlos eram seus cantores preferidos.

⁴⁷ Os títulos originais das músicas e seus intérpretes são, respectivamente: "Agachadinho" (Harmonia do Samba), "Maionese" (Gil), "Nossa paradinha" (Harmonia do Samba), "À primeira vista" (Daniela Mercury; letra de Chico César) e "A nova loira do Tchan" (É o Tchan).

Os *globo dependentes*, como me explicou a Lígia, são aqueles que, como ela, não se contentam apenas com as novelas em si, mas com todo o circuito de fofocas sobre os artistas. Sites como o Yahoo Brasil são acessados diariamente e muitos ainda mantêm suas contas de e-mail deste site. Ali, muitas notícias sobre a vida dos globais e as sinopses das novelas são atualizadas constantemente, o que permite aos *Globo dependentes* sempre atualizarem seus conhecimentos novelísticos. Algumas mulheres que conheci pesquisam, em sites como esse, as cores dos esmaltes das atrizes para que possam usar. Este é apenas um exemplo do poder que as imagens e os meios de comunicação têm na produção de desejos além-fronteiras.

Na casa da avó Sandra, a televisão ficava ligada a maior parte do tempo e o horário de "Insensato Coração" era sagrado. Todo novo episódio era gravado em fita VHS, para que pudessem assistir novamente no dia seguinte, caso tivessem cochilado⁴⁸. Em uma de nossas conversas, avó Sandra contou que gostava muito das novelas da Globo porque elas "*fazem pensar*", abordando temas como gravidez na adolescência, corrupção na política entre outros. As da Record, segundo ela, não são tão boas porque sempre mostra muita violência. Opiniões semelhantes foram ditas por outras pessoas.

Edson, enquanto almoçávamos na cantina da universidade onde ele trabalhava, perguntou o que eu achava das novelas, porque elas são um vício em Moçambique, todo mundo vê, apesar delas não acrescentarem nada. Explicou que gosta daquelas que ensinam algo, como "Terra Nostra", sobre os migrantes italianos. Fez questão de dizer que o nome da sua academia, Physical, foi inspirado de uma novela brasileira. Pergunto se há só novelas brasileiras na televisão, se as pessoas não assistem outras que não as da Globo. Eles responde que sim, que há novelas portuguesas, mas as pessoas não gostam porque não tem ação, "*são do estilo dos portugueses mesmo*". Acrescentou que as novelas brasileiras são interessantes porque acompanham as mudanças da sociedade. Por exemplo, afirmou que antes os papéis de personagens

⁴⁸ A novela "das oito" começava às 22h ou mais tarde, horário avançado para quem tinha que acordar muito cedo.

negros eram somente para as representações de escravos, mas agora eles já ocupam papéis mais importantes, como os de empresários.

Interessante pensar sobre o fascínio que o Rio de Janeiro, cenário de várias delas, exerce em muitos que desejam vir estudar no Brasil. A filha e a sobrinha do Alfredo, Marluce e Lia, disseram que querem terminar os estudos secundários para ir morar em Copacabana. Alfredo reprova a ideia, porque acha que o Rio não é cidade para elas estudarem, por ter muitos atrativos que as dispersariam do objetivo principal da vinda. Alfredo comenta que o PEC-G é um acordo cultural, funciona mais como intercâmbio do que para estudo, porque o mais importante quando alguém vem estudar no Brasil é conhecer outras pessoas, outra cultura. Mesmo assim, acha que a filha tem que vir para Brasília, porque é uma cidade que não tem tantos atrativos, ideal para se concentrar nos estudos. Lia parece não ter gostado tanto dessa opção...

Assim que comecei a freqüentar os almoços de domingo na casa da dona Tônia, Carolina, a mãe da Luísa, comentou que eu poderia ficar à vontade, porque todos que estariam lá conheciam o Brasil, já que assistem às novelas todos os dias. Assim, eu poderia agir e falar normalmente, porque estão acostumados com o *brasileiro*⁴⁹. Nem sempre a comunicação era eficaz, momentos em que Luísa intervinha como intérprete. Frequentemente, Carolina conversava com outras pessoas acrescentando "*como eles fazem no Brasil*". Assim, quando me explicou que mudaria de casa e a nova tinha uma parte igual a um... "*aquilo que vocês fazem nas favelas, quando as famílias crescem, puxadinho*".

O período que eu passei em Maputo estava no ar a novela da Globo "Viver a Vida". Uma das músicas que integrava a trilha sonora da novela era "Shimbalaiê", da cantora Maria Gadú. Fiquei surpreendida com a quantidade de pessoas que perguntavam se eu gostava dela, se a conhecia, se ela fazia sucesso no Brasil também. Quando cheguei para conversar com Dênis na universidade onde ele trabalhava, a primeira coisa que me perguntou foi se eu tinha levado música brasileira contemporânea, Maria Gadú. Quando fomos jantar no dia em que nos conhecemos,

⁴⁹ Ou seja, a língua portuguesa, tal como falada no Brasil.

Fabiana disse que estava impressionada com uma nova revelação brasileira, que tinha uma linda voz. Além dessa cantora, nomes como Djavan, Seu Jorge e Gal Costa foram citados.

3.4 Estudantes e imagens em circulação

É, portanto, através de um espaço mais "mundano" que os estudantes se movem. As conversas corriqueiras e as imagens que emanam do Brasil em Maputo dão um pouco da ideia de que muitas vezes as decisões mais importantes não dependem dos gostos "sofisticadamente" forjados. A relação da mídia e, principalmente, das novelas brasileiras, também é algo que não deve ser desconsiderado, pois elas estão presentes no cotidiano de muitos desses estudantes e influenciam, inclusive, na imagem que têm do Brasil e na decisão de vir estudar em universidades, como discutido acima. Jardim e Magalhães provocaram os antropólogos a darem mais espaço para a mídia em trabalhos que analisem trajetórias migratórias, pois esse aspecto é quase sempre invisibilizado, mesmo tendo um grande potencial de revelar relações de poder, tensões e ambigüidades. Assim,

Esta ausência relativa da mídia no trabalho seria perceptível no silêncio a respeito da descrição das práticas das pessoas investigadas, quando o trabalho de campo não aborda diretamente a cultura massiva, como é o caso do fenômeno imigratório. (2009: 90).

O espaço pelo qual os estudantes transitam é um espaço de relações. Dificilmente alguém deixa de se comunicar por estar "temporariamente em outro país". Basta dar uma olhada nos perfis do Facebook (com muitas fotos de viagens e carros), na quantidade de e-mails, telefonemas e mensagens de celular que são trocados por dia para notar um pouco da dimensão desse universo. A circulação é construída nesse espaço. Pouca atenção tem sido dada a esse aspecto do fluxo de estudantes, embora saibamos que manter laços de parentesco, reciprocidade, amizade, enfim, pertencimento, é algo completamente possível em contextos de descontinuidade espacial (Trajano Filho, 2010: 18).

Essa circulação, entretanto, é resultado de múltiplas mediações, tendo os acordos internacionais educacionais papel importante nisso. As novelas evocam intrigantes fontes de pertencimento por parte daqueles que estudaram no Brasil. Além de transmitirem imagens poderosas na reconfiguração de várias práticas – com o regresso, o envolvimento com elas aumenta, principalmente através da disponibilidade de material na internet –, as novelas figuram como reprodutoras de um país aberto a várias possibilidades de se viver bem. Pesquisas mais atentas e focadas nesse aspecto com certeza trariam elementos intrigantes para repensar essas relações que se estabelecem através de projetos de cooperação internacional. Até porque, como bem apontou Silva, nesse campo os "fenômenos estão longe de ser percebidos como puramente técnicos" (2008: 163). Quando argumento que as pessoas se movem por seus desejos, estou querendo dizer justamente algo que vai em direção a esse ponto: é inconcebível que políticas internacionais de dimensões tão amplas não mobilizem vontades mais sutis em relação aos sujeitos que delas participam.

No próximo capítulo, faço uma discussão bibliográfica sobre "trabalho" em Moçambique, narrando situações acerca da recorrência dos discursos sobre "estar ocupado". Reflito sobre as dinâmicas advindas das diferenciações produzidas pela escolarização superior, apontando que as viagens ao exterior promovidas pelos acordos de cooperação para o desenvolvimento são fontes de pertencimento a um mundo *cosmopolita*, conformando pontos centrais da análise sobre o sistema de prestígio em Maputo.

Capítulo 4

Pedagogia do trabalho e práticas de fabricação de diferenças

“A 'missão civilizadora' deveria, portanto, caminhar sobre dois carris: o *trabalho*, em primeiro lugar, e a *acção educativa*, como esforço complementar.” (Cabaço, 2009: 106)



O primeiro alerta que recebi ao chegar a Maputo foi que começasse a pesquisa logo, porque as pessoas com quem eu queria conversar eram muito ocupadas e dificilmente eu as encontraria. Um alerta comum, a princípio: da mesma maneira poderia escutá-lo em Brasília ou, com mais facilidade, em São Paulo. Entretanto, esse comentário foi tão repetido, por diferentes pessoas, que começou a chamar minha atenção. Tãmanha era a obsessão em narrar a falta de tempo e a ênfase no trabalho que resolvi compreender como, através de um discurso contínuo sobre trabalho, aqueles que voltaram do Brasil reproduzem um sistema de prestígio por terem saído para estudar, diferenciando-se de quem não o fez.

O trabalho enquanto categoria e enquanto prática social passou por diversas fases na história de Moçambique, dependendo das políticas dominantes em cada época. Sua força teve como origem o projeto civilizatório desenhado por Portugal. No entanto, ao longo do tempo foi objeto de múltiplas apropriações políticas, sendo alçado pelo poder revolucionário dos partidários da FRELIMO e sua posterior proposta socialista. Interessante essa palavra ser tão citada entre os moçambicanos que estudaram no Brasil. Qual o sentido dado por eles ao se expressar tão veementemente em termos de ocupação laboral quando o assunto é a vida após a volta para Moçambique? Por que todos os assuntos estão cercados do dizer que se está sempre trabalhando? Que tensão é essa que acompanha as narrativas daqueles que, a respeito

de si próprios e da vida na cidade, relatam o compromisso de ter que cumprir tantas jornadas em diferentes locais de trabalho para manter um bom padrão de vida?

Este capítulo é uma tentativa de adentrar no universo dessas questões. Proponho uma reflexão para que olhemos os dados apresentados nos primeiros capítulos tendo como pano de fundo discussões de aspectos históricos do desenvolvimento da categoria trabalho a fim de alavancar possíveis compreensões acerca das dinâmicas laborais tão comentadas por meus interlocutores. Como abordei no capítulo dois, a entrada em um circuito formalizado de prestígio depende da maneira como alguém se apresenta na vida pública, através da circulação com os carros que possui e da maneira como se veste, além do universo *cosmopolita* a que pertence, no caso, pelo fato de ter estudado em outros países.

A distinção que se tenta produzir alicerça-se em uma oposição em relação àqueles que não fizeram curso superior, especialmente as pessoas que trabalham como empregados domésticos. Também há diferenciações entre os que saíram para estudar fora e quem se formou em universidades nacionais, com professores moçambicanos.⁵⁰ Além disso, a distinção é construída entre eles mesmos, no sentido de mostrarem, como um grupo, sua capacidade de ter uma vida moderna e civilizada, comprovada através da ocupação em diferentes atividades laborais.

O capítulo está dividido em cinco seções. Na primeira, apresento algumas situações relacionadas à construção do "estar ocupado" entre meus interlocutores. A segunda também é uma apresentação de situações vividas no contexto da pesquisa; o tema abordado nessa parte, contudo, é o trabalho doméstico: narro os modos como algumas pessoas se referem àqueles que trabalham em suas casas. A terceira parte é uma discussão bibliográfica acerca da categoria trabalho em Moçambique no período colonial, o que remete à quarta seção, uma continuidade dessa discussão no período

⁵⁰ Muitas comparações foram feitas a esse respeito. Nesse sentido, há uma certa hierarquia entre quem estudou em universidade moçambicana, mas teve aulas com professores estrangeiros. Esses seriam melhor formados do que os que tiveram aulas com professores moçambicanos. Liberato (2011) mostra como essa diferenciação também opera no caso angolano. Apesar do aumento da oferta de formação superior dentro do país, não houve uma diminuição da busca dos estudantes pelo ensino superior no exterior.

pós-independência. A última seção é uma tentativa de costurar dados empíricos e históricos, dando inteligibilidade à questão da ocupação pelo trabalho incessante.

4.1 Das muitas ocupações

Beatriz relatou-me que um mês após ter voltado do Brasil ainda não trabalhava e, mesmo sem ter nada para fazer, vestia-se bem só para buscar os sobrinhos na escola. Segundo ela, não se pode mostrar que se está de bobeira, deve-se apresentar bem vestida e ocupada, porque a rua (a vida pública) é a porta de entrada para seu próximo emprego. Ou seja, mesmo que ela estivesse trabalhando, o importante é estar sempre pronta, vestindo como "deve" ser não para onde se está indo, mas para um outro (e melhor) lugar. Houve uma situação, inclusive, em que Beatriz encontrou-se com um conhecido em uma sorveteria. A primeira coisa que ela perguntou quando o mesmo chegou foi de onde ele vinha, ao que ele respondeu que chegava do trabalho, "*sou um homem ocupado*". Beatriz ficou estarelecida pelo modo como ele se vestia e não escondeu sua reprovação. Após ter dado a maior bronca no amigo, ainda completou que ele estava *explicado*, já que tinha cursado Ciências Sociais. Passaram um tempo discutindo o assunto. De acordo com ele, o vestir-se para os outros não é mais importante; o que mais vale no momento é a "*capacidade da pessoa*". Beatriz insistiu que ele até poderia ter razão, mas que, daquele jeito, dificilmente iria subir de cargo ou arrumar um emprego melhor.⁵¹

Uma outra situação também elucida bem essa questão. Um estudante recém chegado de Belo Horizonte, ao saber do que tratava minha pesquisa, imediatamente ligou para uma amiga antropóloga que tinha estudado em São Carlos e feito trabalho

⁵¹ Uma discussão acerca desse comentário foi feita no capítulo dois a partir da colocação de um dos meus interlocutores, Jonas. Entretanto, essa questão da capacidade ser mais valorizada do que a maneira como a pessoa se veste é contrária àquela situação narrada por ele, de que os moçambicanos se relacionam pela aparência e não pela essência. É digno de nota que essa foi a primeira vez que alguém comentou algo semelhante ao colocado pelo amigo da Beatriz. Isso pode estar relacionado ao fato de que ele é jovem, oriundo de família rica e não precisa se preocupar com o lugar onde trabalhará já que, através da influência do pai, consegue circular por vários espaços, independente da maneira como está vestido.

de campo na capital mineira. No outro dia pela manhã, ele me buscou perto de onde estava morando, passamos na casa da amiga (que exclamou assim que o viu: “*Nossa, como você está bem vestido!*”) e fomos sentar numa lanchonete. Como ainda não tinha tomado café da manhã, pedi a famosa tosta com café e leite. Eles optaram pela cerveja Laurentina preta. Um dos dois perguntou se eu não beberia e se aquela não era a cerveja que eu mais gostava. Espantei-me um pouco, pois tomar cerveja àquela hora da manhã, sentados numa rua relativamente movimentada, era algo impensável para mim naquele contexto. Também pensei que as fofocas corriam rápido, pois eu mal os conhecia e eles já sabiam o meu gosto por aquela bebida.

Ao comentar que eles estavam animados para beber cerveja àquela hora, Nilton respondeu: “*Ah, não podemos perder o ritmo de BH, uai.*” Os dois eram as primeiras pessoas que eu havia conhecido e que ainda não trabalhavam. Tudo estava indo muito bem, quando percebi que Nilton ficou um pouco desconfortável ao avistar alguém. Pediu licença e levantou-se, caminhando em direção a um senhor não muito longe da mesa em que conversávamos. Escuto meio de soslaio ele mencionar que conversava com uma brasileira. Ao retornar, explicou que o senhor era o pai de um amigo, motivo que o fez justificar sua presença no local como reunião de trabalho. Minha presença foi usada, então, como escudo para não parecer que ele estava de bobeira, sem fazer nada, bebendo com amigos, como quem não tem mais nada na vida para se preocupar.

Um dos temas que atravessa esses episódios é uma posição imperativa em relação ao “trabalho”, que sempre é colocado como algo essencial na construção de uma apresentação pessoal frente aos outros, que compartilham ou não o mesmo universo de expectativas sociais. Como discuti no capítulo dois, esse universo é incorporado no cotidiano, de modo que as pessoas despendem bastante energia em conquistar o juízo do outro a respeito das perspectivas que esses outros têm em relação a elas. Assim, o que importa é mostrar-se em constante atividade, parecer que está trabalhando (no caso de quem não está).

A minha presença provocou em muitos uma certa necessidade em falar que trabalham muito e da quantidade de empregos que possuem. Mais do que se referir a

dinheiro ou a posses, o "estar ocupado" é enfatizado ao se falar da vida cotidiana. Pode ser que isso tenha a ver com a vontade em me mostrar que "deu resultado estudar no Brasil" e, como fez questão de pontuar dona Elisa: "*todos que vieram do Brasil estão muito bem colocados, você vai ver*". Mas creio que é mais que isso. Sair para estudar é uma para o reconhecimento social, que precisa ser cultivado e exibido cotidianamente através do discurso sobre o trabalho.

A falta de tempo para realizar outras atividades que não aquelas relacionadas ao trabalho foi recorrentemente comentada. Edson, ao ler meu e-mail propondo que nos encontrássemos para conversar sobre a pesquisa, ligou-me para combinarmos o dia e o local, mas advertiu que estava muito ocupado, portanto, não poderia gastar muito tempo comigo. Perguntou, inclusive, quanto tempo ele levaria para responder às minhas perguntas. "*É uma entrevista, não é?*", quis confirmar. Respondi que não havia um tempo muito preciso, dependeria da disponibilidade dele, ao que respondeu imediatamente: "*meia hora*". Cheguei na universidade onde combinamos e ele estava saindo de carro. Convidou-me para entrar e disse que podíamos começar ali mesmo, porque no momento ocupava a função do diretor da universidade que saíra em viagem; possuía muitas atribuições e, *ainda por cima*, a esposa também tinha viajado, então precisava ir à escola da filha resolver algum problema. Entrei na Toyota *four by four*, esperei a questão ser vista, depois sentamos em um restaurante para fazer a entrevista propriamente dita. Todo esse percurso demorou uma hora e meia. Depois disso fomos à universidade, almoçamos e ele ainda me levou para conhecer sua sala, além de todas as outras salas e quem trabalhava nelas. O dia, de fato, foi muito corrido, mais pelo ritmo de afobação do que pelas atividades propriamente ditas. Não interessa organizar o tempo e desempenhar tudo com calma: a azáfama tem grande importância na aparência de uma pessoa importante, ocupada e eficiente.

4.2 Nem tudo é luxo...

Daquele primeiro encontro com alguém que trabalhava na casa dos outros, a imagem de dona Sônia ficou gravada na minha mente pelo resto dos dias que lá me

hospedei; identifiquei a distância que nos separava em outras casas e em outras relações. A situação narrada no capítulo dois em relação à irmã da Beatriz é exemplar nesse sentido: prefere *viver em África* do que na Europa porque naquele continente ela consegue viver com *luxo*, pela possibilidade de contratar três empregadas que fazem todo o trabalho doméstico, enquanto ela gasta seu tempo como quiser. Aos poucos compreendi que afirmações como essa não eram tão absurdas a partir do ponto de vista e do contexto de vida dessas pessoas. Presenciei algumas situações que mostraram o quanto o fosso de distâncias simbólicas (e físicas, certamente) presente na sociedade colonial (principalmente a partir da década de 1920) estava ali, revestido de uma camada de prestígio e “luxo” para quem os tinha. As relações de poder agora são outras e as circunstâncias em que elas se constroem são baseadas nas mudanças próprias às dinâmicas históricas que acompanham o fluxo da vida dos moçambicanos.

A preguiça foi levantada como um atributo inerente às pessoas que trabalham em casas de quem "tem condição" de pagar por isso. Aliado a ela, observavam que as empregadas gastavam muito tempo em uma só tarefa, o que demonstrava lentidão de pensamento. A avó Sandra sempre tinha alguma reclamação a fazer a respeito da Dora, sua empregada, e da Mamã Aline, que trabalhava na casa da sua mãe. Ao mesmo tempo que colocava em destaque os erros fatídicos que elas cometiam, justificava que elas não têm *capacidade* para pensar em várias coisas ao mesmo tempo, não conhecem certos produtos de limpeza típicos das casas dos *brancos* e não *entendem* algumas regras básicas de organização de objetos.

Eis alguns exemplos:

Praticamente todos os dias eu jantava com a avó Sandra na casa da bisavó. Em um desses dias, enquanto colocava a mesa, como fazia de praxe, a avó me chamou para ver algo no fogão. Aproximei-me e, demorando para perceber onde estava o problema, ela me mostrou que uma das trepes estava encaixada de modo incorreto, apontando como aquilo era um absurdo. "*Olha o que elas fazem, coitadas*", redarguiu decepcionada. Explicou-me, ainda, que agiam daquele jeito porque foram ensinadas a fazer uma coisa só a vida inteira, trabalhar nas *machambas*, e esse era o motivo principal pelo qual não *raciocinavam* nas atividades da casa.

Em outra ocasião, quando estávamos em casa, a avó me mostrou uma toalha de mesa branca com alguns bordados. Queria que eu visse outro absurdo que a empregada tinha feito, ao dobrar o lado bordado do avesso. De acordo com ela, aquilo era falta de aprendizado de certas etiquetas. Novamente sentiu pena: "*coitadas, não sabem que a parte mais bonita tem que ficar à mostra...*". Contou-me outra situação, na qual a bisavó ganhou um lenço de presente e a empregada não dobrou a inicial do nome bordada para o lado de cima. Ao finalizar a narração desses episódios, concluiu que *essas pessoas* só sabem escrever o básico, fazer contas simples e seus filhos vivem correndo pela rua, de qualquer jeito, porque os pais não os ensinam a se portar como deve ser.

Dentro de diversas casas em que tive oportunidade de entrar, as chaves das portas ficavam do lado de fora dos cômodos. Com o tempo entendi que era uma medida preventiva contra os possíveis furtos das empregadas. O dia em que cheguei para me hospedar na casa da avó Sandra, esta me mostrou o quarto onde eu ficaria e disse para eu trancar a porta sempre que saísse, se eu deixasse computador, dinheiro ou outros objetos de valor no local. Beatriz me chamou a atenção para observar que não eram só os quartos que ficavam trancados, mas principalmente as despensas onde os alimentos são guardados. Essa prática existe, segundo ela, porque os *moçambicanos* gostam de estocar comida, muitos até possuem freezers nessas despensas, para conservar produtos congelados. Exemplificou esse fato contando que a irmã tinha demitido uma das suas empregadas há pouco tempo porque descobriu que ela tinha *roubado* um pouco da comida do jantar que tinha feito para levar para o marido.

O trabalho doméstico nas casas que frequentei em Maputo não é vivido sem conflitos entre as *empregadas*, as *senhoras* e os *patrões*, conflitos esses que revelam muito dos dispositivos de diferenciação social entre aqueles que possuem ensino superior, principalmente se feito em outro país. A distância aumenta quando aqueles que saíram começam a colocar em ação os múltiplos aprendizados conquistados no exterior. É como se, através de graus mais avançados na educação formal, as pessoas justificassem sua posição privilegiada em relação às outras, aumentando o grau de

exigência nas tarefas domésticas diárias. Muitos utilizam justamente o envolvimento em tantas atividades profissionais como explicação para as cobranças e reclamações em relação às empregadas. Comentários relativos à diferença de complexidade entre trabalho realizado em ministérios do governo, na universidade e em organismos internacionais e o trabalho doméstico – mais simples e sem necessidade de capacidade intelectual para sua realização – foram enfatizados algumas vezes.

As duras realidades vivenciadas pelas empregadas dificilmente eram pauta de conversas com meus interlocutores. Era com a Beatriz que eu compartilhava minhas inquietações sobre o tema. Em uma ocasião, quando a Denise já estava em Maputo,⁵² saíamos as três e o assunto foi abordado. Algumas sextas-feiras, após seu trabalho, Beatriz gostava de sair para um *happy hour*, como chamava. Sua preferência era o Mundo's, porque lá tinha gente *diferente* (leia-se estrangeiros). Em uma dessas sextas, sentamos as três nesse restaurante. Em determinado momento da conversa, entrecortada por mil assuntos, Beatriz comentou que uma conta que pagássemos ali seria o salário de um mês de uma empregada. Denise sublinhou que a moça que trabalhava na casa da tia Marta, onde ela estava hospedada, ganhava 1000 MT (aproximadamente R\$50,00) por mês. Beatriz confirmou que esse era geralmente o salário pago, às vezes até menos. A falta de leis trabalhistas que as amparem é o que faz com que sejam tão mal remuneradas, segundo ela. Isso também pode servir como desrespeito por parte dos patrões, que as podem demitir a qualquer momento, contratando outra pessoa que melhor corresponda às suas inúmeras demandas.

4.3 Trabalho nos auspícios da colonização portuguesa: indígenas e assimilados no final do século XIX.

O assunto trabalho é tão importante para entender as relações sociais na sociedade moçambicana, que se confunde com a própria história de formação do país. Dentro dos mecanismos dessa história, posso citar as guerras por controle colonial, o

⁵² Amiga do mestrado que também fez pesquisa em Moçambique. Quando ela chegou a Maputo, minha viagem de regresso já se aproximava.

período colonial (que se estende até a independência, em 1975) e o pós-colonial (através da experiência socialista). Contemporaneamente, esse passado pode ser fonte de meandros interessantes para compreender a experiência da volta dos que estudaram em universidades brasileiras. Como colocou Thomaz:

Em Moçambique, o passado é presente. As conversas cotidianas são entremeadas constantemente por referências temporais, algumas difusas, outras precisas, mas todas cruciais para compreensão dos acontecimentos presentes (2009: 15).

É certo que essa afirmação serve para problematizar qualquer dinâmica em um ou em vários países; nesse sentido, passo a esmiuçar e explicar algumas particularidades da relação histórica de transformação através da categoria trabalho em Moçambique. Isso se faz mais necessário ainda porque, de acordo com Colaço, “o trabalho ocupou, ao longo do século XX, lugar fundamental na formação e organização da sociedade moçambicana.” (2001: 91).

Característica importante no argumento de vários autores (Cabaço, 2009; Colaço, 2001; Penvenne, 1995; entre outros) é a ideia de que a incursão dos moçambicanos pelo trabalho (seja ele forçado ou assalariado, ou um misto dos dois) é uma característica essencial para entender todo o complexo quadro surgido com a sua inserção em um sistema racional de produção de riquezas alheio ao seu modo de viver nos períodos colonial e pós-colonial. Outro ponto marcante nesses autores é a contextualização da formação dos impérios coloniais como fortalecimento das potências ocidentais na corrida mundial pela expansão dos mercados.

O fluxo comercial em Moçambique estava intimamente ligado ao processo de crescimento urbano de Lourenço Marques, motivado pela "corrida mineira que se desencadeou no Transvaal" (Zamparoni, 1998: 250). No final do século XIX, a cidade viu crescer sua população e se complexificar suas relações de poder com a chegada de estrangeiros de várias nacionalidades, como

ingleses, indianos, chineses, franceses, gregos, holandeses, alemães, italianos, suíços, espanhóis, nórdicos, belgas, austríacos, russos e ainda australianos, árabes, norte-americanos e até mesmo brasileiros, dedicados a profissões diversas, mas em sua maioria

caixeiros, amanuenses, bancários, negociantes, serralheiros, marítimos e artesãos especializados, todos constituíam “a fauna movediça” que sempre aflui febril para as regiões onde se ouve falar em ouro; “ gente exótica e estranha, trazida no sonho da aventura, com uma esperança na alma” (*Op cit*: 250).

A discussão sobre o trabalho seria, assim, parte do conjunto das novas abordagens de produção mundial de riqueza. A expansão comercial dos países europeus, tão assinalada em diferentes fontes que abordam as estratégias de acumulação capitalista, faz parte das explicações que encontram na colonização de territórios africanos estímulos suficientes para ampliação de seu poderio econômico, além de moral. No que hoje conhecemos como Moçambique, dois complexos político-semânticos foram construídos em torno da categoria trabalho: 1) sentido produtivo, de lucro, mesmo, e 2) como bilhete de entrada para civilização. Além disso, a hierarquia no trabalho passava prioritariamente pelas relações raciais.

Hierarquicamente, a presença colonial portuguesa manteve-se dentro de um equilíbrio/jogo de forças onde os diversos grupos sociais se diferenciavam através do monopólio da mão de obra *indígena*. Estava implícita na ideia do trabalho a ação civilizadora, que via na atividade laboral a melhor saída para o atraso em que se encontravam os *indígenas*. Os missionários cristãos, ao classificar os africanos como pagãos, estiveram entre os maiores responsáveis pelo projeto civilizador cuja passagem pelo trabalho era passo fundamental para a purificação das almas.⁵³ Nas palavras do administrador colonial Antônio Enes, enviado a Moçambique dentro do projeto de restauração do prestígio português no continente africano,

o trabalho é a missão mais moralizadora, a escola mais instrutiva, a autoridade mais disciplinadora, a conquista menos exposta a revoltas, o exército que pode ocupar os sertões ínvios, a única polícia que há-de reprimir o escravismo, a religião que rebaterá o maometanismo, a educação que conseguirá metamorfosear brutos

⁵³ Zamparoni mostra que “as missões católicas, em Moçambique, nunca tiveram penetração significativa entre os *indígenas*” (1998: 426). O autor discute como os missionários protestantes estrangeiros tiveram mais sucesso que os católicos em solo moçambicano.

em homens. O selvagem que pegou no trabalho, rendeu-se ao cativo à civilização; ela que o discipline (Enes *apud* Cabaço, 2009: 106).⁵⁴

Casando os princípios do capitalismo industrial, que alimentava uma perspectiva bastante cruel do trabalho para realização de riqueza, com os desejos civilizatórios de levar um mínimo de bons modos aos *selvagens*, Antônio Enes elabora um modelo de colonização bem à altura desses valores:

Para ele e, na sua esteira para todos os “centuriões”, o *trabalho do indígena*, imprescindível para a crescente autossuficiência econômica de cada colônia (dado que as condições climáticas o tornavam muito penoso para os colonos europeus), incorporava a dimensão “humanizadora” que o tornava o único veículo sustentável do processo de *assimilação* (Cabaço, 2009: 106).

Combinado com os auspícios da ação missionária, a orientação da metrópole vê no trabalho a principal arma da ação civilizadora a partir do início do século XX. A publicação de uma portaria do governo colonial em 1917 estabelece uma diferenciação entre *indígenas* e *não indígenas* que, conseqüentemente, foi estruturante no que diz respeito às distinções das atividades laborais. Os *assimilados*, configurados como *não indígenas*, são tópico bastante sensível nesse processo de identificação e diferenciação, porque juridicamente partilhavam o mesmo estatuto jurídico dos colonos portugueses, concorrendo pelos mesmos empregos que exigiam uma qualificação que ambos tinham. Mas claro que a situação era mais complexa que essa. A prática laboral era fundamental na atribuição de diferentes estratos sociais e de cidadania nesse período colonial tardio. A capacidade para desempenhar o trabalho “moderno” era lida como aptidão à civilização.

Trabalhar, no fim das contas, era tentar se civilizar. A categoria *assimilados*, ao forjar um lugar social altamente sedutor para as elites, buscava criar uma situação em que nem todos conseguiriam alcançar esse *status*, construindo um fosso entre quem tinha acesso à educação mais “intelectualizada” e quem continuaria a exercer as

⁵⁴ Antônio José Enes foi administrador colonial português em Moçambique em 1891, exercendo o cargo de Comissário Régio. Nas palavras de Zamparoni, foi “um dos mais expressivos ideólogos da ação colonial” (1998: 66).

atividades “menos qualificadas”.⁵⁵ Uma pequena elite civilizada aos moldes europeus dificilmente seria ameaça para os colonos e ainda demonstraria o sucesso do projeto. Assim,

Do *assimilado* esperava-se um outro mais em sintonia com os valores da cultura lusa que, *entre os colonizados*, permitisse uma gestão ideológica da questão indígena e **alimentasse a ilusão de que a sociedade colonial tinha espaços para a mobilidade social.**” (Cabaço, 2009: 119) [negrito meu]

Os assimilados são, para Thomaz (2001), o grupo fundamental para compreender o processo de construção de Moçambique, pois foram afastados de suas alianças tradicionais, tomando a língua portuguesa como ponte de comunicação primordial para aquele mundo, e participaram de uma complicada relação (no mínimo, ambígua), que lhes elevava ao patamar da civilização, mas mantinha a diferença entre colonos e nativos. O autor explora o papel das missões em território moçambicano; a tarefa de educar os indígenas ficou muitas vezes nas mãos dos missionários, que inclusive escolhiam aqueles que se enquadrariam no estatuto de assimilado. Outros desejavam estar identificados no estatuto pensando na questão da ascensão social, assim como na alternativa de sair do trabalho forçado e na oportunidade de conseguir cargos que só eram destinados a brancos e *assimilados*. Cabaço narra uma situação vivida por ele quando essa lógica operava:

Eu e meus colegas brancos da escola média *nunca* nos pusemos a questão do emprego: para um branco, ele estava garantido à partida e nossa inserção no mundo do trabalho variava exclusivamente com o nível escolar em que decidíssemos interromper nossos estudos. Os casos de brancos sem trabalho eram raríssimos e, na maioria dos casos, representavam situações transitórias (2009: 225).

O sistema colonial português, então, foi, aos poucos (mas bastante rapidamente, dependendo do ponto de vista), inculcando valores culturais relativos a

⁵⁵ Não discutirei as muitas relações de distância que se estabeleciam entre *brancos, asiáticos, mestiços*, entre outros grupos. Estou simplificando alguns aspectos para dar conta de ampliar outros. Em relação a esse assunto, ver Cabaço (2009), Thomaz (2004), Zamparoni (1998) e Penvenne (1995).

uma civilização desejada, já que era vivida no cotidiano como uma cultura superior. Essa ideia tinha que ser absorvida pelos nativos. E era em Lourenço Marques que isso se sentia mais à flor da pele. A chegada de um migrante do interior a uma cidade como Lourenço Marques "provocava um sem-fim de 'rituais' que visavam a humilhar os que não se mostravam familiarizados com a cultura e o modo de vida do colonizador." (Thomaz, 2001: 147). Esse modo de vida e seus constrangimentos vinculavam-se a uma distinta urbanidade.

O acesso a diferentes tipos de profissões no mercado de trabalho urbano indica a ocupação de cargos mais prestigiados pelos segmentos raciais vistos como mais civilizados. A população branca cresceu com a transformação de Lourenço Marques, que ganhava ares urbanos (com a chegada da luz, por exemplo). A partir de 1912 essa minoria já ocupava postos de direção, profissões liberais, a maioria dos cargos administrativos e empregos públicos (Zamparoni, 1998). Trabalhavam, portanto, com atividades que não demandavam esforço físico, necessitando somente de sua capacidade intelectual. Aos moçambicanos, restavam os trabalhos menos ilustres na hierarquia laboral, como as atividades domésticas e as braçais, "constituindo-se eles no exército de força bruta com que se construía, alargava, embelezava a cidade e se movimentavam os negócios da Colônia" (*Op cit*: 197).

Thomaz acrescenta que o *status* que carregava o trabalho manual era o pior dos pesadelos na formação da sociedade colonial moçambicana. Esse era o trabalho realizado pelos *indígenas*, enquanto os outros serviços eram realizados somente pelos colonos e descendentes de europeus. Atormentava os protagonistas do teatro colonial a possibilidade de portugueses e afins "se igualem aos indígenas no tipo de trabalho que realizavam" (2001: 152). Penvenne mostra, nesse sentido, que o essencial na dinâmica da formação de uma classe trabalhadora africana foi o *indigenato*: "The development of an African working class in Lourenço Marques was both contradictory to and a direct result of colonial labor policy" (1995: 6).

Em relação ao trabalho doméstico, Cabaço (2009) comenta que era provavelmente a forma mais humilhante de relação servil; sendo um emprego predominantemente urbano, não havia nenhum tipo de relação jurídica que pudesse

regulamentar seus direitos e deveres. Zamparoni (1998) mostra como esse tipo de trabalho pertencia ao nível mais baixo na escala de salários urbanos: punições físicas a trabalhos “mal cumpridos”, acompanhadas muitas vezes de um encaminhamento à polícia por motivos correcionais eram comuns até depois da década de 60. Ao regressar do “castigo” da administração ou da polícia, o empregado voltava para a casa da “patroa” com um bilhete informando a que humilhação tinha sido exposto (Cabaço, 2009: 45). Penvenne caracteriza esse trabalho como um aspecto fundamental da nascente urbanidade em Lourenço Marques:

Begginning in the late nineteenth century, domestic service was a growing, typically urban employment category. It was an important component in the making of a 'white man's town', and since it was often a young Mozambican's first experience with "work for the white people", it was also a formative category. (Penvenne, 1995: 54).

De acordo com Zamparoni, o censo de 1928 mostra que 6.843 pessoas trabalhavam como empregados domésticos assalariados. Desse número, 19 eram jardineiros, 1.116 cozinheiros e 5.708 criados, o que indicava uma média de, aproximadamente, dois empregados por casal, embora "alguns tivessem número maior, pois, afinal, a extensão da criadagem não resultava tão somente das necessidades reais de seus serviços, mas era também sinal de ostentação e riqueza" (1999: 151).⁵⁶

As relações entre patrões e empregados continuam cercadas de humilhações promovidas por aqueles e um dos assuntos que mais me chamou a atenção em relação a esse descompasso foram os discursos sobre a incapacidade destes de entenderem e realizarem as tarefas domésticas. Comentários já citados, como “*coitados, nunca viram isso na vida*” ou “*foram criados para fazer uma só coisa na vida, trabalhar nas machambas*” trazem essa dimensão de diferenciação, bastante arraigada em tempos coloniais. As situações em que esses comentários foram ouvidos evocam o que Cabaço (2009) escreveu em relação às dificuldades que muitos *criados* encontravam na casa

⁵⁶ Um dado interessante é que nem sempre essas atividades foram realizadas por uma maioria feminina. Para uma análise mais completa sobre esse assunto, ver Zamparoni (1998; 1999).

dos *patrões*, muitas vezes simplesmente por não entender o que estes falavam, desde o sotaque até o significado de várias palavras. Assim, também

As frases constantemente repetidas entre os colonos, de que os “indígenas são vagabundos”, “preguiçosos”, “incapazes de aprender” e outras do gênero, são indicativas de que muitos desses indígenas não estavam preparados para as tarefas que lhe eram impostas, não estavam interessados em aprendê-las, nem mesmo em realizá-las ao gosto dos patrões ou capatazes (Zamparoni, 1998: 245-246).

As vestimentas usadas pelos diferentes estratos sociais em Lourenço Marques dariam tema para um capítulo à parte. Se pensarmos que em 1904 a população total da cidade era de 9.849 habitantes e menos da metade era composta por europeus (Zamparoni, 1998: 263), "podia-se adivinhar profissões, riqueza e outros indicativos sociais, pela roupa que se usava, muito mais facilmente que nas metrópoles européias" (idem: 282). Além do estatuto racial, era pela maneira como as pessoas se apresentavam vestidas que a distinção se fazia presente. O vestir-se bem transformou-se, assim, em símbolo privilegiado de diferenciação social e proteção contra possíveis aproximações aos *indígenas*. Note-se que a maneira como europeus e *assimilados* vestiam-se demarcava fronteiras e era parte fundamental da identificação enquanto civilizados.

A pequena burguesia negra e mulata aderiu aos poucos ao estilo europeu de se vestir, apesar de não terem muitos recursos para tais regalias. Esses *assimilados civilizados*, entretanto, não participavam da mesma maneira que os europeus dessa sociedade, sofrendo discriminação no acesso a empregos e no espaço urbano. Mesmo assim,

Estes membros da pequena burguesia filha da terra estavam convencidos de que a vestimenta à européia era uma forma de inserção no leito civilizatório com seus peculiares valores morais e sua relação com o corpo e com o pudor; (...) Mas a preocupação em parecer civilizado não se esgotava no trajar à européia, estendendo-se sobre a aparência física global. Assim, também cobravam das autoridades a proibição da prática ancestral de limar os dentes, furar orelhas e tatuar o corpo que consideravam “todo um horror de selvagerias” (Zamparoni, 1998: 287).

Como discute Cabaço, dessas relações de poder nasceu uma elite moçambicana predominantemente *mestiça* que se localizava principalmente nas grandes cidades, ou seja, nos centros urbanos mais importantes, como ilha de Moçambique, Quelimane, Tete, Inhambane, Lourenço Marques e Beira” (2009: 122). As antigas famílias dos “africanos portugueses”, como colocou o autor, passaram a trabalhar no Estado e nas empresas que aos poucos se instalaram no país. A esse respeito, Geffray (1990) aponta como aqueles que se envolveram em posições de prestígio no período pós-independência eram os mesmos que, no período colonial, ocupavam cargos importantes de decisão política.

O assunto da migração interna e, principalmente para a África do Sul, é capítulo fundamental para a compreensão das relações de trabalho na virada do século. Em 1897, são formalizados os convênios que previam a regulamentação em relação ao recrutamento e ao trânsito de trabalhadores moçambicanos para trabalhar nas minas sul-africanas (Macagno, 2001). A migração pelo trabalho para países vizinhos através de contratos de recrutamento ou por iniciativa própria permitia aos jovens retornar a Moçambique com grande quantidade de objetos (representando prestígio em seus locais de origem) e com poupança e experiência que não teriam conseguido permanecendo em sua terra natal. Foram, além disso, agentes capazes de subverter relações de poder.

Através da transposição das formas capitalistas de produção que lhes eram impostas, os “nativos não apenas se submeteram ao sistema como também se tornaram, pouco a pouco, dependentes dele” (Colaço, 2001 :93). O trabalho na África do Sul é um exemplo desse caso. Mais que trabalhar nas minas, o ser migrante constituía um símbolo de *status* para o sujeito, pois com o dinheiro que conseguia no trabalho no país vizinho podia conseguir pagar o *lobolo*, adquirindo posição de prestígio dentro do grupo a que pertencia. Trabalhar na África do Sul também era uma alternativa a longos turnos de trabalho forçado no seu próprio país.

Bourdieu (1979) chama a atenção para a distinção que os camponeses argelinos faziam entre trabalho produtivo, como o que prevalecia nas sociedades europeias capitalistas e trabalho voltado para atividades de obrigações e

reciprocidades com o grupo. Os assalariados de Lourenço Marques viveram um processo de reorientação da sua relação com os referenciais de tempo do trabalho e a própria noção que tinham deste, na medida em que foram espoliados de suas práticas sociais de produção e lazer. Nesse sentido, o trabalho

era entendido pelos agentes coloniais como aquele realizado, exclusivamente, nos empreendimentos agrícolas, comerciais ou industriais de tipo capitalista e nunca o trabalho agrícola realizado pelos indígenas em suas próprias machambas. A tese da indolência convivia com outra, segundo a qual a preguiça inata seria vencida se se criassem necessidades que forçassem os indígenas a buscar trabalho assalariado (Zamparoni, 1998: 49).

Percebe-se aqui o quão contrastante foi a adoção das noções de trabalho racional, calculista, empregado para acumulação. Resulta daí que se assim não fosse, ou seja, se alguém se recusasse a trabalhar dentro dessa lógica, a atividade seria considerada "não-trabalho" (Colaço, 2001) e associada quase automaticamente à vadiagem.

4.4 O pós-independência e a construção da nação moçambicana pela Frelimo

No território das lutas de independência, o recrutamento militar foi uma das investidas do governo português na realização de seus intentos de reconquista. O prestígio advindo da condição de "guerreiro" em várias localidades do país contribuiu para a associação com o militar, homem respeitado e corajoso. De acordo com Cabaço, a "tropa" assumiu muitas vezes a função de certos rituais masculinos que se seguiam às cerimônias de iniciação. Além disso, a relativa prosperidade econômica da colônia, traduzida nas oportunidades de trabalho assalariado que acompanharam o processo de urbanização, impulsionou a migração de jovens que moravam no "campo" rumo à possibilidade de trabalhar nas cidades. Passar pelo Exército era uma porta de entrada para essas novas possibilidades. Há também o "detalhe" de que "a participação dos nativos no Exército era apresentada, então, como instrumento privilegiado do início do processo de *assimilação*" (2009: 251). Estima-se que em 1974 havia grupos do Exército português formados cem por cento por moçambicanos.

O autor também indica que o governo construído pela Frelimo no pós-independência apresentava contornos de uma nova ordem social e, portanto, de uma nova organização pelo trabalho, já que o projeto socialista precisava contar com forte apoio popular. O que aconteceu, entretanto, foi a continuidade das práticas coloniais, baseadas no autoritarismo. Dessa forma,

O que caracteriza ambas as políticas é a obediência e a obrigatoriedade do trabalho, com o risco de os indivíduos serem considerados 'vadios'. Tanto a política do trabalho colonial quanto a política do trabalho do período pós-colonial, isto é, socialista, apresentaram caráter coercitivo, com a ausência de liberdade sindical e política – e também de mercado – para as populações e/ou trabalhadores africanos negros (Cabaço, 2009: 92).

Voltemos à questão da civilização. A abolição do trabalho forçado e o sistema do indigenato em 1961 inauguram uma nova política colonial em que a aposta da vez era a ampliação da rede escolar. Utilizar a educação como tecnologia de desenvolvimento (Silva, 2011) foi mais do que um mecanismo dos administradores coloniais para elevar Moçambique a patamares um pouco mais auto-suficientes de produção.⁵⁷ Afirma Colaço:

O trabalho, ao mesmo tempo em que foi base de formação dos territórios e espaço social no qual Portugal se afirmaria como Império, representou não só mudança no *modus vivendi* das populações locais mas também na forma de dominação: trocou-se a 'liberdade' pela 'civilização'. Essa civilização significava, entre outros aspectos, a emancipação dos usos e costumes locais para a sua adequação ao modo de produção colonial capitalista (2001: 95).

Um dos discursos principais da Frelimo dizia respeito a uma volta controlada, parcial às origens, à tradição que o regime colonial tinha destruído. Era necessário "retomar a cultura moçambicana" para serem realmente livres. Essa perspectiva estava acompanhada da ideia da transformação das pessoas pelo trabalho e pela educação. Trabalhar significava estar de acordo com os princípios do Estado, que definia o que era bom para o processo de construção nacional. Ser revolucionário,

⁵⁷ Era também uma estratégia de Portugal para "limpar" sua imagem frente às crescentes pressões internacionais pela descolonização.

nesses termos, levava ao nascimento do "homem novo", que rompia com os antigos valores de pensamento da velha sociedade. Fazer parte das mudanças da sociedade, portanto, significava estar aliado aos projetos políticos da Frelimo, que incluíam "a estatização dos meios de produção, a centralização das decisões no aparelho de Estado, a homogeneização das individualidades" (idem: 97).

Macagno argumenta que a expressão "homem novo" foi utilizada a partir da década de 20 por simpatizantes e críticos do comunismo soviético para delinear transformações de ordem econômica e de personalidade individual. Também chamado de "homem novo comunista" ou "homem novo socialista", o autor discute se esse ser passaria a possuir uma "*essência histórica*" (2009: 20), ganhando novos valores e aspirações que o inspirariam a viver. Em Moçambique,

A genealogia da noção de *homem novo* remonta ao período da luta armada e reconhece, ademais, seus próprios textos canônicos por meio dos quais procurou se impor. Em algum sentido, a luta entre a "nova" e a "velha" ordem é a chave para compreender a ideia de *homem novo* (Macagno, 2009: 20).

Baseada nos auspícios da construção do *homem novo*, a Frelimo discernia o que deveria ser deixado de lado: ritos e crenças tradicionais, porque só assim, com a sua extinção, desagregar-se-iam valores tradicionais, velhas estruturas. Assim, "a situação de guerra, com o deslocamento e a dispersão a que obrigava as populações, criara um momento de crise e de enfraquecimento estrutural da tradição" (Cabaço, 2009: 306). O preparo estratégico-militar que teve seu lugar em Nashingwea (conhecida por "nossa universidade" pelos integrantes da Frelimo), na Tanzânia, foi um laboratório experimental (Cabaço, 2009) onde os soldados estruturavam-se ideologicamente para entrar no esquema que estava por vir, o surgimento de um novo país, construído por esse homem novo. Nesses campos de treinamento os militares construía, plantavam, criavam; realizavam, enfim, trabalhos físicos.

A luta ideológica, com forte ênfase em valores morais, é levada à consciência de cada um, convocado a uma dialética interior entre passado e presente não muito distante da acção pedagógica de algumas missões protestantes "iluminadas", que tinham aberto, a

muitos dos quadros, as portas da "modernidade" e do nacionalismo (idem: 309).

A construção do *homem novo* passa a ser, no argumento de Macagno (2009: 21), "um dispositivo mobilizador, uma ideia força, um objetivo fundamental a ser alcançado". O autor compara que, enquanto no período colonial os *indígenas* eram compelidos a viver de acordo com seus "usos e costumes" para tornarem-se *assimilados*, em Moçambique independente as *populações* deveriam abdicar do seu "obscurantismo" para fazerem parte do *Povo* moçambicano (idem: 22).

Imbuída nos projetos de construção nacional estava a participação ativa da juventude na missão de desenvolver o país. Samora Machel era um entusiasta do trabalho dos jovens e os identificava como uma unidade social (Colaço, 2001) que pudesse se dedicar aos ideais do Partido, encorajando-os a se mobilizarem para as ações do governo. Como vimos no capítulo I, muitos jovens dessa geração se envolveram com os programas de formação de professores ao receberem o *chamado da Pátria*. Como coloca Macagno, "foi, de fato, no campo da educação onde se desenvolveram as grandes batalhas ideológicas de Moçambique independente." (2009: 19). O novo presidente queria que os jovens se envolvessem no trabalho como um dever patriótico que estivesse acima dos seus interesses individuais.

Colaço chama a atenção para os pilares de formação da Frelimo, que foi integrada por intelectuais que conduziram a luta pela libertação e mal se davam conta das particularidades históricas e sociais dos diversos grupos do país, "os treze milhões de moçambicanos, dos quais 80% eram camponeses ou viviam em zonas rurais" (2001: 99). A ideia do Estado, através de suas investidas "modernizantes", foi investir em mecanismos produtivos que levassem o país a alcançar um lugar no sistema econômico mundial. Dentro dessa perspectiva, permaneceu esse Estado com características hierarquizantes, que vê no trabalho um trampolim necessário para alcançar o tão desejado progresso. Esse foi um momento privilegiado também para um processo de ascensão social dos negros e do seu conseqüente surgimento de uma elite escolarizada e "civilizada" (Colaço, 2001: 102).

Durante quase todo esse período (de 1877, aproximadamente, até o início da década de 1990), portanto, era através da inserção na esfera do trabalho que o indivíduo tinha o seu *status* dentro dos sistemas político-ideológicos que vigoraram em períodos determinados. Assim,

As noções de indígena, assimilado, civilizado, revolucionário e/ou homem novo, no caso de Moçambique, se construíram como categorias específicas ao trabalho, que tinha um **objetivo exterior ao indivíduo**, obrigatório, atribuído e a mando do Estado (Colaço, 2011: 107). [grifo meu]

Sugiro, nesse sentido, que a pedagogia do trabalho é estruturante na formação de Moçambique. Seja como elemento civilizador e moralizador ou como aparelho educacional (outro termo para civilização e moral), o trabalho foi utilizado ampla e sistematicamente em vários momentos da história do país. Não é nada simples pensar como as diferentes maneiras de acesso ao mercado laboral foram essenciais na conformação de escolhas e desejos de tantos moçambicanos desde o século XIX até hoje. Sem desconsiderar as evidentes rupturas e mudanças ao longo desse período de formação do país, elementos de continuidade (Thomaz, 2011: 153) podem estar operando em determinados contextos. É o que tentarei discutir nas linhas que se seguem.

4.5 Continuidades latentes

Vale destacar que muitos autores, ao tratar da questão do encontro dos colonizadores com as populações locais, atribuem o processo a uma chegada dos valores modernos levados pelos ocidentais para as pessoas que ainda cultivavam um modo de viver *tradicional*. É o caso citado por Subuhana sobre sua experiência descrita no capítulo três. O acesso à educação seria, então, uma via privilegiada por excelência para alcançar os padrões *modernos* de pensamento e entendimento do mundo. Evolução é uma palavra que ouvi várias vezes para se referir a quem tivesse freqüentado cursos de nível superior. E o que dizer de palavras como globalização, cosmopolitas? O mundo moderno, para muitos ex-estudantes, é palco das relações

que eles buscam construir através de suas viagens e "aprendizados" nas diferentes escolas que freqüentaram. Afirmações como esta de André eram recorrentes:

eu penso que é uma boa experiência quando sai pra fora, é uma experiência interessante porque você junta o útil ao agradável. Tem a parte dos estudos, mas tem a parte da cultura geral, que faz o homem também. O que eu aprendi no Brasil ficou. O que eu aprendi nos EUA, ficou. O importante é a pessoa aprender tudo isso, mas sem perder de vista o contexto local que ele está a trabalhar.

Como essas pessoas que estudaram no Brasil atribuem sentido a suas atividades laborais em seu universo de práticas cotidianas em Maputo? Considerando que o trabalho é um mobilizador importante nas narrativas de meus interlocutores, parece-me crucial pensar como tal categoria e as dinâmicas sociais construídas a partir dela informam muito das percepções atuais de suas vidas em Maputo. O mergulho em aspectos da história de Moçambique trouxe pontos cruciais para complexificar os dados sobre o tema.

Minha ida a Maputo esteve associada à curiosidade em pesquisar aspectos da volta dos estudantes. Por mais que o trabalho fosse um dos temas centrais na análise que envolve estudos sobre formação superior, não imaginava que os ex-estudantes pudessem articulá-lo de modo tão particular, como aquele discutido nos capítulos anteriores. Os dados apresentados merecem ser analisados à luz do contexto mais amplo dos usos da categoria tão repetida em conversas rotineiras. Sugiro que a força do complexo semântico articulado em torno da ideia de trabalho – no qual gravitam concepções de ocupação, vestir-se "bem" etc – tem sido produzida e reproduzida em diálogo com práticas de governo coloniais e pós-coloniais, tais como o tratamento diferenciado a partir do lugar de prestígio em que alguém ocupa, a limitação do acesso a determinados cargos pelo grau de ensino e/ou por filiação do ao Partido no poder, além da categorização racial. As situações relacionadas ao tratamento e à convivência com as pessoas que trabalhavam nas casas dos meus interlocutores foram centrais para compreender uma das faces do sistema de prestígio e a para quem as diferenciações eram produzidas.

Contraditoriamente, essas mesmas pessoas que se distanciam daquelas que trabalham em suas casas, comem as comidas que elas preparam diariamente e as consideram os verdadeiros pratos *moçambicanos*. Dificilmente elogiam para as mesmas, mas gabam-se do alimento ser produção *caseira*. Outro aspecto contraditório de distanciamento diz respeito às outras regiões do país. A distância com que se colocavam em relação *aos do norte* foi pauta por diversos comentários. Muitos se incomodavam, por exemplo, pelo fato de que eu não conheceria outros lugares, além de Maputo, não conheceria Moçambique *de verdade*. Gilberto até afirmou que eu tinha que ir a uma certa região do país, porque lá que veria "*os nativos em seu meio natural, como aqueles de Malinowski*". À mesa, satisfazem-se com as comidas *tradicionais* moçambicanas feitas pelas mãos das empregadas.

Em certa ocasião, no pátio externo no Museu de História Natural, onde aconteciam shows de artistas moçambicanos, Alfredo comentou que o que estávamos vendo ali era uma extensão de Portugal. Ele referia-se à arquitetura do lugar, às pessoas que freqüentavam (muitos estrangeiros, principalmente portugueses), as bebidas (vinho e cerveja) etc. Segundo ele, grande parte da cidade poderia ser pensada assim. Quando Denise explicou alguns dos temas que tinha vontade de pesquisar em Maputo, Alfredo disse: "*Por que você se deslocou até aqui, gastou seu dinheiro, para estudar hábitos alimentares parecidos com os que se encontram em São Paulo, por exemplo?*". Alfredo sugeriu, então, que ela fosse para o *campo*, porque é onde existem os *moçambicanos de verdade*, que não saíram do país. O problema, de acordo com ele, é que quase todo mundo em Maputo já saiu para morar em outros lugares, portanto não valeria a pena fazer a pesquisa ali. Outro professor da UEM, Nivaldo, também sugeriu que Denise fosse para o *campo*. De acordo com ele, sua colega alemã que está dando aulas na UEM comentou que Maputo é como qualquer outra capital do mundo, Paris, Nova Iorque, São Paulo. Esses comentários dizem respeito ao universo em que essas pessoas circulam. Beatriz afirmou certa vez que "*Maputo é uma cidade muito cosmopolita*", referindo-se justamente à arena de incursões onde as relações de amizade e trabalho são vividas.

No período colonial, o reconhecimento como alguém civilizado implicava o domínio da língua portuguesa e a conversão ao cristianismo, religião oficial praticada em Portugal. Atualmente, a língua continua sendo signo de distinção e a maioria das pessoas com quem conversei não sabem falar outras línguas nacionais, aquelas de seus pais. Muitos apenas entendem e os mais novos, com menos de trinta anos, só aprenderam o português. Mas o "ser civilizado" contemporâneo depende de outros atributos. É necessário que a pessoa tenha condições de viajar para outros países, acumular um tipo de capital simbólico que mostre suas habilidades em compreender outros modos de vida, outras *culturas*. Ter uma vida *cosmopolita* é o principal sinal de distinção entre eles.

A construção do estado colonial a respeito do estatuto de pessoa *indígena* ou *não-indígena* resolvia a um só tempo dois problemas: 1) o da própria classificação, para diferenciar-se daqueles outros que não compartilhavam de uma estrutura de civilização como a sua e 2) a ocupação dos colonizados, pois instituía o tipo de trabalho permitido a cada um. O projeto colonial português alçava o trabalho à única possibilidade de humanidade para os *indígenas* africanos. Os ex-estudantes deixaram entrever que sua pertença a algo que possa ser chamado de civilização tem a ver com o fato de terem freqüentado os bancos de universidades brasileiras e de terem um histórico de vida que permite se auto-classificarem como *cosmopolitas*.

A repetição das narrativas em relação ao tempo consumido com o trabalho me leva a pensar em algum tipo de continuidades históricas que perpetuam o sentido da preocupação em mostrar à sociedade sua função social. As distinções levantadas pelos meus interlocutores em relação aos *outros moçambicanos* perpassam, a meu ver, as oposições *assimilado versus não assimilado*, *homem novo versus homem colonizado* e, atualmente, *moçambicano cosmopolita versus moçambicano "comum"*. Considerando que quase todas as pessoas com quem conversei alimentam esse fascínio em demonstrar suas múltiplas habilidades de inserção laboral e que 70%, aproximadamente, possuem algum cargo no serviço público, é possível traçar paralelos entre a necessidade da realização laboral assumida contemporaneamente pelos ex-estudantes e os sentidos atribuídos ao tipo de trabalho que realizam em Maputo.

Estou mais interessada em compreender o papel das narrativas que os múltiplos trabalhos desempenham na formação e reprodução de um sistema de prestígio do que propriamente com o cerne da realização dos mesmos. Além de serem elementos para manutenção econômica de um *padrão de vida* específico, as atividades laborais são *lócus* privilegiados de produção de diferentes pessoas. Ninguém que vem estudar no Brasil volta para trabalhar em atividades domésticas na casa de alguém. Exigem a inserção em empregos que façam jus à posição que carregam incorporada à sua formação em outro(s) país(es), reproduzindo, em certa medida, certos padrões de acesso a posições privilegiadas na hierarquia do mercado laboral em Maputo.

Uma das vezes em que fui aos Caminhos de Ferro de Moçambique, Gilberto me acompanhava. Ele estacionou o carro e, olhando para os trilhos que durante muito tempo conduziram tantos moçambicanos para trabalhar nas minas da África do Sul, perguntou se as pessoas me respondiam quando eu questionava sobre suas vidas, de onde vieram, o que faziam. Diante da minha resposta afirmativa, ficou ainda mais pensativo e disse: "*eu acho que as pessoas aqui, não sei o que se passa, se foi o colonialismo, a guerra de independência, criou uma barreira na cabeça. As pessoas não se expressam espontaneamente, parece que estão sendo seguidas*". Gilberto revelava, assim, sua angústia em relação ao passado e mostrava sua insatisfação em sentir que resquícios de uma dura realidade ainda persiste nos dias de hoje.

Quase no final da minha estada em Maputo, participei de um ciclo de cinema moçambicano na Universidade Eduardo Mondlane, onde assisti ao longa "O vento sopra do norte" (1987), do diretor José Cardoso. O filme passa-se em 1968 e aborda o desenvolvimento da guerra de libertação de Moçambique e os desdobramentos sociais advindos dela. Uma das personagens principais foi interpretado pela atriz Lucrecia Paco, moçambicana reconhecida internacionalmente por seus papéis no teatro e no cinema, que estava na plateia do auditório e participou de um debate com alguns alunos da universidade após terminada a sessão. Uma das primeiras perguntas foi a de um aluno que tinha curiosidade em escutar da atriz se ela achava que havia continuidades com o contexto histórico abordado no filme e o que vivem atualmente no país. Lucrecia mudou a expressão facial imediatamente e respondeu que o filme é

muito atual, que apesar de muita coisa ter mudado durante esses anos todos, infelizmente o que prevalece é a postura de conformismo das pessoas em relação ao rumo de suas vidas. Com um tom cada vez mais carregado nas palavras e sério no sentido, terminou a resposta dizendo que *"num país como este é importante ter mentes adormecidas"*.

Essa reflexão me devolve ao questionamento inicial deste capítulo. Por que, afinal de contas, a insistência nas reafirmações incessantes a respeito das ocupações laborais? As pistas para responder a tão inquietante questão podem estar presentes em algum tipo de continuidade histórica, como essas que venho tentando compreender pelo que as pessoas compartilharam comigo em Maputo a partir de suas experiências.



Considerações Finais

" - O teu passado são apenas margens de um rio bravo. O amanhã existe apenas nos sonhos dos futuristas. Quando o amanhã chega se transforma em hoje. O tempo é um jogo de luz e sombra, e a eternidade é o presente instante."

Paulina Chiziane. In: *niketche*.

Quando ainda estava no Brasil, a principal questão que se impunha no meu horizonte de pesquisa em Maputo dizia respeito a temas relacionados ao regresso. O que me levou à Moçambique, como descrevi na Introdução, foram os vínculos construídos em Brasília e a curiosidade, advindo deles, em compreender um pouco do contexto que permitia a circulação dos estudantes, supondo que eles buscavam conquistar títulos de ensino superior em universidades no exterior. De fato, a vinda é parte das relações que se impõem a partir dos objetivos formais encerrados nos acordos internacionais e projetos de desenvolvimento, como discuti no capítulo três. A pesquisa indicou, entretanto, que as escolhas para estudar no Brasil também são devidas a elementos de outras ordens.

Mais do que o regresso como o motivo central das questões levantadas por eles, a correria da vida pelo trabalho foi o que enlevou minha atenção. A inquietação sobre a volta propriamente dita não teve repercussão entre meus interlocutores. Isso foi reflexo dos primeiros contatos, pessoas que tinham voltado há cinco anos, pelo menos. Não fazia mais sentido para elas lembrar o processo do regresso, pois o que estava em pauta naquele momento da minha chegada era mostrar como estavam bem *integrados* em Maputo. Os caminhos percorridos dentro dos carros anteciparam o que mais tarde entendi ser artefato fundamental na manutenção de seu *padrão de vida*. Esse panorama, por sua vez, estava intrinsecamente relacionado à construção do sistema de prestígio a que pertenciam.

Assumo que a circulação de estudantes moçambicanos para o Brasil é um fenômeno de múltiplas dimensões. A circulação internacional, nesse sentido, é alimentada por um desejo de distinção que é vivenciado e reproduzido por certas tecnologias, discursos e práticas, tendo o Estado papel fundamental nisso, assim como a televisão. A presença dos funcionários da Vale, dos agricultores mato-grossenses e das novelas são temperos que alimentam o desejo de sair para estudar no Brasil. Os estudantes poderiam ser considerados mediadores nesse contexto contemporâneo de construção nacional, porque eles experimentam outras formas de interação social e de saberes, levando-as consigo e transferindo de alguma maneira a seus novos cargos nos trabalhos. Esse processo certamente se dá de modos distintos nos outros PALOP. A

particularidade da ênfase colocada no trabalho em Maputo está relacionada não só a uma certa obsessão própria das relações de demandas econômicas no mundo contemporâneo, mas também ao contexto histórico de transformação das relações laborais na sociedade moçambicana.

O fato de Moçambique receber somas consideráveis de ajuda internacional justifica algumas expectativas dos estudantes que, tendo acesso aos trâmites para conseguir as bolsas, reconstróem-se a si mesmos como pertencentes a esse mundo internacionalizado. Ao voltar para Moçambique, os ex-estudantes agregam em suas vidas o mantra da globalização (Ribeiro, 2005: 24) sentindo-se, por isso mesmo, integrantes do universo *cosmopolita* que Maputo representa. A ideia de *desenvolvimento* causa fascínio em quem nela se apóia, porque compartilhar de noções que se traduzem na prática como a entrada em um mundo *moderno* que os projeta a posições de prestígio é algo cultivado e desejado. Vê-se, portanto, uma reapropriação por parte dos estudantes acerca do que querem significar como sendo seu *desenvolvimento*. São eles os protagonistas, dentre outros, de um processo de diferenciação bastante complexo.

Os estilos de vida são exemplares nesse sentido. As experiências diversificadas dos estudantes a partir do contexto que vivenciaram em Moçambique antes da primeira viagem internacional indicam uma interessante concatenação de eventos. Por um lado, observa-se o quanto os percursos pela educação superior estiveram associados a interesses difusos relacionados à esfera do trabalho. Por outro, nota-se que a procura pelos estudos em universidades brasileiras está vinculada a outros fatores, considerando que os estudantes de uma geração mais nova possuem outras preocupações e essas não estão relacionadas a demandas internas a locais de trabalho, embora queiram obter títulos de educação superior para mais tarde *integrar* esses locais. Independentemente dos motivos – embora os propósitos sejam diferentes – meus interlocutores que regressaram do Brasil são pessoas que partilham modos de agir e viver que confluem para a reprodução de um sistema de prestígio em Maputo.

Argumentei no decorrer desta dissertação que, pelos múltiplos trabalhos, os ex-estudantes mantêm seu padrão de vida. Esse padrão diz respeito não só à aquisição de bens, como carros, roupas, celulares, títulos etc, mas à obtenção do próprio prestígio que advém deles. Numa via de mão dupla, esses elementos transitam no mesmo espaço cotidiano, estabelecendo um padrão onde impere o reconhecimento pelo "esforço" diário de manutenção do status. A vinda para o Brasil tem um papel potente nisso. Aqueles que se formaram em universidades brasileiras se diferenciam de quem estudou em outros países não só porque argumentam que através de um sistema de ensino informal teriam aprendido melhor, mas porque (e principalmente) as imagens vinculadas ao Brasil são utilizadas por eles como parte da construção de seus exercícios diários de diferenciação. O padrão de vida dos ex-estudantes com quem convivi é composto, então, por quatro elementos principais: viagens ao exterior, acesso à educação superior, acesso a bolsas de organismos internacionais, possuir carros e ter canais de informação e comunicação, como internet, telefone celular, assinatura de TV a cabo (com preferência para a programação da Globo internacional).

O regresso de estudantes africanos para seus países após terminarem seus cursos em universidades brasileiras ainda é tema pouco abordado, mas algumas comparações com outros contextos podem ser feitas. Mourão, ao fazer uma pesquisa que incluía estudantes cabo-verdianos e guineenses formados no Brasil pelo PEC-G que voltaram para seus países, elegeu como principal discussão a "ressignificação das identidades e nacionalidades guineenses e cabo-verdianas" (Mourão, 2009: 11). De acordo com a autora, através de suas experiências nas universidades, os estudantes cabo-verdianos construiriam diferentes percepções sobre suas identidades em relação ao continente africano. Assim,

Os quadros cabo-verdianos formados no Brasil foram considerados por mim como parte da elite letrada e intelectual que, hoje, contrapõe-se à forma eurocêntrica de abordar a cabo-verdianidade. (...) Buscam marcar sua "africanidade" por meio de um retorno às "raízes", com a valorização das tradições culturais africanas que lhes foram negadas durante o período colonial, como as danças, as músicas, as manifestações populares e religiosas na rua e, em especial, a valorização cada vez maior da língua materna crioula (Mourão, 2009: 177).

Meus dados apontam para outras direções. Embora a reafirmação de pertencimento ao continente africano tenha sido apontada por alguns de meus interlocutores, essas questões estão longe de ser abordadas de modo tão central. Por um lado, atribuo as diferenças de ênfases nos temas relativos à volta dos estudantes às próprias dinâmicas dos países e da maneira como eles foram socializados antes da vinda para o Brasil. Por outro, as escolhas das pesquisadoras colocam em foco o que lhes pareceu mais interessante e/ou relevante. No meu caso, tentei discutir o que de mais recorrente se mostrou na minha investida etnográfica em Maputo. Importante pautar que dificilmente algum ex-estudante moçambicano com quem conversei erigiria a discussão sobre seu regresso em termos de uma pretensa volta às suas "tradições". Muito pelo contrário, faziam questão de me mostrar como se distinguiam de um outro associado à tradição, um outro "menos desenvolvido". Em suma, as questões que me foram apresentadas são de outras ordens.

Um tema que dialoga com a questão colocada é a maneira como se sentem ofendidos com o desconhecimento do seu país e do continente por parte de colegas e professores brasileiros. Muitos ex-estudantes relataram-me suas decepções acerca disso. Em certa ocasião, quando conversava com Gabriela em seu consultório odontológico, ela me pediu para, quando voltasse ao Brasil, dissesse para todos: "*nós não vivemos com os leões*". A dentista, que estudou em Brasília, disse ter ficado muito impressionada com a visão que os universitários brasileiros têm sobre África. De acordo com ela, inclusive "*professores com doutorado não sabiam onde fica Moçambique*". Fernanda, que também estava lá, não só confirmou o desabafo da amiga, como comentou que perdeu a paciência em responder que a África não é um país e que Nelson Mandela não é presidente do continente. Com isso, reforçaram o pedido, acrescentando outras informações que eu deveria dizer sobre Maputo: a cidade tem shopping e as pessoas andam de carro, uma *cidade como qualquer outra*. O pavor de ter a África associada à fome, pobreza, às doenças, à vida na selva com os animais relaciona-se também com a circulação desses estudantes que, ao se depararem com um discurso completamente anacrônico sobre o país e o continente como um todo, voltam com suas críticas sobre a ignorância generalizada e querem fazer valer a sua imagem do seu mundo. Essa imagem está relacionada às relações

com o trabalho e a manutenção do prestígio advindo dele e de suas variantes. É preciso mostrar, na vida pública, que se é alguém, que se possui carros, que não está *parado*, embora muitas vezes nem eles mesmos saibam para onde e para quê exatamente correm tanto.

Entre 1867 e 1962, a obrigação moral ao trabalho onde hoje convencionou-se denominar Moçambique forçou um fluxo imenso de trabalhadores para Lourenço Marques, segundo Penvenne (1995: 157). Pouco a pouco, durante esse período, deu-se a construção colonial da desigualdade no território. A eficácia desse projeto (relativo ao *indigenato*), entretanto, foi descontínua no tempo e no espaço, conformada a eventos nas arenas políticas e econômicas (Penvenne, 1995: 156). A autora argumenta que os moçambicanos experimentaram frequentemente (e as explicaram) suas relações laborais em termos de homens negros/homens brancos e que essa dualidade não pode ser simplesmente metáfora para diferentes tipos de desenvolvimento capitalista. Ainda segundo a autora, praticamente todo português branco poderia exercer poder material, social e físico sobre os africanos, independentemente de serem "trabalhadores não qualificados" ou "magnatas capitalistas".

Essas relações na capital da colônia - onde hoje é a capital do país - evidenciam um pouco das complicadas hierarquizações e humilhações a que as pessoas estavam expostas na cidade. Como indiquei no capítulo quatro, o trabalho é categoria fundamental para compreender os vários momentos das histórias de formação do país e peça central nas dinâmicas que identificam termos como *civilização* e *educação*. Tais termos passam a significar processos moralizadores que operam entre uma parcela da população que compartilha do mesmo sistema de prestígio. É nesse sentido que o *desenvolvimento* ganha sua força entre os estudantes, porque a possibilidade de integrar o universo *cosmopolita* de Maputo é algo sedutor. Ao fazê-lo, distanciam-se dos *outros moçambicanos*, tidos como menos *civilizados*. As relações de extrema desigualdade persistem, portanto, embora com outras roupagens.

Sendo sujeitos que participam de projetos internacionais de financiamento por educação superior, portanto, instrumentos moralizadores, constroem percepções de si mesmos como conectados a vários lugares do mundo. Como relatou-me Jonas, "*nós estamos muito mais ligados ao mundo do que outros povos da região*", reafirmando o que outras pessoas também tinham dito, que quem estudou fora do país estava muito à frente em termos de conhecimento e conexão com o contexto global. Mesmo que se sintam legitimamente pertencentes a essa arena de intrincadas redes de estratégias, vivenciam o peso histórico – numa perspectiva pós-independência – de demonstrar que durante todo o tempo estão trabalhando, que não são desocupados (sinônimo de desobedientes nacionais).

Na semana em que escrevia estas considerações finais, assisti a uma conferência da escritora moçambicana Paulina Chiziane na 1ª Bienal do Livro e da Leitura em Brasília, ocasião em que desabafou que os moçambicanos sentem medo do Brasil. Referia-se às igrejas *brasileiras* que chegam a Moçambique para "*ensinar aos africanos o que é Deus*". O assunto que, segundo ela, é dificilmente falado, não podia deixar de ser dito num contexto de discussão sobre literatura africana contemporânea. A escritora foi muito crítica em relação à atual produção literária moçambicana, afirmando que depois da independência ninguém mais teve coragem de escrever sobre o contexto que vivem. Dentro das elegantes apreciações sobre a presença no Brasil em seu país, Paulina disse com todas as letras: "*Nós temos medo do Brasil*". Além das igrejas, aludia as novelas como produtoras de estereótipos sobre as *raças*, onde pode-se ver o *poder do branco* e a *subserviência negra*. O problema não são as novelas, segundo a escritora, mas a maneira como elas chegam a Moçambique, sugerindo que as imagens acabam por influenciar a reprodução de relações racializadas desde o período colonial em Maputo e em todo o país, principalmente no ambiente de trabalho. Essa é a "*imagem que o Brasil vende ao mundo*", concluiu Paulina.

Assuntos delicados como esse não foram abordados com a devida importância que mereceriam nesta dissertação, mas valem a pena serem indicados aqui. Nos meus últimos dias em Maputo, Beatriz e eu tivemos uma conversa muito sincera, ocasião em

que ela me disse coisas que ninguém tinha dito antes. Comentou em determinado momento que *mulato* tinha um status diferente do *preto* e "*pode perceber que quem voltou casado geralmente é mulato*". Para dar a dimensão do que tentava explicar, deu o exemplo de uma amiga *muito bonita* que, quando entrava em vários lugares em Maputo, via-se que as pessoas paravam para olhar para ela. Isso se devia por causa da sua cor, de acordo com Beatriz. Respondi que era muito difícil perceber todas essas relações em tão pouco tempo, mas que, de alguma maneira, eu entendia o que ela estava me dizendo. Com toda a delicadeza inerente à sua pessoa, Beatriz queria saber minhas "*conclusões sobre a facilidade e/ou dificuldade de uma pessoa encontrar emprego quando volta, pela cor*". Infelizmente, essa eu fiquei devendo. Paulina Chiziane, no mesmo evento citado anteriormente, declarou que basta dar uma volta pelas ruas de Maputo para entender como os *mestiços* estão melhor colocados, são eles que trabalham como balconistas nos bancos e aparecem com freqüência nos *outdoors* e nas propagandas televisivas.

Como discuti no capítulo três, autores do dossiê "Ensino superior e circulação de estudantes: os Palop no Brasil e em Portugal" (*Op. Cit.*) – bibliografia significativa sobre o tema – estão todos preocupados com a questão do regresso dos estudantes como parte de um projeto nacional de "desenvolvimento" de seus países. Assim, estudar em universidades brasileiras, segundo Gusmão (2009), Fonseca (2009), Mourão (2009) e Subuhana (2009), seria alternativa para o desenvolvimento dos países africanos de língua portuguesa. Parte desses argumentos alinha-se à ideia de que o Brasil contribui para o crescimento dos países, ao facilitar o acesso (através de recursos financeiros ou somente pela disponibilização de vagas) dos estudantes em suas universidades. A organização desse dossiê foi um esforço interessante de agrupar reflexões sobre uma área de estudos que pode estar se consolidando. Chamo a atenção, entretanto, para análises mais atentas ao contexto do regresso. No caso moçambicano, Costa indica a necessidade de compreender a formação de nível superior e a posterior ocupação dos quadros profissionais em determinados postos de trabalho através de estratégias delineadas entre gerações. A autora enfatiza que a compreensão do fenômeno de ascensão social só é possível através de análises diacrônicas da história de famílias "ao longo das três últimas gerações, enquadrada por

uma análise das transformações políticas, económicas e sociais que durante essas décadas ocorreram em Moçambique" (2009: 133).

Essa é uma perspectiva bastante importante, mas outras ênfases também podem ser vislumbradas. A convivência com ex-estudantes moçambicanos que estudaram em universidades brasileiras em Maputo, mesmo que por pouco tempo, ensinou-me que os processos vivenciados por eles no fluxo entre países são muito mais complexos e difusos do que poderia imaginar somente estando no Brasil. É no regresso que muitos elementos importantes são colocados em jogo. Quais as implicações dessa circulação de estudantes? Como os ex-estudantes se repensam no mundo após morarem anos de suas vidas no Brasil e depois voltar para Moçambique? Indiquei algumas respostas para essas questões ao longo da dissertação. Uma delas – talvez a mais importante – situa-se na mobilização dos diversos quereres e desejos complementar à circulação de informação e bolsas que possibilitam a vinda para o Brasil. Mas ainda há muito o que indagar. Espero que tenha trazido um pouco do universo que movimenta esse fluxo.

Como conclusão desta dissertação, portanto, chamo a atenção para a importância de pesquisas que abordem outros tantos aspectos implicados na circulação de estudantes dos PALOP. Estamos diante de novas dimensões que envolvem sujeitos em projetos de cooperação internacional em que o Brasil surge como figura destacada. Cabe perguntar quais as decorrências desses acordos nos percursos dos estudantes que regressam a seus países e como eles têm operado, mas ainda é cedo para vislumbrar esse quadro. Indiquei que as novelas participam ativamente na promoção dos desejos que permeiam as expectativas e as decisões de estudar em universidades brasileiras e como o regresso é fonte de construção de *Globo dependentes*. Este é um tema fascinante que, caso estudado, traria dados interessantes para pensar sobre projetos internacionais.

Imagino, além disso, que outros assuntos se impõem no cotidiano daqueles que voltaram para outros países africanos com quem o Brasil assina acordos educacionais, o que amplia a relevância de pesquisas como essa. Muitas pessoas têm se movimentado por esses caminhos universitários e isso provoca mudanças de vários

sentidos, em muitas direções. Minha ida a Maputo foi fonte de encontros e aprendizados múltiplos e me trouxe dimensões de um contexto que eu pouco conhecia, mesmo convivendo e construindo amizades com estudantes moçambicanos no Brasil. O trabalho apresentado nessas páginas é fruto do esforço de ampliar os fios que tecem o emaranhado de relações intrínsecas ao tema e uma tentativa de compreender o que movimenta tantos estudantes a virem estudar em universidades brasileiras. Espero que as discussões apresentadas possam fazer circular ideias e sentimentos que permitam aprimorar o pouco conhecimento que temos desses fluxos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ana Maria F., CANÊDO, Letícia Bicalho, GARCIA, Afrânio, BITTENCOURT, Agueda Bernadete (Orgs.). 2004. *Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

BANCO MUNDIAL & IPEA. 2011. *Ponte sobre o Atlântico. Brasil e África Subsaariana. Parceria Sul-sul para o crescimento*.

BOURDIEU, Pierre et alli. 1963. *Travail et Travailleurs en Algérie*. Paris: Mouton.

BOURDIEU, Pierre. 1979. *O Desencantamento do Mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva.

_____. 1998. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Editora Vozes.

_____. 2007 [1979]. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.

_____. 2008 [1997]. *Capital cultural, escuela y espacio social*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina.

BRASÍLIA, Ministério da Educação. 2000. Secretaria de Educação Superior. *Manual do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G*.

CABAÇO, José Luís. 2009. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP.

CHIZIANE, Paulina. 2004. *Niketche: uma história de poligamia*. São Paulo: Companhia das Letras.

COLAÇO, João Carlos. 2001. "Trabalho como política em Moçambique: do período colonial ao regime socialista". In: FRY, Peter (Org.). *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ.

COMAROFF, John & COMMAROFF, Jean. 1997. *Of Revelation and Revolution. The dialectics of Modernity on a South African Frontier*. Chicago: The University of Chicago Press.

COSTA, Ana Bénard da. 2006. "Os quadros superiores, os empresários e as suas famílias: análise de processos de mudança social e cultural em Moçambique". In: *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 11/12, p. 237-253.

_____. 2008. "Estudantes Moçambicanos em Lisboa: dinâmicas identitárias e processos de mudança social e cultural". Comunicação Final apresentada na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 1 a 4 de junho.

_____. 2009. "Emigração de quadros, formação superior e desenvolvimento: o caso de Moçambique". In: *Revista Pró-Posições*, v. 20, n. 1 (58), p. 127-145.

CRAVEIRINHA, José. 2008. *Karingana ua Karingana*. Maputo, Moçambique: Alcance Editores.

DAVIDSON, Jamie S. and HENLEY David. 2007. *The Revival of Tradition in Indonesian Politics*. The deployment of adat from colonialism to indigenism. Londres: Routledge.

DIAS, Juliana Braz. 2000. "A volta do filho próspero: emigrantes cabo-verdianos retornados e seus familiares". In: TEIXEIRA, Carla Costa. *Em busca da Experiência Mundana e seus Significados*. Georg Simmel, Alfred Schutz e a Antropologia. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

FARIA, Margarida Lima de. 2009. "Cooperação no âmbito do ensino superior: ser estudante angolano em universidades portuguesas". In: *Revista Pró-Posições*, v. 20, n. 1 (58), p. 45-63.

FONSECA, Dagoberto José. 2009. "A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil". In: *Revista Pró-Posições*, v. 20, n. 1 (58), p. 23-44.

FRY, Peter. 2001. "Apresentação". In: FRY, Peter (Org.). *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ.

GEFFRAY, Christian. 1990. *La cause des armes au Mozambique: anthropologie d'une guerre civile*. Paris: Editions Karthala.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. 2009. "Apresentação". Dossiê Ensino superior e circulação de estudantes: os Palop no Brasil e em Portugal. In: *Pró-Posições*, v. 20, n. 1 (58), p. 13-21.

HANNERZ, Ulf. 1997. "Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-chave da Antropologia Transnacional." In: *Mana*, vol. 3, n. 1, p. 7-39.

_____. 2003. "Being there... and there... and there!: Reflections on Multi-Site Ethnography". In: *Ethnography*, v. 4 (2), p. 201-216.

HIRSCH, Olivia Nogueira. 2009. "A gente parece um camaleão": (re)construções identitárias em um grupo de estudantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro. In: *Revista Pró-Posições*, v. 20, n. 1 (58), p. 65-81.

JARDIM, Denise Fagundes. 2010. "Antropologia em campos up". In: SCHUCH, Patrice et al. *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

JARDIM, Denise e MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. 2009. "Televisão e imigração palestina: perigos e invisibilidades no trabalho antropológico". In: *IBEROAMERICA global, The Hebrew University of Jerusalem*, vol. 2, nº 1. Fonte: http://iberoamericaglobal.huji.ac.il/Num5/Art_6.pdf. Acesso em: 07/12/2011.

KUSENBACK, Margarethe. 2003. "Street Phenomenology: The Go-Along as Ethnographic Research Tool". In: *Ethnography*, v. 4(3), p. 445-485.

LIBERATO, Ermelinda Sílvia de Oliveira. 2011. "A Formação de Quadros Angolanos no Exterior: Estudantes Angolanos em Portugal e no Brasil". Apresentação no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. *Diversidades e (Des)Igualdades*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

LOBO, Andréa. 2010. "Mantendo relações à distância. O papel do fluxo de objetos e informações na configuração de relações familiares transnacionais e Cabo Verde". In: TRAJANO FILHO, Wilson (Org.). *Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora.

MACAGNO, Lorenzo Gustavo. 2001. "O discurso colonial e a fabricação dos usos e costumes: Antonio Enes e a 'Geração 95'". In: FRY, Peter (Org.). *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ.

_____. 2009. "Fragmentos de uma imaginação nacional". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 24, n. 70, p. 17-35.

MACHADO, Rosana Pinheiro. 2009. *Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil*. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARCUS, George E. 1991. "Identidades Passadas, Presentes e Emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial". In: *Revista de Antropologia*, vol. 34: 197-221.

_____. 1995. "Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography." In: *Annual Review of Anthropology*, vol. 24, p. 95-117.

MÁRIO, Mouzinho; FRY, Peter; LEVEY, Lisbeth A.; CHILUNDO, Arlindo. 2003. *Higher Education in Mozambique. A case study*. Maputo, Moçambique: Imprensa & Livraria Universitária.

MOURÃO, Daniele Ellery. 2009. "Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção". In: *Revista Pró-Posições*, vol. 20, n. 1 (58), p. 83-101.

_____. 2009. *Identidades em trânsito. África "na pasajen": identidades e nacionalidade guineenses e cabo-verdianas*. Campinas: Arte Escrita.

MÜLLER, Lúcia Helena Alves. 2010. "Antropologia em contextos empresariais". In: SCHUCH, Patrice et all (Orgs.). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chalé João. 2006. *O mito atlântico: relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS.

_____. 2007. "Alteridades e fluxos migratórios no "atlântico negro": estudantes africanos no Sul do Brasil". In: *Cartografias da Imigração: interculturalidade e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

NADER, Laura. 1969. "Up the Anthropologist - Perspectives Gained from Studying Up". In: HYMES, Dell (Ed.). *Reinventing Anthropology*. New York: Vintage Books, p. 284-311.

NGOMANE, Yara Neusa. 2010. *Estudantes moçambicanos em Belo Horizonte: uma discussão sobre a construção identitária e de redes de sociabilidade*. Dissertação de Mestrado. São Carlos: UFSCAR.

OLIVIER DE SARDAN, Jean Pierre. 2005. *Anthropology and Development. Understanding Contemporary Social Change*. Londres: Zed Books.

ORTNER, Sherry. 2003. *New Jersey Dreaming. Capital, Culture and the Class of'58*. Durham: Duke University Press.

PEIXOTO, Clarice. 2010. "Trajetórias Juvenis: processos de autonomização de jovens cariocas e desigualdades sociais". In: *Anuário Antropológico 2009/I*.

PENVENNE, Jeanne Marie. 1995. "African Workers and Colonial Racism. Mozambican Strategies and Struggles". In *Lourenço Marques, 1877-1962*. Portsmouth: Heinemann; Johannesburg: Witwatersrand University Press; London: James Currey.

RIBEIRO, Gustavo Lins. 2005. "What is cosmopolitanism?". In: *Vibrant, vol. 2, n. 1, p. 19-26*.

RICCIO, Bruno. 2005. "Talkin' about migration. Some ethnographic notes on the ambivalent representation of migrants in contemporary Senegal". In: *Stichproben. Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien*, n. 8, vol. 05, p. 99-118.

SCHUCH, Patrice. 2010. "Antropologia com grupos up, ética e pesquisa". In: SCHUCH, Patrice et all. *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

SILVA, Kelly Cristiane da. 2004. *Paradoxos da autodeterminação: a construção do Estado-Nação e práticas da ONU em Timor-Leste*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia.

_____. 2008. "A cooperação internacional como dádiva. Algumas aproximações". In: *Mana*, vol. 14, n. 1, p. 141-171.

_____. 2011. "Practice flows and government models on a global scale: about Technologies of development and their effects". In: Work Package 5: global flows of development models. MEDEA.

SILVA, Kelly & MORAIS, Sara Santos. 2012. "Tendências e tensões de sociabilidade de estudantes dos PALOP em duas universidades brasileiras". In: *Revista Pro-Posições*, vol. 23, n.1 (67), p. 163-182.

SUBUHANA, Carlos. 2005. *Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, ESS.

_____. 2009. "A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil: entremeando histórias". In: *Revista Pró-Posições*, vol. 20, n. 1 (58), p. 103-126.

TELLES, Vera da Silva. 2006. "Trajetórias Urbanas: fios de uma descrição da cidade". In: Telles, Vera et all. *Nas Tramas da Cidade*. São Paulo: Associação Editorial Iluminuras.

THOMAZ, Omar Ribeiro. 2001. "Contextos cosmopolitas: missões católicas, burocracia colonial e a formação de Moçambique (notas de uma pesquisa em andamento)". In: FRY, Peter (Org.). *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ.

_____. 2004. "Relações raciais em Moçambique: histórias sobre autóctones e forasteiros. In: PEIXOTO, Fernanda Arêas; PONTES, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

_____. 2007. "Campos, aparato repressivo e construção social do inimigo. Notas sobre a cooperação da RDA em Moçambique". In: SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter (Orgs.). *Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: UFMG.

TRAJANO FILHO, Wilson. (org.). 2010. *Lugares, Pessoas e Grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora.

ZAMPARONI, Valdemir Donizette. 1998. *Entre Narros & Mulungus*. Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c. 1890- c.1940. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História Social.

_____. 1999. "Gênero e trabalho doméstico numa sociedade colonial: Lourenço Marques, Moçambique, c. 1900-1940". In: *Afro-Ásia*, n. 23, p. 145-172.

ZIMBA, Horácio Francisco. 2010. *A Dimensão Política e o Processo de Institucionalização da Ciência e Tecnologia em Moçambique*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.